



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 37

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de janeiro de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída durante a sessão pelo Deputado Paulo Gomes) e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 1 minutos.

Após a chamada dos Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

- Voto de congratulação pelos 125 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense. O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Deputada Ana Jorge (PSD);

- Voto de congratulação pela Passagem do 125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense. Feita a apresentação do voto pelo Deputado Mário Tomé (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha em São Miguel. Apresentado o voto pela Deputada Olivéria Santos (CH) e depois de ter usado da palavra o Deputado Luís Raposo (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelo Sporting Clube de Guadalupe Campeão de Sub-19. Feita a apresentação do voto pelo Deputado José Ávila (PS) e tendo usado da palavra o Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelos 25 anos da Adega Cooperativa dos Biscoitos. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Deputado Luís Soares (PSD) e de ter usado da palavra os Deputados Berto Messias (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP);

- **Voto de congratulação à Guilherme Machado Team da ilha Terceira.** Feita a apresentação do voto pelo Deputado José Sousa (CH) e tendo usado da palavra os Deputados Paulo Gomes (PSD), Luís Leal (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de congratulação sobre o queijo Ilha dos Mistérios.** Apresentado o voto pelo Deputado Mário Tomé (PS) e depois de ter usado da palavra o Deputado Carlos Freitas (PSD), o referido voto foi aprovado por maioria;

- **Voto de pesar pelo falecimento de José Barbeito.** O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) e de ter usado da palavra os Deputados José Toste (PS), Luís Soares (PSD) e Hélia Cardoso (CH);

- **Voto de pesar sobre o falecimento de Maria Madalena Madureira.** Feita a apresentação do voto pela Deputada Cristina Calisto (PS) e tendo usado da palavra os Deputados Rubén Cabral (PSD) e Olivéria Santos (CH), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Deputado José Pacheco (CH) usou da palavra para fazer uma **Declaração Política**, na qual intervieram os Deputados Andreia Cardoso (PS), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Luís Soares (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão).

A **Declaração Política** que se seguiu foi proferida pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), tendo intervindo os Deputados Pedro Neves (PAN), Carlos Silva (PS), Joaquim Machado (PSD), António Lima (BE), José Pacheco (CH), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão).

Entrando na agenda da reunião, apreciou-se o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 8/XIII – “Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos” (PSD, CDS-PP e PPM)**, cuja justificação coube ao Deputado Joaquim Machado (PSD). Colocado à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade

Consequentemente, deu-se início ao debate da **Anteproposta de Lei n.º 8/XIII – “Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos” (PSD, CDS-PP e PPM)**, cuja apresentação foi feita pelo Deputado Joaquim Machado (PSD). Pediram a palavra para participar no debate os Deputados Marta Matos (PS), José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Pedro Neves (PAN) e António Lima (BE). Em votação final global, a anteproposta de lei foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, foi aprovado por unanimidade o **Projeto de Deliberação n.º 2/XIII - Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República – “Agendamento da Anteproposta de Lei n.º 8/XIII – Alteração ao código do direito de autor e dos direitos conexos” (PSD, CDS-PP e PPM)**.

Seguiu-se a apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII – “Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro à Região Autónoma dos Açores” (GRA)**, cuja apresentação foi feita pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral). Usaram ainda da palavra os Deputados José Sousa (CH), Russell Sousa (PS), Carlos Freitas (PSD), António Lima (BE), Francisco Lima (CH), Pedro Neves (PAN), Nuno Barata (IL) e José Sousa (CH). Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade

Por fim, foi colocada à discussão a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII – “Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores” (GRA)**, apresentada pela Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). Usaram da palavra para participar no debate os Deputados Hélia Cardoso (CH), Dora Valadão (PS), José Pacheco (CH), Nídia Inácio (PSD), António Lima

(BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Nuno Barata (IL), José Toste (PS), Cristina Calisto (PS), João Bruto da Costa (PSD) e Andreia Cardoso (PS). Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Àqueles a quem ainda não tive oportunidade de cumprimentar e desejar um bom ano, faço-o agora, com muita saúde e votos de muito trabalho.

Sr. Secretário, para a chamada, faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e um bom ano.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo José da Cunha Simões

Ricardo Alexandre Gomes Paiva

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria **Salomé Dias Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Cristina de Fátima Silva Calisto

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Henrique Miguel Couto Melo

Maria **Isabel Góis Teixeira**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar nos nossos trabalhos com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos que está reservado para esta manhã, conforme deliberou a Conferência de Líderes. Iniciamos, como é habitual, pela apresentação e votação dos votos e depois seguimos para as declarações políticas. Para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos, o Governo dispõe de 20 minutos. O PSD e o PS dispõem cada de 40 minutos. O Grupo Parlamentar do CHEGA de 18 minutos. O CDS-PP dispõe de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN dispõe cada de 10 minutos.

O primeiro voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge para apresentar um voto sobre os 125 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Srs. Deputados, Excelentíssimos Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

125 anos - Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense

A Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense (SFRR), sediada na freguesia das Ribeiras, lugar de Santa Cruz das Ribeiras, assinalou, no passado dia 6 de janeiro, o seu centésimo vigésimo quinto aniversário.

Apontada como a quinta mais antiga filarmónica da ilha do Pico, remontam as suas raízes ao final do século XIX como resultado de um movimento associativo com o objetivo de fundação de uma Filarmónica.

Para a aquisição do respetivo instrumental foi aberta uma subscrição pública que somou 82\$700 réis. O instrumental foi adquirido a uma antiga Filarmónica, já extinta na ilha Graciosa, na Fonte do Mato e terá chegado a Santa Cruz das Ribeiras no dia 11 de outubro de 1899.

Com o instrumental vindo da Graciosa veio também para Santa Cruz Francisco Augusto Cordeiro, primeiro ensaiador e regente, para ensinar os futuros tocadores e reger a banda nos concertos públicos, tendo aqui permanecido cerca de seis meses.

O primeiro grupo de tocadores que constituiu a Filarmónica saiu a público no dia 6 de janeiro de 1900, sendo composto por 15 membros.

Os registos conhecidos mostram que a primeira saída oficial do lugar foi a 20 de janeiro de 1901 para a Calheta de Nesquim para a festa do Padroeiro da Paróquia - São Sebastião.

Desde o início, a vida da Filarmónica não se revelou fácil, pois nem as quotas dos sócios, nem a subscrição aberta foram suficientes para liquidar totalmente as despesas provenientes da aquisição dos instrumentos, frete e outras.

Esta Filarmónica iniciou-se com 23 sócios registados no livro de “Receita e Despesa” em 15 de setembro de 1899, alguns dos quais foram também os primeiros tocadores da Filarmónica.

Quase 100 anos passados, em 1996 a Filarmónica Recreio Ribeirense recebe, da Secretaria Regional da Educação e Cultura, um instrumental completo. Este facto foi marcante, tendo sido festejado por todos os santacruzenses que, pelas ruas da localidade, exibiram os novos instrumentos.

Desde a sua fundação, a Filarmónica instalou-se em diversas casas ou salas, sendo que se considera que a primeira terá sido a denominada “Casa da Segunda-Feira”, onde se faziam os ensaios. Posteriormente, alojou-se em várias casas, passando pela Capela do Espírito Santo e Centro Paroquial, onde permaneceu até à construção da nova sede social, na qual se encontra desde 2 de janeiro de 1990.

Foi construída em terreno cedido por Resolução do Governo Regional de 16 de junho de 1995. Um edifício que, não obstante tenha recebido ajudas públicas, mereceu o empenho, esforço e dedicação da freguesia, de todos os santacruzenses e emigrantes naturais do lugar, mesmo os reformados, com as suas pensões reduzidas, contribuíram mensalmente, mostrando o amor à sua Filarmónica.

Este é um edifício marcante na paisagem de Santa Cruz, onde se concretizam iniciativas de cariz cultural, religioso e outras significantes para a comunidade até à atualidade. Várias têm sido as direções que centram os seus esforços em melhorias no edifício, procedendo à sua manutenção e melhorias, dotando-o das condições adequadas aos usos aí praticados.

A importância da Filarmónica Recreio Ribeirense marca a cultura musical da comunidade santacruzense, de forma indubitável, mas ultrapassa essa dimensão. Foi mais além quando, por deliberação da Assembleia Geral, realizada a 14 de novembro de 1963, se decidiu fornecer energia elétrica a toda a comunidade, sendo os consumidores inscritos como sócios. Esta situação foi exemplar para a ilha que chegou a ter cerca de 14 centrais comunitárias nos três concelhos.

Não se poderia deixar de registar, neste voto, que, em 1936, aquando da visita do Governador Civil à freguesia, a Filarmónica não compareceu, tendo sido mandada encerrar e o instrumental levado para uma dependência da Câmara Municipal, o que perdurou até 1940, ano em que o Presidente da Câmara à data libertou o instrumental. Mas não acabaram aqui os constrangimentos da Filarmónica. Em 1940, o Governador Civil mandou prender a Direção da Recreio Ribeirense que, não tendo culpa formada, foram postos em liberdade, dias mais tarde.

Ainda nesta década, passa a Filarmónica por mais um atropelo na sua existência, quando o ciclone de 1946 destrói violentamente Santa Cruz. Mais uma vez, os santacruzenses, de forma heroica, conseguiram salvar todos os instrumentos que então se encontravam instalados na casa de José Soares Norte.

Estes foram tempo difíceis, mas também marcaram fortemente a presença musical da Filarmónica Recreio Ribeirense na ilha.

Com este voto, homenageamos todos os membros fundadores, músicos, maestros, órgãos sociais, santacruzenses que, mesmo na diáspora, nutriam através da Filarmónica esta ligação telúrica a Santa Cruz.

Homenageamos todas as entidades públicas, locais e regionais que contribuíram e contribuem para esta verdadeira concretização de valores comunitários, através de uma Filarmónica, que hoje com cerca de 30 tocadores, unifica no mesmo palco, gerações de avôs, filhos e netos.

Após tantos regentes / maestros, relembra-se que, como já foi dito, o primeiro foi o “Mestre Francisco”, vindo da Graciosa. Hoje a Filarmónica está sob a orientação de Leandro Machado da Silva, um jovem que motiva os seus músicos e, ensinando muito mais do que música, dá continuidade à SFRR.

Estes são homens – sim, porque efetivamente apenas se registam homens no histórico de regência –, que tudo deram e dão à Sociedade Filarmónica.

Se queremos encontrar o espírito de entreajuda, de formação e cultura musical, de laços e convívio intergeracional, de amor à causa pública, de amor ao território, de serviço à comunidade, coloquemos os olhos na Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense

Mantém vivo o seu passado, adaptando-se aos novos tempos, em busca de conciliar tradição e qualidade musical, continuando a ser essencial a sua presença nas festividades religiosas locais, atividades culturais locais e da ilha e outras inseridas em intercâmbios.

Esta data é mais do que uma celebração do passado glorioso, é o ensejo para um futuro promissor, que, persistentemente e de forma resiliente, órgãos sociais, mestres, músicos, sócios e a comunidade abraçam como causa identitária da história santacruzense: a todos prestamos a nossa homenagem.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense, pelos seus 125 anos de existência, expressando honrosas felicitações a todos os que fazem parte desta distinta Filarmónica.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em sessão plenária no mês de janeiro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais (Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal) da Filarmónica Recreio Ribeirense, à Junta e Assembleia de Freguesia das Ribeiras, à Câmara Municipal das Lajes do Pico e respetiva Assembleia Municipal, Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto e Direção Regional da Cultura.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Parecendo não houver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação dos 125 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pelo mesmo aniversário, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também apresenta um voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Pela passagem do 125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio
Ribeirense**

A Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense, com sede em Santa Cruz, freguesia de Ribeiras, concelho das Lajes do Pico, iniciou as suas atividades culturais no dia 6 de janeiro do ano de 1900, com 15 elementos e graças a um movimento possivelmente oriundo da intensa troca de afinidades provenientes das muitas e prolongadas viagens inter-ilhas dos iates de cabotagem de então, tripulados por gentes daquela terra.

O instrumental inicial adquirido veio da Ilha Graciosa, da Fonte do Mato, de uma antiga Filarmónica que, entretanto, tinha cessado a sua atividade. A chegada do instrumental verificou-se no mês de outubro do ano de 1899, tendo havido uma festa com “intenso” foguetório e merenda para a comemoração.

O primeiro regente da banda filarmónica foi Francisco Augusto Cordeiro, graciosense, que se manteve à frente da banda, ensinando e regendo, durante quase um ano.

Os primeiros estatutos foram aprovados pelo Governo Civil da Horta em 1933 e foram então eleitos os primeiros corpos gerentes, ficando a presidir à direção, Francisco Soares Mariante, Leonel Garcia da Rosa e João Homem da Silveira, na assembleia-geral, Padre Manuel Teófilo de Sousa e no conselho fiscal, Francisco Assis Peixoto.

Mais de um século decorrido e vencidas muitas frustrações e desenganos, avultados factos como os ocorridos em 1936, em que foi mandada encerrar pelo poder político de então, ficando o instrumental retido na Câmara Municipal das Lajes, até ao ano de 1940.

Ainda na década de quarenta, uma nova ameaça de destruição total, aquando da passagem de um ciclone, do dia 4 de outubro de 1946, em que, milagrosamente, salvou-se o instrumental, tendo o imóvel e demais pertences sido destruídos e sugados pelas ondas ciclónicas.

Na viragem do século, a “Recreio Ribeirense” inaugurou a sua sede social, num edifício moderno e funcional, com o apoio financeiro do Governo Regional dos Açores e do Município das Lajes do Pico, graças à dedicação e esforço da comissão de obras constituída para o efeito, das diferentes direções, da diáspora espalhada pelos quatro

cantos do mundo, associados e de toda uma terra ao redor de um dos seus mais preciosos valores, a sua filarmónica.

A passagem do seu centenário, no dia 6 de janeiro do ano 2000, foi um marco importante e significativo na vida desta instituição e celebrado com concertos de diversas filarmónicas da ilha e com a entrega de medalhas comemorativas do seu centenário, homenageando os seus músicos, o seu maestro Fernando Xavier Jorge e demais entidades e personalidades que muito contribuíram na época para a vida desta sociedade, ao nível musical, assim como para o melhoramento contínuo da sua sede.

No ano 2013, e com o apoio financeiro do Município das Lajes do Pico, a Sociedade Recreio Ribeirense procedeu a obras de beneficiação da sua sede, tornando o edifício mais funcional e adaptado aos novos tempos, sendo um local de referência no contexto de ilha e regional, aonde se organizam batizados, casamentos, os almoços das Festividades do Divino Espírito Santo e as tradicionais festividades carnavalescas e de passagem de ano.

Nos últimos anos, a direção da Filarmónica Recreio Ribeirense tem sido somente constituída por senhoras.

A atual Presidente da direção, Catarina Tavares, conjuntamente com a sua equipa, têm desenvolvido um trabalho notável quer em manter “viva” a Banda Filarmónica, permitindo a continuidade das nossas tradições e dos nossos costumes, assim como na melhoria contínua das condições da sede do edifício.

A banda filarmónica, sob a batuta do jovem Maestro Leandro Silva, é constituída por 25 elementos com idades compreendidas entre os 9 e os 80 anos, que continuam a abrilhantar as festividades locais, no concelho das Lajes, assim como as que ocorrem na ilha e sempre que convidados para o efeito.

O trabalho musical desenvolvido pelo seu maestro, quer na organização de *master class*, quer em intercâmbios culturais com outras bandas filarmónicas, tem permitido a captação de jovens para o gosto da música e a presença, cada vez mais assídua, da banda Filarmónica em diversos eventos.

Ao longo dos seus 125 anos de existência, a Filarmónica Recreio Ribeirense tem desempenhado um papel vital na comunidade Ribeirense, não só na preservação e promoção da música tradicional e clássica, mas também em manter viva as nossas tradições e costumes.

A atividade quase ininterrupta da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense é fruto da preciosa contribuição e da persistência de todos os músicos, regentes e diretores que por ela passaram.

Deste modo, com o presente voto de congratulação pretende-se, igualmente, reconhecer e enaltecer toda a dedicação e empenho de todos aqueles que, ao longo de 125 anos de história, fizeram e fazem parte da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense. A história desta filarmónica de Santa Cruz das Ribeiras é igual a tantas outras dos Açores. Nasce do amor pela música e da relação profunda que a comunidade mantém com ela desde sempre.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de janeiro de 2025, aprove e emita um voto de congratulação pela comemoração do 125.º aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense, à Junta e Assembleia de Freguesia das Ribeiras, à Câmara e à Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Não existem inscrições, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela passagem do 125.º aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a apresentação de um voto, em nome do Grupo Parlamentar do CHEGA, pelos 50 anos do Grupo Coral da Ribeirinha, na ilha de São Miguel.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 Anos do Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha, em São Miguel

Fundado em 1973, sob a liderança do Padre Artur Pacheco Agostinho, e com o impulso inicial do professor Álvaro Feijó, o Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha, em São Miguel, tem sido uma verdadeira academia de música, de fé e de união comunitária, ao longo das últimas cinco décadas.

O seu trabalho dedicado, ao longo destes anos, promoveu a cultura coral local e reuniu várias gerações de jovens em torno da música, representando perfeitamente os valores de partilha e tradição à comunidade.

O Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha começou como uma atividade de catequese, mas depressa acabou por se tornar um importante pilar cultural e musical local, envolvendo várias gerações e promovendo a valorização da música popular e da tradição regional.

Destacam-se as suas contribuições na animação das eucaristias dominicais, na participação em eventos culturais como o Cantar às Estrelas, as danças carnavalescas e o desfile dos Reis Magos. Para além disso, o grupo expandiu-se com um conjunto de

cantares que já alcançou grande popularidade em festivais da canção na Ribeirinha e noutras localidades de São Miguel.

A motivação e talento de diretores como Álvaro e Hortênsia Feijó e, atualmente, Ana Feijó Gaudêncio, bem como o ânimo e a energia dos seus cerca de 30 membros ativos, são o motor por detrás deste meio século de história, que continua a inspirar a comunidade local.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio Grupo Coral, à Junta de Freguesia da Ribeirinha bem como à Câmara Municipal da Ribeira Grande. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se, com a maior das naturalidades, a este voto e informa à Câmara que, ao longo desta semana, irá apresentar um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Coral e Juvenil da Ribeirinha, em São Miguel, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo Sporting Clube de Guadalupe, campeão de sub-19. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Sporting Clube de Guadalupe Campeão de Sub-19

O Sporting Clube de Guadalupe, com sede na freguesia de Guadalupe, ilha Graciosa, foi fundado em 7 de abril de 1955.

Este clube tem uma rica história de conquistas, incluindo títulos da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, do Campeonato de Futebol dos Açores, e contou com uma participação no Campeonato de Portugal em seniores masculinos.

Nos últimos anos, esta instituição, liderada por Miguel Oliveira, tem feito uma forte aposta nos escalões de formação e abriu a atividade em seniores femininos.

Os resultados não demoraram a aparecer e são muitos os títulos alcançados nos diversos escalões, nas provas internas.

Foi com enorme satisfação que muitos graciosenses, sobretudo guadalupenses, celebraram o extraordinário sucesso alcançado pelo Sporting Clube de Guadalupe, na passada semana, ao sagrar-se campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo no escalão de sub-19 masculino.

Aliás, os sub-17 deste clube, onde alguns destes jovens se integravam, já tinham surpreendido ao atingirem o 3.º lugar no *Playoff* Ouro da IberCup Estoril 2024, um dos torneios internacionais de maior prestígio e onde participaram equipas de mais de 40 países.

Numa ilha com cerca de 4 mil habitantes e com uma pirâmide populacional invertida, que provoca o enfraquecimento da estrutura inferior e um crescimento da estrutura superior devido ao aumento da esperança de vida, por um lado, e pela diminuição da natalidade, por outro, um resultado destes deve ser destacado porque só é atingível com trabalho, dedicação e espírito de equipa dos seus dirigentes, qualidades que caracterizam esta e as outras instituições congêneres da ilha que padecem das mesmas dificuldades.

O Sporting Clube de Guadalupe tem vindo a elevar os padrões desportivos ao mesmo tempo que ajuda a fortalecer o tecido social da comunidade onde está inserido, sendo certo que as suas vitórias trazem prestígio à ilha Graciosa e à Região.

Para "fazer fazer" desporto, como acontece com os clubes locais, é preciso ser resiliente e ter paixão e estes resultados, quando surgem, são o reflexo do compromisso e da determinação de todos os envolvidos nos clubes desportivos, ou seja, os seus sócios, atletas, dirigentes e técnicos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 14 de janeiro de 2025, aprove o seguinte Voto de Congratulação:

"A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Sporting Clube de Guadalupe pela conquista do título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo no escalão de Sub-19 Masculino.

Que este resultado sirva de incentivo para os jovens atletas, seus dirigentes e treinadores no sentido de prosseguirem o caminho do sucesso, provando, assim, que, com perseverança e união, todos os desafios podem ser superados".

Que deste voto seja dado conhecimento ao Sporting Clube de Guadalupe, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos** (PSD): Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para nos juntarmos e associarmos ao voto de congratulação que aqui foi feito pelo Sr. Deputado José Ávila, do Partido Socialista.

Dizer que o Sporting Clube de Guadalupe foi um feito inédito e histórico para a ilha Graciosa. É um projeto de jovens que se encontram para jogar juntos, já há alguns anos. E aqui queria destacar, para além do clube, destacar os pais, as famílias e a própria freguesia e a ilha que se juntaram em torno deste projeto que, como disse, tem alguns anos e com alguns feitos; e é uma equipa que realmente se gosta de ver jogar futebol, proporciona bom futebol e tem boa qualidade de jogo e assim continue e que agora, para a próxima fase, eles ultrapassem estes desafios.

A freguesia de Guadalupe sempre trabalhou em prol destes jovens, não só neste escalão, mas também nos escalões inferiores, que têm tido resultados, como disse, e bem, o Sr. Deputado José Ávila, que tinham e têm tido bons resultados e que tem sido uma aposta e oxalá continue, em prol do desporto da Graciosa e dos Açores.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação Sport Club de Guadalupe, campeão sub-19 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares, que apresenta um voto, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, pelos 25 anos da Adegua Cooperativa dos Biscoitos.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 Anos da Adegua Cooperativa dos Biscoitos

A Adegua Cooperativa dos Biscoitos, na freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitória, foi constituída a 4 de janeiro de 2000. Tal, só foi possível por ação dos sócios fundadores Manuel Fagundes, Alcino Meneses, Manuel Melo, José Sousa e Eleutério Nunes e pela missão de contribuir para o desenvolvimento do setor vitivinícola e para a divulgação do vinho produzido nos Biscoitos e na ilha Terceira.

Atualmente com uma massa societária que já ascende a mais de 70 associados, todos eles produtores natos de uvas e leais à cooperativa, a Adegua Cooperativa dos Biscoitos conta com o apoio de um enólogo para garantir a qualidade vinícola, assim como com

o espírito voluntarioso dos sócios que permitem a vindima e as podas das parcelas da vinha da Adega Cooperativa.

Neste momento, presidida por Cecílio Faustino, a Adega Cooperativa dos Biscoitos produz e comercializa vinho Tinchão e Moledo, Magma e Muros de Magma, este último em estágio licoroso.

Zelosa da qualidade do seu produto e atenta às tendências atuais de *marketing* e divulgação, em 2022, a Adega Cooperativa dos Biscoitos aderiu à marca *Geofood* com os vinhos Magma, Muros de Magma e Moledo, através da Geoparque Açores - Geoparque Mundial da UNESCO.

Procurando aumentar o património e a capacidade de produção, a Adega Cooperativa dos Biscoitos adquiriu recentemente uma parcela de vinhas contígua à que já detinha, sendo que atualmente conta com cerca de um hectare de terreno vinícola em produção.

Com a mais-valia deste prédio ter uma casa, é intenção da Adega Cooperativa dos Biscoitos desenvolver um projeto de enoturismo, avançar com as tradicionais castas do Vinho dos Biscoitos: o Verdelho, o Arinto e o Terrantês.

A Adega Cooperativa dos Biscoitos tem garantido a recuperação e proteção da área de produção demarcada - Denominação de Origem Controlada dos Biscoitos. Tem assumido um importante papel de divulgação do vinho produzido na ilha Terceira em feiras de vinhos e eventos do género, onde tem participações sempre positivas.

A Adega Cooperativa dos Biscoitos tem sido capaz de atravessar desafios, graças à tenacidade dos seus associados, ao compromisso para com a vinha dos Biscoitos, que tem dado frutos positivos e exemplo para a produção de vinho na ilha Terceira.

Ao longo destes 25 anos, a força trabalhadora e diligente da Adega Cooperativa dos Biscoitos é um exemplo do bem-fazer, mas também da ambição futura, com perspetivas de explorar e inovar o seu produto, que importa reconhecer e saudar.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em sessão plenária do mês de janeiro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Adegua Cooperativa dos Biscoitos.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento aos seus órgãos sociais, à Comissão Vitivinícola Regional dos Açores, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação e à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia dos Biscoitos.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Luís Soares, relativamente ao 25º aniversário da Adegua Cooperativa dos Biscoitos.

Cumpr-me, em nome do PS, saudar em primeiro lugar os sócios fundadores desta instituição, o Sr. Manuel Fagundes, o Sr. Alcino Menezes, o Sr. Manuel Melo, o Sr. Jorge Sousa e o Sr. Eleutério Nunes. Saudar também a sua direção, na pessoa do seu Presidente, o Sr. Cílio Faustino.

Saudar também todos os sócios, na pessoa do Presidente da Assembleia Geral desta instituição, o Sr. Manuel Pires Luís e, portanto, saudar o trabalho que esta instituição tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos 25 anos, representando uma zona da ilha Terceira muito importante e muito relevante para a cultura vitivinícola na ilha Terceira, mas também na nossa Região.

E uma instituição que tem sido feita, ao longo dos últimos 25 anos, com muito esforço dos produtores de vinho daquela zona, que têm pequenas produções e que se dedicam estoicamente a esta cultura sem daqui retirar grandes dividendos, mas que tem feito um caminho sólido e que tem vindo a ser consolidado ao longo dos anos e que é representado pelos vinhos conhecidos desta instituição, o Magma, o Muros de Magma, o Tinchão e o Moledo, que têm tido importantes participações em vários eventos vitivinícolas na nossa Região e no exterior da nossa Região.

E de registar também que, além do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, há uma perspetiva de crescimento nesta instituição e nesta cultura vitivinícola nos Biscoitos, promovida por esta instituição. Realço o facto de, muito recentemente, ter sido adquirido um terreno contíguo aos terrenos já existentes desta adega e, portanto, pressupõe-se aqui uma perspetiva de crescimento e de consolidação da cultura vitivinícola naquela zona da ilha Terceira, do concelho da Praia da Vitória. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a esta efeméride do 25.º aniversário, saudando os seus órgãos sociais, os seus fundadores e todos aqueles que têm trabalhado e contribuído para o crescimento desta instituição: longa vida à Adega Cooperativa dos Biscoitos e cada vez mais qualidade aos seus extraordinários produtos que todos nós certamente gostamos de degustar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto apresentado pela bancada do PSD e informa a Câmara que também irá apresentar um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos passar à votação do voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Adega Cooperativa dos Biscoitos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o próximo voto de congratulação, apresentado pelo Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa. É um voto apresentado à Guilherme Machado Team, da ilha Terceira.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Guilherme Machado Team da Ilha Terceira

No Campeonato Nacional Open de Jiu-Jitsu, que se realizou a 21 e 22 de dezembro de 2024, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, em Lisboa, a Guilherme Machado Team conseguiu um extraordinário desempenho, que muito prestigiou o desporto da Região. Localizada em Angra do Heroísmo, a Guilherme Machado Team tem vindo a impor-se - a nível regional e nacional - enquanto academia de Jiu-Jitsu Brasileiro, e neste último Campeonato voltou a destacar-se.

A Academia terceirense conquistou 19 medalhas, refletindo o empenho e a dedicação dos seus atletas. A Guilherme Machado Team foi representada por uma comitiva de 20

atletas, sendo 13 adultos, 3 juvenis e 4 infantis, tendo a equipa sido liderada pelo professor Guilherme Machado.

Entre os atletas adultos, sobressaem André Florim e José Ávila, ambos conquistando duplo ouro nas suas respetivas categorias e na competição absoluta.

Já a atleta Joana Costa alcançou a medalha de prata, enquanto Carlos Costa garantiu o bronze. Também se destacaram Andrew Lágrima, Carla Ribeiro, Fábio Sousa e Jean Herberth, todos contribuindo para o sucesso coletivo da equipa.

A conquista destas medalhas reflete o compromisso e a preparação exemplar dos atletas, que representam com orgulho os Açores no panorama nacional, promovendo o jiu-jitsu como um novo desporto de excelência na Região.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Guilherme Machado Team do qual deve ser dado conhecimento à própria Guilherme Machado Team, aos atletas medalhados, bem como à Direção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto de congratulação à Guilherme Machado Team.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já me faltam adjetivos diferentes, inovadores para classificar aqueles que têm sido os êxitos do desporto açoriano, nomeadamente, também na formação, fora da Região Autónoma dos Açores, portanto, conquistas a nível nacional, conquistas que têm grande impacto para o desporto regional.

De qualquer forma, não podia deixar de nos associarmos a este voto, congratular a Guilherme Machado Team. Um reconhecimento ao professor Guilherme Machado, pelo excelente trabalho desenvolvido nesta modalidade. Congratular também todos os atletas pela excelente participação, que continuem com o excelente trabalho que têm vindo a realizar e que consigam trazer mais medalhas, mais sucesso, mais vitórias para a Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa este voto de congratulação, em especial uma saudação aos atletas, André Florinho, José Ávila, Carlos Costa, Andrew Lágrima, Carla Ribeiro, Fábio Sousa, Jean Herberth e também aproveitar este mote para desejar boa sorte no Campeonato Europeu que se avizinha nesta modalidade do jiu-jitsu, designadamente aos atletas André Florinho, José Ávila, Jean Herberth, Lucas Silvestre. Também fazer lembrar que esta modalidade em questão é uma modalidade que deve ser vista na perspetiva de ser apoiada e é uma modalidade que também deve ser tida em conta, por exemplo, para a Gala do Desporto, uma vez que, com tantas medalhas, estes atletas mereciam ser galardoados de forma pública, a par de outras modalidades. E, portanto, é de facto positivo para a Região. O jiu-jitsu, a par de outras artes marciais, permite a quem o pratica ter a calma necessária perante as adversidades que acontecem e quantos mais atletas tivermos, sobretudo galardoados, é um orgulho para todos nós.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto, é merecedor. O desempenho atlético destes atletas está bem patente no texto do voto e, portanto, obviamente que esta saudação é uma saudação merecida e à qual nos associamos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim, penso que não existem mais inscrições.

Vamos passar à votação do voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Guilherme Machado Team, da ilha Terceira, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para apresentar um voto de congratulação sobre o queijo Ilha dos Mistérios.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Queijo Ilha dos Mistérios

A ilha do Pico é conhecida pela sua montanha majestosa e por uma beleza natural ímpar.

A combinação de uma paisagem deslumbrante e a dedicação secular dos habitantes resultam em produtos alimentares diversificados, únicos e de altíssima qualidade, que tem sido apreciado e reconhecido em diversos certames regionais e nacionais como aconteceu recentemente com o Queijo Ilha dos Mistérios da Cooperativa Leite da Montanha, que foi distinguido com o prémio Produto Marca Açores 2023 pelo jornal *Açoriano Oriental* e pela *Revista das 100 Maiores Empresas da Região*.

O Queijo Ilha dos Mistérios dispensa apresentações, é considerado um produto de excelência que tem levado o nome da nossa região a patamares de destaque no cenário gastronómico nacional e internacional, elevando o prestígio de nossa gastronomia e identidade.

Premiado por três vezes ao longo do último ano, em concursos de renome, o Queijo Ilha dos Mistérios é mais do que um produto, é um símbolo da tradição, da dedicação e da qualidade do trabalho realizado por profissionais da nossa ilha, nomeadamente da Cooperativa Leite da Montanha. O seu sabor único e a sua inegável qualidade consolidaram o seu lugar entre os melhores queijos nos concursos em que participou, sendo eles o Concurso Nacional organizado pela Associação Nacional e Indústrias de Lacticínios, sendo pelo terceiro ano consecutivo o melhor queijo com culturas de superfície, obteve ainda a medalha de prata naquele que é conhecido como o concurso dos "Óscares do Queijo", que decorreu pela primeira vez em Portugal.

Este reconhecimento público é uma homenagem não apenas ao produto, mas também a todos os intervenientes na sua produção, desde os produtores aos funcionários da Cooperativa, que, com esforço, paixão e inovação, mantêm viva a tradição e colocam a nossa ilha e a nossa Região em evidência.

Que este voto de congratulação sirva também como forma de incentivo e valorização daquilo que temos de melhor, inspirando as gerações atuais e futuras nos tempos

difíceis que se fazem sentir, fortalecendo ainda a nossa posição no mapa da excelência gastronómica mundial.

Uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores e cooperantes da Cooperativa Leite da Montanha que, apesar das dificuldades e dos desafios com que se confrontaram ao longo de anos, souberam sempre garantir produtos de elevada qualidade que enobrecem e muito orgulham o setor primário, a ilha do Pico e os Açores. A maior homenagem que lhes podemos prestar é garantir o futuro destes produtos, salvaguardar a sua excelência e potenciá-los. Que o novo guardião do queijo "Ilha dos Mistérios", da manteiga "Rainha do Pico" e dos demais produtos da Cooperativa Leite da Montanha – o Grupo RTM – saiba honrar o património construído e potenciá-lo, garantindo, assim, que o nome do Pico e dos Açores continuarão a sobressair no panorama nacional e internacional do setor dos laticínios pelos produtos únicos e genuínos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de janeiro de 2025, aprove e emita um voto de congratulação à Cooperativa Leite da Montanha da Ilha do Pico e ao seu Queijo "Ilha dos Mistérios" por mais uma conquista com o prémio Produto Marca Açores 2023 pelo jornal *Açoriano Oriental* e pela *Revista das 100 Maiores Empresas da Região*.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da Cooperativa Leite da Montanha, à Associação Agrícola da Ilha do Pico e à Associação de Municípios da Ilha do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 14 de janeiro de 2025

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é mais um produto de excelência produzido na ilha do Pico. Ainda no Plenário passado, a minha colega de bancada, Deputada Ana Jorge, trazia-nos os fabulosos vinhos do Pico e os prémios que lhes têm sido atribuídos, que muito tem promovido, tanto o queijo, como o vinho, naquela ilha para a divulgação e promoção da nossa terra. E também, neste caso em concreto, o queijo Ilha dos Mistérios, que já não é a primeira vez que é premiado, já foi considerado até um dos melhores do nosso país, na sua categoria.

Uma palavra também de reconhecimento a todos os colaboradores, desde os produtores que fornecem a matéria-prima todos os dias, quer faça sol, quer faça chuva, mas também aos seus funcionários, por toda a dedicação, esforço e resiliência que têm demonstrado ao longo destes anos.

Portanto, é com naturalidade que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 21 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Terminamos os votos de congratulação, passamos aos votos de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP, para apresentação de um voto de pesar pelo falecimento de José Barbeito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de José Barbeito

O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Barbeito, ilustre terceirense, cuja partida representa uma perda irreparável para todos os terceirenses e, em especial para os que tiveram o privilégio de o conhecer.

Mais do que um profissional de excelência, lembramos um homem íntegro, justo, dedicado e compreensivo. José Barbeito foi um exemplo de humanismo e dedicação à causa pública, um médico exemplar e um ser humano de inquestionável valor, cuja falta será profundamente sentida por todos nós.

Ao longo de uma vida de serviço, destacou-se em diversas áreas da saúde. Integrou a Unidade de Evacuações Aéreas Médicas dos Açores e a equipa do Serviço de Urgência do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, onde a sua competência e sentido de missão foram amplamente reconhecidos.

Dotado de um espírito pedagógico e de uma capacidade única de formar, exerceu funções como orientador de internatos médicos de Medicina Geral e Familiar e como professor na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, contribuindo decisivamente para a formação de sucessivas gerações de profissionais de saúde.

José Barbeito desempenhou igualmente funções como médico relator no Centro de Prestações Pecuniárias de Angra do Heroísmo, como substituto da Autoridade de Saúde de Angra do Heroísmo e como membro da Comissão de Verificação de Incapacidades Temporárias do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Integrou ainda a coordenação do Plano Regional de Saúde (2014/2016) e do Plano Assistencial Integrado da Diabetes do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, deixando um legado de dedicação e responsabilidade.

O seu exemplo de entrega, solidariedade, missão e serviço público perdurará na memória de todos nós que tivemos o privilégio de o conhecer e com ele trabalhar e certamente será uma referência para muitos profissionais do presente e do futuro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Barbeito.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo da Ilha Terceira, à Direção da Escola Superior de Enfermagem da ilha Terceira, à Ordem dos Médicos nos Açores e à Direção Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto e pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de pesar, agora apresentado pelo CDS-PP, pelo falecimento do Doutor José Barbeito e endereça as condolências à família enlutada.

Aproveito para, no fundo, também destacar aquele que foi o homem e o profissional que foi o Dr. José Barbeito, que muito dedicou da sua vida à causa pública. No momento em que esta dedicação à causa pública, cada vez mais, sofre um processo de desprestígio, nunca é demais, nesta Casa, saudar todos aqueles que dão também um bocadinho de si e da sua vida à causa pública e ao exercício de cargos públicos.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma vez mais, associa-se ao voto de pesar aqui apresentado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Informar a Câmara que nos associamos a este voto e que vamos, durante esta sessão plenária, apresentar um voto de igual teor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** O CHEGA também associa-se a este voto pesar, aliás, também será apresentado, durante este plenário, voto de semelhante teor.

Pessoalmente, tive conhecido o Doutor Barbeito nas suas funções como Presidente da Unidade de Saúde de ilha. Reconheci-lhe a sua capacidade de lutar pelo interesse da sua Unidade de Saúde, mesmo que fosse contra a vontade da tutela e a tutela reconheceu-lhe essa verticalidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de José Barbeito foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento de Maria Madalena Madureira. Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente da Assembleia, atendendo que esta é a primeira vez que subo a esta tribuna, permita-me uma saudação muito especial à sua pessoa, à Mesa, às Sras. e aos Srs. Deputados, às Sras. e aos Srs. Membros do Governo aqui presentes.

E passo a ler o voto.

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Maria Madalena Madureira

Maria Madalena Madureira nasceu a 9 de outubro de 1945, em Salvador do Congo, Angola. Fixou-se na ilha de São Miguel em 1984, após viver no Brasil, onde nasceram as suas duas filhas, e na ilha Terceira, onde residiu por um ano.

Vocacionada para a modalidade de atletismo em pista, Madalena Madureira, como era amplamente conhecida, foi professora de Educação Física nas escolas dos Arrifes, Lagoa e Laranjeiras. Simultaneamente, destacou-se como treinadora e fundou o Clube de Atletismo da Lagoa (CALAG) da Escola Preparatória da Lagoa. Sob a sua liderança, o CALAG sagrou-se campeão feminino da Terceira Divisão Nacional, em 1996, e da Segunda Divisão Nacional, em 1998.

Mais tarde, integrou a secção de atletismo do Clube Operário Desportivo da Lagoa, que conquistou o título de campeão masculino da Segunda Divisão Nacional, em 2002, e de campeão feminino da mesma divisão, em 2004 e 2005. A sua dedicação e visão elevaram o nome da cidade da Lagoa, da ilha de São Miguel e dos Açores, no panorama do atletismo nacional.

Colaborou com a Câmara Municipal de Lagoa na organização das Corridas de Atletismo, realizadas anualmente entre Água de Pau e Lagoa. Além disso, entre 2002 e 2004, desempenhou o papel de prospetora de talentos. Foi também representante de São Miguel no Conselho Regional de Alta Competição, selecionadora regional nos Jogos das Ilhas, Presidente e Diretora Técnica da Associação de Atletismo de São Miguel, bem como treinadora e juíza de atletismo em provas regionais, nacionais e internacionais.

Madalena Madureira destacou-se igualmente pelas suas qualidades humanas, nomeadamente pela simplicidade, humildade e generosidade. Sempre disponível para apoiar os seus atletas, disponibilizou a sua casa para pernoitas e refeições, patrocinava, a título pessoal, os equipamentos desportivos dos jovens mais carenciados e junto das suas famílias ajudava-os a ultrapassar as suas dificuldades financeiras, revelando uma profunda sensibilidade social.

Em 2018, foi homenageada pela Câmara Municipal de Lagoa com um Voto de Louvor, em reconhecimento pelo seu contributo para a educação e o desporto no concelho. Na ocasião, foi lançado o seu livro, “Palavras Pequenas, Pensamentos Grandes”, que narra o seu percurso de vida.

Maria Madalena Madureira faleceu no dia 24 de dezembro de 2024, aos 79 anos de idade.

Assim, e considerando o seu percurso de vida e o contributo inestimável para a promoção, do desporto, em particular do atletismo, e a conseqüente projeção da Região Autónoma dos Açores a nível nacional e internacional, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 14 de janeiro de 2025, que aprove um voto de pesar pelo falecimento de Maria Madalena Madureira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Clube de Atletismo da Lagoa, ao Clube Operário Desportivo, ao Clube Desportivo Operário, à Associação

de Atletismo da Ilha de São Miguel, à Federação Portuguesa de Atletismo e à Escola Básica Integrada de Lagoa.

Disse.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Cristina Calisto. Agradeço a saudação que dirigiu à Mesa. Também dou-lhe as boas-vindas, desejo-lhe um bom trabalho e seja bem-vinda a este Parlamento.

Aproveito também para cumprimentar os Srs. Deputados Ricardo Paiva e o Sr. Deputado Henrique Melo, desejar-lhes um bom trabalho. Estão aqui, respetivamente, em substituição do Sr. Deputado Paulo Silveira e da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Apresentado o voto de pesar, vamos abrir as inscrições.

Pausa.

Está inscrito o Sr. Deputado Ruben Cabral.

(*) **Deputado Ruben Cabral** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeira instância, dar as boas-vindas à Sra. Deputada Cristina Calisto, minha conterrânea, que tenha, de facto, um mandato de sucesso.

Em segunda instância, naturalmente, associar o Grupo Parlamentar Social Democrata a este justo voto de pesar pelo falecimento de Maria Madalena Madureira, conhecida por professora Madalena, que teve, de facto, um impacto social e desportivo bastante relevante na Lagoa, em São Miguel e, portanto, também nos Açores inteiros.

Pessoalmente, toca-me bastante esta senhora. Foi treinadora de atletismo de vários membros da minha família e de mim próprio, inclusive e, portanto, consigo

testemunhar vários episódios que comprovam o impacto que esta senhora teve na nossa comunidade.

Faço referência a um pequeno exemplo: lembro-me que, a dada altura, havia atletas que nem uns ténis tinham e chegaram lá ao clube e, a título pessoal, a professora Madalena tinha oferecido uns ténis de atletismo, os chamados *bicos*. Foram miúdos que, pela primeira vez, tiveram um calçado novo que foi oferecido, a custo pessoal, pela professora Madalena.

Portanto, de facto, teve um impacto social e desportivo bastante grande e este voto é bastante justo e por isso, naturalmente, associamo-nos a este voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça o favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Minha saudação à Deputada Cristina Calisto, desejar-lhe também votos de muito sucesso no seu mandato.

O CHEGA não poderia deixar de se associar a este voto e, de modo particular, porque a professora Madalena Madureira muito fez em prol do concelho da Lagoa.

Foi minha professora de educação física. Eu nunca fui uma grande atleta, mas reconheço que ela soube reconhecer muitos talentos.

Levou muita gente para o desporto, muitas pessoas, inclusive da Vila de Água de Pau, ela integrou-os no atletismo.

A professora Madalena Madureira, de facto, como aqui já foi referido, era também uma professora que tinha um grande coração e, quando ela via talento e potencial nos atletas, não se deixava ficar e fazia de tudo, mesmo contra pais que não deixavam alunos participar nas provas, ia a casa destes pais falar e, do seu próprio bolso, muitas vezes, financiou muitos atletas.

Este voto de pesar que hoje é aqui trazido a esta Assembleia é mais do que justo, é mais do que merecido. Foi, de facto, uma grande cidadã e reconhece este mérito desta Assembleia Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Maria Madalena Madureira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, encerramos assim a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. Vamos passar para as declarações políticas. O primeiro grupo parlamentar a fazer uma declaração política é o CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, um bom ano a todos e a todos os Açorianos que nos estão a acompanhar. Todos conhecemos o velho ditado: só valorizamos aquilo que perdemos. No caso da segurança pública, só lhe daremos valor quando a perdermos ou quando os índices de insegurança se tornarem alarmantes.

É responsabilidade de qualquer político, governante ou cidadão ativo ser preventivo, antecipar as questões e interpretar os sinais evidentes em matérias como esta.

As nossas belas ilhas, um atrativo para o turismo, são, sem dúvida, uma das regiões com menor índice de criminalidade do país. Isso poderia transmitir uma sensação de

segurança, tanto a quem aqui vive, quanto a quem nos visita, mas certamente sabemos que não é bem assim.

O aumento do consumo de substâncias químicas, como as chamadas drogas sintéticas, deve deixar-nos em alerta. Devemos estar preocupados com os fenómenos de criminalidade que resultam desse flagelo social. Também, é sabido, que crimes frequentemente subestimados, como furtos a residências e comércios, estão, direta ou indiretamente, relacionados ao consumo de drogas.

Como combater esses fenómenos? Obviamente, através da prevenção primária. Mas, quando for necessário atuar criminalmente, cabe às forças de segurança fazê-lo eficazmente e com determinação.

Outro problema cada vez mais evidente é o aumento dos sem-abrigo e da mendigagem, que em nada contribuem para uma boa imagem da nossa terra. Não basta encolher os ombros perante essa questão. É necessário rever a legislação e implementar medidas que permitam encaminhar essas pessoas para locais apropriados que já existem.

Infelizmente, as forças de segurança, apelidadas por alguns como “a bosta da bófia”, têm perdido, ao longo das décadas, recursos humanos e materiais. Esse enfraquecimento é preocupante, tanto quanto ao seu papel, quanto para a sua autoridade. Mais grave ainda é o ataque vergonhoso à dignidade e legitimidade das polícias e dos seus agentes.

A degradação das esquadras, a falta de viaturas, a escassez de agentes e as condições precárias de trabalho não são meros acasos; fazem parte de um plano vergonhoso que enfraquece as autoridades e, conseqüentemente, a própria segurança pública.

Vivemos num país onde se questiona a autoridade das polícias e, ao mesmo tempo, se transformam criminosos em vítimas e até em heróis nacionais. Estamos a caminhar para a anarquia e à insegurança. Os Açores não estão imunes a estes fenómenos, e também, são vítimas desta chamada cultura *woke*, que pretende destruir a cultura secular que herdámos, defendemos e queremos continuar a ter.

Vivemos um tempo em que valores fundamentais, como o respeito pela vida, pela família, pelo trabalho e pelas instituições, são colocados em causa, em nome de uma suposta liberdade que, na prática, é apenas libertinagem.

Nenhum Estado deve ser policiado, mas é essencial ter uma polícia com dignidade, autoridade e recursos. Uma sociedade só se sente segura quando essa perceção é real, independentemente de estatísticas ou discursos vazios de alguns políticos. Defendemos uma sociedade ordeira, pacífica e segura.

É vergonhoso que a República continue a ignorar as necessidades das forças de segurança nas nove ilhas dos Açores, negando-lhes recursos humanos e materiais adequados. É inaceitável que não se cumpra o mínimo necessário para garantir a segurança da nossa sociedade.

Nós, representantes do povo açoriano, não podemos aceitar que o Estado, que tanto exige dos cidadãos, falhe nas suas próprias obrigações em matéria de segurança. Esquadras fechadas e agentes sozinhos em ocorrências são exemplos gritantes de falhas inaceitáveis. O Estado, para os Açores, parece ser um “Pai Tirano”, agindo como Frei Tomás: “faz o que eu digo, não faças o que eu faço”.

Por outro lado, o mesmo Estado, ou pelo menos parte dele, demonstra excessivo zelo em casos menores e caricatos, como a multa aplicada a um agente da polícia municipal de Ponta Delgada por cumprimentar o líder do CHEGA, André Ventura. Talvez aqui não seja propriamente a culpa do Estado, mas sim dos maus representantes, que abusam dos recursos ao seu dispor para combater o partido CHEGA, a terceira força política, tanto nos Açores, como no país. Isso, aliás, já todos sabíamos.

Os eventos dos últimos dias são a prova de tudo o que aqui estamos a dizer. Ora vejamos, num sábado organiza-se uma manifestação a atacar as polícias. No dia seguinte, no mesmo local, numa rixa entre imigrantes, que até já se formam em bandos, há violência com armas brancas e barras de ferro, que resulta em sete feridos. Neste mesmo domingo, não vimos a canhota a lá ir resolver a questão, mas sim a polícia, aquela que eles tanto atacam e odeiam.

Estes anárquicos tanto atacam as forças de segurança, tanto as querem destruir, que o mais certo, e continuando neste caminho, se algum dia quiserem segurança vão ter de chamar o Batman ou Homem-Aranha. É bom nunca esquecer que quem não gosta da polícia são os bandidos.

Por fim, cabe a nós, representantes democráticos, defender as nossas forças de segurança e garantir que ninguém, residente ou visitante, sinta-se inseguro na nossa terra. É nosso dever exigir ações concretas e eficazes.

Concluo com um apelo à ação em defesa das nossas forças de segurança e da segurança coletiva. É fundamental estar sempre ao lado de quem nos protege, e nunca contra eles. Aqueles que não concordarem, que “encostem à parede”.

Disse!

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições. Cada grupo parlamentar e o Governo têm 5 minutos para intervir, as representações parlamentares 3 minutos. Encerra o declarante com 5 minutos.

Pausa.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA traz-nos aqui uma intervenção com o mote da segurança, da necessidade de intervir preventivamente, defender as forças de segurança, e ao mesmo tempo, confunde questões que no nosso entender, não são confundíveis.

Deputado José Pacheco (CH): Pois não.

A Oradora: Questões como: os consumos de substâncias, a doença mental, os sem-abrigo. E fazendo aqui, no fundo, a defesa daquilo que tem defendido e que é a sua postura pública nestas matérias.

Naturalmente, que os problemas das dependências, – e que foram por nós evidenciados ainda aqui o mês passado, numa declaração política proferida pelo Sr. Deputado Russel Sousa – são um problema naturalmente grave, muito grave nos Açores e que se acentuou nos últimos anos, nomeadamente no que toca ao consumo das novas drogas. E nessa matéria, é óbvio que tem de ser feito um trabalho de prevenção. O Governo tem agora a possibilidade de – findo que foi o último plano de combate e prevenção às dependências – avançar com um novo plano que tenha esta questão em devida conta, em matéria de prevenção naturalmente, mas também em matéria de tratamento. Nessa nossa declaração política, tivemos oportunidade de realçar, dar o nosso entendimento sobre essa matéria, nomeadamente entendemos que não é pela via da repressão que se resolvem problemas de dependências ou saúde mental. Há que atuar em matérias de Saúde, de solidariedade social no caminho do tratamento e também da inclusão destas pessoas, não esquecendo nunca as suas famílias.

Este aspeto é para nós essencial: abordar a questão dos sem abrigo – que for aqui referenciada e que foi até objeto de estudo recente na Região – que, a determinada altura, teve um agravamento.

O Governo Regional diz que tem políticas nesta matéria e supostamente tem agido também nesta área. O que é facto é que, relacionado ou não com a questão das dependências, – mas muitas vezes sim de cidadãos com duplo diagnóstico inclusivamente – a situação dos sem-abrigo tem sofrido algum agravamento e também alterações na sua natureza, que merecem também de todos nós, dos partidos aqui representados e naturalmente também do Governo, uma abordagem séria que no nosso entender, não se resolvem estes problemas com câmaras de segurança nem com repressão.

Há todo um outro trabalho que tem necessariamente de ser feito e assumido, e que tem necessariamente também que ser público e participado. Este aspeto é para nós essencial.

Outro aspeto que foi aqui também abordado, no nosso entender de forma muito ligeira, tem a ver com a formação de bandos de imigrantes. Só a abordagem do problema com esta composição frásica diz muito de quem a profere.

No nosso entendimento, se há povo que conhece a realidade da emigração é exatamente o povo açoriano e nós lutámos, ao longo dos anos, pelo acolhimento dos nossos imigrantes no exterior.

Deputado José Pacheco (CH): É precisamente! Nós cumprimos as regras!

A Oradora: Quando colocados perante situações de imigração no nosso território, quando vêm em procura de trabalho e melhores condições de vida, – como nós próprios o fizemos – temos uma abordagem desta natureza, que é de formação de bandos, é de clandestinidade, é de repressão, é de tudo isto em vez de ser de promoção de inclusão e de tudo aquilo que esta questão envolve.

Deputado José Pacheco (CH): Sete feridos! Sete feridos!

A Oradora: E, portanto, na nossa perspetiva, – e terminando Sr. Presidente – toda esta abordagem é uma abordagem ligeira, que aborda temas como as dependências, os sem-abrigo e a imigração na perspetiva repressiva e não na perspetiva inclusiva.

E nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, já tivemos a oportunidade de abordar algumas destas temáticas, – nomeadamente a das dependências – pela via que nós entendemos que é de inclusão, de tratamento, de participação dos cidadãos na sociedade, numa sociedade que queremos justa e inclusiva.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para dar as boas-vindas aos deputados que hoje tiveram assento nesta Assembleia e desejar a todos votos de um bom trabalho.

O CHEGA traz-nos uma declaração política com dois tempos diferentes. Um primeiro tempo que diz respeito à prevenção e inclusão. A certa altura, ainda pensei que iria trazer aqui o recentemente conhecido PRISC (Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania), que não passa de 40 páginas de vacuidades e que, presumo, o CHEGA continuará a apoiar nos próximos anos desta Legislatura.

Mas não, o CHEGA avançou para um segundo tempo, na sua intervenção política, um tempo que diz respeito à segurança dos cidadãos, dos seus bens e inclusivamente das suas famílias.

É, de facto, uma questão relevante no momento, não só na República, de onde nos chegam notícias, todos os dias, nos telejornais – e que é uma competência da República, não é apenas uma competência nossa – mas também nos cabe a nós aqui alertar a República para esta temática, que diz, principalmente, muito respeito à ilha de São Miguel, nomeadamente à cidade de Ponta Delgada. Porque, na verdade, é no concelho de Ponta Delgada e nos seus concelhos limítrofes na ilha de São Miguel, que se têm registado maiores momentos de insegurança, de pequeno furto, decorrentes – sim, por mais que se queira esconder – decorrentes da problemática das dependências, sejam elas quais forem.

A falta de dinheiro para sustentar vícios leva ao pequeno furto e à insegurança que acho que qualquer um de nós, que passe pela baixa de Ponta Delgada, consegue perceber. É um assunto que não é fácil de resolver, não é com “pós de pirlimpimpim”, nem com a ação policial que se resolve, mas que de facto, tem de ser resolvida e alguém tem de tomar medidas nesse sentido.

Mas voltando ao primeiro tempo da intervenção do Sr. Deputado José Pacheco, queria apenas lembrar que, no Programa Eleitoral que a Iniciativa Liberal apresentou aos Açorianos nas passadas eleições, tínhamos uma nota precisamente sobre essa questão. E temos pena que não seja dada atenção a esses programas eleitorais por parte de quem governa.

Protestos e diálogos impercetíveis dos Deputados Joaquim Machado (PSD) e João Bruto da Costa (PSD).

O Orador: Há uma nota recente do psiquiatra João Mendes Coelho – presumo que o Governo saberá quem é – que diz precisamente aquilo que a Iniciativa Liberal tem no seu manifesto eleitoral. Portanto, eu espero que isto não passe de palavras vãs e de um esforço da *task force*, passe a redundância, mas que seja, de facto, um alerta para o Governo tomar, definitivamente, medidas no sentido de contribuir para uma melhor coordenação com as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), uma melhor coordenação com todas as entidades que estão no terreno, com as autarquias, com os autarcas de freguesia, que são políticos de proximidade, para, de uma vez por todas, tomarmos esse assunto como um assunto de interesse regional e que resolva de uma vez por todas...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ...o problema da insegurança e da inclusão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não regista mais nenhuma intervenção.

Pausa

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que o CHEGA trouxe, como já foi dito, procura em larga medida misturar um conjunto de assuntos de natureza muito distinta, tentando, de forma algo atabalhoada, querer associar um conjunto de problemas sociais a um sentimento de insegurança.

Deputado José Pacheco (CH): Não!

O Orado: Parece-me que o sentimento de insegurança que está em cima da mesa é unicamente o que o CHEGA quer criar. Não há um sentimento de insegurança nos Açores, felizmente, e há quem queira criá-lo.

Deputado José Pacheco (CH): Não há, que ideia!

O Orador: Mas de facto, nós ficamos preocupados com a segurança, quando se diz daquela tribuna que quem não concorda deve ser encostado à parede. Esse é um fator de preocupação quanto à segurança das pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Porque isso é aquilo que fazem as ditaduras. Quem não concorda é encostado à parede...

Protestos dos Deputados das bancadas do CH, PSD e CDS-PP.

O Orador: ...e essa é a mensagem que fica desta declaração política: que quem não concorda com o CHEGA, deve ser encostado à parede.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores foram para o Martim Moniz no dia a seguir consolar-se uns aos outros!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Fala com conhecimento próprio!

O Orador: Por isso, é bom que reflitamos sobre o que isto significa e o que isto significa ao ser dito num Parlamento democrático. Porque a democracia tem de se

proteger de quem efetivamente não vive bem com ela e quer outro regime que encosta pessoas à parede por delito de opinião.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Delito de opinião?!

O Orador: Mas nós fazemos também aqui um repto ao Governo: que não embarque nesta linha que pretende, por um lado, associar problemas sociais que têm de ter uma resposta social e polític; que não embarque em respostas repressivas, que poderão esconder o problema, colocando-o debaixo do tapete, mas só o vão agravar a prazo.

Há, efetivamente, problemas sérios ao nível social nos Açores, problemas ligados à pobreza, à falta de rendimento, à perpetuação geracional da pobreza, problemas ligados às dependências. Esses problemas têm todos uma resposta social, não têm uma resposta repressiva, não têm uma resposta através da polícia. A polícia não é, efetivamente, um órgão de assistência social. Tem o seu papel importante na democracia e não serve para ser instrumentalizado, já agora, muito menos com fins políticos. E é esse caminho de trabalhar na resolução dos problemas sociais que os pode resolver. Não é a lógica que aqui está e que foi aqui dita, que é pela repressão ou pelas forças de segurança que se vai resolver qualquer problema social, muito menos – Srs. Secretários e Sras. Secretárias – encostando pessoas à parede por delito de opinião.

Por isso, é bom que o Governo “diga ao que vem”.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça o favor.

Deputado José Pacheco (CH): Finalmente chegou a polícia!

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que nos traz aqui o CHEGA, relativamente às forças de segurança, é um assunto que devemos dar a maior importância porque as forças de segurança são um dos pilares da sociedade democrática.

A importância das forças de segurança não pode ser questionada sob pena de termos em causa a ordem social instituída, a plena liberdade dos cidadãos e a própria vivência em democracia.

É verdade que esta Assembleia se tem constituído em vários momentos por melhores condições para os profissionais da polícia na Região Autónoma dos Açores.

Não nos podemos esquecer que boas democracias não se fazem com más polícias, e más polícias não o são porque são pessoas más, mas porque lhes faltam meios dignos, esquadras dignas para trabalhar, porque lhes faltam viaturas, porque lhes faltam, em muitas circunstâncias, formação, porque lhes falta apoio.

Deputados José Pacheco (CH) e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que é fundamental!

Há muito tempo, andamos a dizer que a Região Autónoma dos Açores tem um défice de efetivo de cerca de 200 agentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já fui questionado, pela própria hierarquia, como é que se chega a essa conclusão, o que me deixou ainda mais preocupado. Ou seja, o Comando Regional da Polícia de Segurança Pública não sabe quanto agentes lhe falta. Por exemplo: tem 35 esquadras e tem de distribuir agentes para essas esquadras.

Portanto, meus senhores, esta é realmente uma declaração política que é oportuna, que nos preocupa, que toda a sociedade açoriana, – mas até a sociedade portuguesa – tem de se envolver neste processo. Porque nós, ainda há bem pouco tempo, éramos o terceiro país mais seguro do mundo. Neste momento, somos o sétimo país mais seguro do mundo.

Deputado José Pacheco (CH): É a inclusão! A inclusão está a funcionar!

O Orador: Portanto, é preciso analisar o que aconteceu, o que está a acontecer para que nós estejamos a baixar de posição na tabela dos países mais seguros do mundo. E há aqui alguma coisa que – como se costuma dizer em bom português: que se mete pelos olhos dentro – é a redução do efetivo.

Os governos anteriores não apostaram nas forças de segurança! Este Governo procura remediar os erros que foram feitos ainda há bem pouco tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No anterior Governo, extinguiu-se o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), porque uma infeliz declaração do Ministro teve de ter uma consequência. Por consequências políticas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ...extinguiu-se algo fundamental, que era o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Portanto, quando nós temos cada vez mais gente a circular pelo mundo e a entrar no nosso país, terminamos com a polícia que tinha essa função.

E para onde é que foram essas funções? Para os mesmos! Para a GNR e para a PSP! O efetivo da PSP e da GNR aumentou? Não! Fica como está.

Estes senhores vão fazer mais com o mesmo. Não é possível, alguma coisa tem de ser mudada, neste sentido, relativamente às forças de segurança. O Sistema de Segurança Interna tem de ser repensado. E sim, há muitos fenómenos aqui que foram identificados. É através de uma polícia mais bem formada, também nesse sentido, que se pode erradicar ou, pelo menos, minimizar muito desse problema.

O estupefaciente chega à circulação e ao consumidor porque, de forma ilícita, entra em qualquer território, e quem combate isto a montante são os polícias!

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não só!

O Orador: Se não há efetivo, aumenta a disponibilidade do produto.

Se não houver chuva, não há milho! Se não houver chuva, não há milho!

Portanto, se houver estupefacientes a entrar na Região, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...por falta de fiscalização, falta de acompanhamento ou por falta de investigação, passa a estar disponível aos consumidores.

Portanto, meus senhores, continuemos juntos neste processo de capacitação das forças de segurança nos Açores, como esta Assembleia tem demonstrado até ao momento, por unanimidade.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Deputado José Sousa (CH): Fala quem sabe!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, a questão da segurança é da competência do Governo da República.

Nós temos vindo a alertar o Governo da República para a necessidade de reforçar aquele que é o contingente das diversas forças policiais na Região Autónoma dos Açores.

Queremos, no entanto, valorizar aquilo que o Governo da República tem vindo a fazer no quadro nacional, nomeadamente, na valorização das carreiras e na valorização salarial, que era uma questão que tinha vindo a fragilizar, de facto, o relacionamento entre as diversas polícias e o Governo da República – e a população em geral. Este é um problema que está e que foi resolvido de forma célebre e que é importante. Foi

importante tendo em conta o desgaste que essa situação provocou e a injustiça evidente que a mesma significava.

No entanto, quero aqui também referenciar o ótimo relacionamento que o Governo dos Açores tem com as diversas forças policiais. Contamos com a colaboração deles na implementação de vários programas. Só temos de registar a sua colaboração assídua com o Governo da Região Autónoma dos Açores e nós valorizamos aquela que tem vindo a ser a atuação dos polícias na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta, muitas vezes, os poucos meios de que dispõem. Mas dos seus profissionais, nós só temos a dizer bem, nós só temos a valorizar o trabalho que têm vindo a desempenhar na Região Autónoma dos Açores.

Quero também referenciar, nesta intervenção, em relação à imigração, que aqui foi mencionada, aquela que também é a exemplar integração da nossa comunidade de imigrantes na Região Autónoma dos Açores.

Nós contamos com eles, são absolutamente essenciais para o desempenho económico da Região, para a nossa vida social, temos uma integração que é *modélica*. Mesmo agora na Assembleia da República, o Governo dos Açores teve a oportunidade de ouvir várias referências elogiosas ao modelo de integração que prevalece na Região Autónoma dos Açores, em relação aos imigrantes, que não é de hoje, que é algo que pertence ao nosso passado, também à forma de ser do nosso povo e também à forma de atuar das nossas instituições.

E, por isso, à comunidade de imigrantes, evidentemente, da nossa parte, temos a dizer que este modelo de integração tem de ser aperfeiçoado, tem de ser ainda melhorado, porque ainda queremos fazer melhor. Mas é importante realçar, nesta intervenção, a forma exemplar como os nossos imigrantes, aqui residentes, estão a contribuir para a nossa vida social, a nossa vida económica e o papel tão importante que estão a desempenhar.

É algo que é invejado quer no Quadro Nacional quer no Quadro Europeu e é uma mais-valia que nós temos e que temos de preservar todos em conjunto: os diversos órgãos do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Referenciar também, em relação ao problema das dependências, que é um problema que o Governo reconhece que existe na Região, que tem a sua gravidade e é necessário combater de forma firme e planeada. E é isso que nós estamos a fazer com os diversos programas que estamos a implementar e que esperamos que possam obter um bom resultado a curto e médio prazo.

A mesma coisa também noutra temática que aqui foi referenciada, (que nós obviamente também reconhecemos) é um problema que existe, que é a questão dos sem-abrigo, que é necessário resolvê-la. Aliás, foi anunciada a criação de um plano regional para as pessoas sem-abrigo, em colaboração com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, dada a urgência. Sendo um programa de abrangência regional, é um programa que irá incidir numa questão muito urgente. O Município de Ponta Delgada está a enfrentar, de facto, uma situação que é preciso resolver com o empenho de todos, quer com o poder local, quer também com a colaboração da Região Autónoma dos Açores e com os diversos agentes envolvidos nesta matéria, na área social. É necessário uma convergência de esforços para resolver este problema, que o Governo não nega que existe mas que é preciso resolver de forma competente, de forma empenhada, e estamos convencidos que vamos conseguir obter bons resultados nesta matéria.

Portanto, naquelas que são as diversas temáticas que foram abordadas nesta declaração política reconhecer que esses problemas existem, que esses problemas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ...e termino já Sr. Presidente, que esses problemas necessitam de uma abordagem de prevenção. Mas é preciso não descorar também que, na área da segurança, é necessário valorizar as polícias e que os polícias têm o seu papel e que esse papel é fundamental também.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Portugal, e conseqüentemente os Açores, é um dos países mais seguros no mundo e é importante que se faça esta declaração.

Obviamente que não havendo nem sendo possível ter um polícia atrás de cada cidadão, haverá sempre algum tipo de criminalidade. Não se pode é embarcar em histerismos, porque isso pode ter graves conseqüências quer internas, quer ao nível da imagem que temos e passamos no estrangeiro.

E, portanto, isso pode trazer-nos, obviamente, conseqüências financeiras, nomeadamente ao nível do turismo. Andar a embarcar para política interna com assuntos muito sérios, desta natureza da segurança, pode ser um grave perigo para o nosso país.

Se temos um nível de segurança que temos, apesar de todos os problemas que são públicos, tal deve-se ao esforço abnegado e diário de todos os elementos que compõem as diversas forças de segurança aos mais diversos níveis. A eles, é merecido o nosso reconhecimento, porque somos efetivamente um país seguro.

Sras. e Srs. Deputados, é esta a declaração que temos e que importa fazer. Somos um país seguro, tal deve-se ao empenho das forças de segurança, apesar de todas as limitações que elas têm. Tivemos durante anos, demasiados anos, sucessivos governos na República que descoraram o trabalho, descoraram o empenho, descoraram o equipamento das forças de segurança. Felizmente, finalmente temos um Governo na República que coloca este assunto como uma das prioridades de governação.

Sras. e Srs. Deputados, temos a salientar essa questão de que somos e continuamos a ser um país seguro. A isso devemos aos vários elementos das forças de segurança o nível de segurança que temos no nosso país.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio que todos já participaram.

Para encerrar a declaração política, Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A diferença entre o CHEGA e aquilo que está no dicionário que diz a “canhota”: esquerda ou sinistro, é precisamente isso.

Nós olhamos para as forças de segurança como a força preventiva, como amiga do cidadão, como um auxiliar da nossa segurança; eles olham como uma força repressiva.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: O erro é precisamente este.

Também ouvi, da parte do Bloco de Esquerda, que não havia nenhum sentimento de insegurança nos Açores. Comecei a minha declaração política a dizer precisamente isto: quando perdemos é que damos valor e gritamos.

É isto que viemos aqui dizer. Preventivamente, há que começar a fazer alguma coisa antes que isso se torne num problema. Ainda vivemos numa Região segura.

Agora, o meu pai não consegue ter as melancias na terra, a minha vizinha não consegue ter uma janela aberta que lhe entra um gatuno, eu não consigo andar na rua à noite porque sou assaltado, os nossos carros nos parques de estacionamento são vandalizados.

Protestos de alguns Deputados da bancada do PS.

O Orador: Qual é a parte da segurança que os senhores estão a falar? Eu estou a falar do mundo real, o mundo que os Açorianos conhecem, aquilo que existe!

E porque é que esta insegurança existe? Porque nós não temos polícias!

Nós não temos polícias e, como disse muito bem o Sr. Deputado Luís Soares, a segurança que nós temos hoje em dia muito se deve àqueles homens e àquelas mulheres das forças de segurança, sejam elas quais forem. Muito se deve!

É também aqui importante desmistificar uma coisa que o PS gosta muito de dizer. Uma é a inclusão. Estiveram uma data de anos, não incluíram ninguém, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: ...atiraram o dinheiro para cima dos problemas e nada se resolveu!

Mas há uma *confusãozinha* que gostam muito de fazer e que a vamos desmistificar: os nossos emigrantes, aqueles que foram para o Canadá, para a América, para a Venezuela, etc., chegaram a um país estrangeiro para trabalhar com as regras daquele país e cumpriram. Para o nosso país, vêm imigrantes que não querem cumprir as nossas regras, nem português sabem falar!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quando chegaram à América, também muitos não falavam inglês!

O Orador: Era ver as imagens de sábado em que nós víamos uma manifestação à qual os portugueses não se associaram, onde tínhamos uma data de estrangeiros que, quando se põe um microfone à frente, falam inglês! É disso que nós estamos a falar! E no dia a seguir, andaram todos à paulada, à facada e foi preciso chamar a polícia. Mas os nossos emigrantes são um exemplo, integraram-se.

Eu não defendo uma sociedade em que venha alguém de fora para a minha casa, mandar na minha casa e dizer como é que a vou viver daqui para a frente! Eu não admito!

Eu sou português, eu sou açoriano e é assim que se deve pensar! Isto não é inclusão!

Isso é aculturação e é nisto que querem transformar o meu país! Jamais, jamais!

Nós precisamos de polícia que nos defenda! Nós precisamos de polícia que faça o policiamento das ruas! Nós não precisamos é desse tipo de conversa que a única coisa que temos é mais droga e mais bandidos!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Está assim encerrada esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 46 minutos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Está inscrito para uma declaração política, o Grupo Parlamentar do CDS-PP. O Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra, faça favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Os Açores estão melhores”

A Região Autónoma dos Açores tem atravessado um ciclo de transformações profundas, que merecem todo o nosso reconhecimento. Hoje, mais do que nunca é, para o CDS, essencial destacar os progressos alcançados em vários indicadores, sejam eles sociais ou económicos. Estes resultados são fruto de uma governação estratégica, que tem promovido o crescimento económico e o bem-estar das famílias e das empresas açorianas.

A economia regional cresce há mais de 42 meses consecutivos. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento significativo no último ano, refletindo uma economia

que se tem diversificado e modernizado. Destaca-se, neste panorama, o setor do turismo, que tem sido um dos principais motores deste crescimento.

Os dados relativamente aos últimos três anos são claros: alcançámos marcos históricos, ano após ano, no número de visitantes, acompanhado por uma maior taxa de ocupação hoteleira e um aumento do gasto médio por turista. Ainda que alguns possam atribuir estes resultados ao acaso, a verdade é que são o reflexo de uma estratégia bem delineada pelo Governo Regional, em articulação com as Câmaras de Comércio e com os empresários. Apostamos numa promoção mais eficaz do destino Açores e na melhoria das acessibilidades às nossas ilhas, e os resultados estão à vista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem.

O Orador: A mobilidade é, de facto, uma área onde se evidencia o progresso. Desde 2021 que a Tarifa "Açores" democratiza o transporte aéreo, com impactos diretos na vida das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Esta medida que aproxima as nossas ilhas, promove a coesão territorial, dinamiza o turismo interno e fortalece a nossa identidade açoriana. É uma medida que liga as famílias, potencia negócios locais e reforça a nossa identidade açoriana.

Para as famílias, o reforço das medidas de apoio ao rendimento disponível nos últimos quatro anos foi decisivo. O aumento do COMPAMID (Complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos) aliviou encargos, enquanto os incentivos à natalidade, como Nascer Mais, e os apoios à habitação para jovens casais revelaram-se uma estratégia clara de investimento no nosso futuro coletivo.

Os idosos também têm sido uma prioridade inequívoca, com programas inovadores como o Novos Idosos, que promovem a inclusão social e a melhoria da sua qualidade

de vida, assegurando que quem, tanto no passado, contribuiu para a nossa sociedade possa, hoje, viver com mais dignidade e de uma forma mais ativa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Graças ao aumento do Cheque-pequenino, – agora não tão pequenino – os idosos contam com mais de 110 euros mensais, quando antes contavam com apenas 56 euros.

Graças às Creches Gratuitas, são já abrangidas mais de 3200 crianças, garantindo um verdadeiro apoio a todas as suas famílias, mesmo as que trabalham e pagam os seus impostos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Antes não eram gratuitas para todos e eram apenas contempladas 700 crianças.

Graças às Bolsas de Estudo e Programas de Apoio às Propinas, em conjunto com as medidas do Pacote Mais Jovem, as famílias dos nossos jovens contam com um apoio considerável para a valorização da sua vida académica e pessoal.

É com medidas concretas como estas que garantimos mais rendimento às famílias açorianas.

No setor público, as mudanças são palpáveis. Agora, os funcionários públicos dos Açores necessitam de apenas seis pontos para progredirem na carreira, em vez dos anteriores dez. Professores e profissionais de saúde têm visto o tempo de serviço recuperado, após muitos anos de congelamento. Nas nossas escolas, mais de 500 professores já foram contratados, e na saúde, mais de 500 profissionais tiveram a sua situação regularizada.

Estes avanços refletem-se também no mercado de trabalho. A Região alcançou a menor taxa de desemprego e a maior taxa de população empregada da história dos Açores e

reduzimos para metade o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Não queremos que o Rendimento Social de Inserção seja uma dependência permanente, mas sim aquilo que sempre deveria ter sido: uma transição temporária para melhores condições de vida e para a integração no mercado de trabalho.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Há uma frase que resume bem a atuação política deste nosso Governo de Coligação PSD/CDS/PPM, proferida por uma figura insuspeita: “O apoio Social, se for permanente, é um estigma, é uma habitação.” Dizemos nós, os apoios sociais devem servir para que as pessoas se emancipem e sejam livres.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam uma redução do risco de pobreza e exclusão social.

Há quem diga que o contexto internacional em nada influenciou a vida dos Açorianos, como se uma pandemia, inicialmente uma guerra – agora duas –, a inflação e tudo o que daí resulta, não tivessem um impacto brutal em ilhas isoladas como os Açores. Mas tiveram e o nosso Governo sempre soube responder à altura. Agora estamos a começar a observar, de forma evidente, os frutos dessa ação política.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados,

O legado deste Governo de Coligação PSD/CDS/PPM é claro: uma visão política humanista, focada nas pessoas, nas famílias e nas empresas, que está a transformar os Açores num lugar melhor para viver e criar a família.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está realizada a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

O CDS-PP não tem tempo para encerrar a declaração política, portanto, ela está encerrada por natureza.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política do CDS-PP aborda diversas temáticas, nomeadamente no âmbito económico, do ponto de vista social, naqueles que são os indicadores do crescimento económico, fazendo aqui várias referências a diversos assuntos. O que é importante aqui referenciar é, de facto, o crescimento económico da Região Autónoma dos Açores, – se nós, por parte de alguns setores da oposição, temos neste momento um conjunto de críticas, em relação à Região Autónoma dos Açores, em relação àquele que é o nosso desempenho, – a verdade é que a Região Autónoma dos Açores está a crescer economicamente como nunca.

Os dados contrariam qualquer tipo de justiça em relação a essas críticas, porque o desempenho económico da Região está a ser absolutamente excepcional, quer do ponto de vista do crescimento do PIB, quer do ponto de vista também da criação de emprego. É fundamental também falar destes recordes: na Região Autónoma dos Açores, nunca criámos tantos empregos e nunca a economia cresceu tanto, e de facto cresceu. Também é importante referenciar que nós estamos a crescer, os outros também, mas nós estamos a crescer mais do que os outros. E isto provoca uma convergência com a

União Europeia e uma convergência com aqueles que são os valores nacionais. Portanto, estamos a aproximar-nos do crescimento económico dos outros porque estamos a crescer mais que os outros, quer a nível europeu, quer a nível nacional.

Eu quero destacar também que, além dos números tão importantes do crescimento económico, há outra matéria que é uma matéria da maior importância que tem a ver com o facto desta vez, ao longo de muito tempo, ao longo de períodos históricos que antecederam este momento, a economia dos Açores muitas vezes cresceu devido a um setor e estava extremamente dependente de um determinado setor.

Todos conhecem a história, por exemplo, do ciclo da laranja ou a grande dependência que tivemos em relação ao setor agroindustrial, criando dependência em relação a uma monocultura. Ou também, em determinado contexto geográfico, à dependência em relação ao setor da vinha.

A verdade é que a Região Autónoma dos Açores, pela primeira vez, não está dependente de uma monocultura. Neste momento, é uma economia diversificada e é uma economia que está mais bem protegida em relação a uma determinada evolução que possa ser negativa de um determinado setor, porque não depende apenas de um setor.

É evidente que o setor turístico é um setor de grande crescimento, já significa 17 % do nosso PIB, é muito significativo. E significa 17 % do emprego na Região Autónoma dos Açores.

São números surpreendentes, números muito importantes, que foram alcançados através de políticas que têm sido bem dirigidas, tendo em contexto também, não só o crescimento, mas aquele que é um fator fundamental que é, digamos assim, a nossa galinha dos ovos de ouro: a qualidade ambiental e a sustentabilidade. E nesse sentido, toda a projeção do crescimento deste setor tem sido feita tendo essa preocupação central, por isso distinguimo-nos pela quantidade e pela qualidade. Daí um conjunto muito grande de reconhecimentos internacionais que têm vindo a ser realizados à

Região Autónoma dos Açores, o que demonstra que este setor é sustentável porque é um setor que tem qualidade, que nos diferencia em relação a outros destinos.

Também quero referenciar, em relação à economia dos Açores, que para além de ser uma economia diversificada, com vários setores pujantes, a verdade é que nós temos agora um setor bastante inovador na Região, com o crescimento de setores tecnológicos importantes como é o caso do espaço.

O número de empresas que se estão a estabelecer na Região Autónoma dos Açores – nomeadamente em Santa Maria – teve um crescimento quase exponencial, daquela que é a massa crítica na área do espaço, e muito significativo.

É mais uma vez uma aposta muito importante, como também no setor da economia do mar, no âmbito da investigação. Neste investimento tão significativo verifica-se que vamos ter agora uma embarcação científica que será das mais modernas e das mais bem equipadas do mundo, o que será uma enorme mais-valia também para o crescimento deste setor. Também o projeto do Tecnopolo-MARTEC e muitos outros investimentos nesta área tecnológica ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: ...que acrescentam muito, do ponto de vista da tecnologia, à nossa economia e à sua modernização.

Por isso, evidentemente, a melhor forma de resolver as questões sociais, e termino já Sr. Presidente, é garantindo o crescimento económico que tem vindo a ser fomentado através da baixa dos impostos, porque todos os anos fazemos um esforço muito significativo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para manter este crescimento económico é preciso manter os impostos baixos na região! É isto que nós estamos a fazer!

Este crescimento económico é que nos permitirá alcançar e triunfar sobre as questões sociais que temos pela frente. Temos um conjunto, e não negamos, de questões sociais de enorme importância que temos vindo a dar resposta com vários projetos de grande

valia, mas, evidentemente, tudo isso não seria possível se não existisse um crescimento económico, se a Região não estivesse a produzir mais riqueza, porque mais riqueza, significa mais recursos para que a sociedade dos Açores seja mais próspera e mais justa!

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só fazer aqui um pequeno apontamento relativamente à declaração política do CDS-PP que se centrou na parte económica da Região, no aumento de riqueza nos Açores, que obviamente é notório e é factual, – durante 42 semanas, salvo erro – e aquilo que é um grande mérito da Região Autónoma dos Açores.

Contudo, esqueceu-se de dizer algo muito importante. Nós aumentámos em termos de riqueza na Região Autónoma dos Açores, mas também aumentámos na percentagem do Coeficiente do Gini, onde, mais uma vez, os Açores continuam com uma percentagem extremamente elevada. E para quem não sabe o que é, tem a ver com a desigualdade relativamente à distribuição dos rendimentos. Isso quer dizer, os ricos estão cada vez mais ricos e a beneficiar desta política do Governo que nós temos atualmente, enquanto as pessoas, neste caso, a média da sociedade açoriana, continua cada vez mais pobre.

E isso, sem dúvida, que era fulcral para estar numa declaração política.

Sim, estamos a ter um crescimento económico, mas sim, não é para todos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não ouviu essa parte da declaração! A declaração foi focada nas pessoas!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Pausa.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça o favor.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que foi trazida hoje pelo CDS-PP é, no fundo, uma declaração de autoelogio, de elogio ao Governo, que se foca naquilo que é...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que o senhor não estava habituado a isso!

Protestos dos Deputados da bancada CDS-PP.

O Orador: ...a vossa interpretação, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os factos estão publicados!

O Orador: ...num legado positivo, num mundo de conquistas, mas a verdade é que as dificuldades são muitas. São muitas e o Sr. Deputado não proferiu uma única palavra sobre os problemas que os Açorianos enfrentam e que são significativos.

Falou num legado que este Governo deixa aos Açorianos, mas a verdade é que nós, ao fim de 4 anos, podemos fazer um balanço.

É um Governo que não paga a quase ninguém, que tem o maior volume de dívidas a fornecedores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso nem é verdade!

O Orador: ...que tem o maior volume de dívidas de apoios e, portanto, sobre isso, também não foi dito nada.

O Sr. Deputado vem falar, ...

Protestos do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

O Orador: Deixe-me concluir. Vem falar do...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se agora é enorme, o que era antes!

O Orador: Vem falar do crescimento económico como se fosse... é factual e a verdade é que, com a expressão do crescimento do PIB que foi feita pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), e verificando em pormenor, a Região entre 2021 e 2023, em termos de convergência com o país, praticamente ficou inalterado. Passou de 88.3 para 88.4. Esse é que é o grande de mérito do crescimento económico nos Açores?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): No vosso tempo descia!

O Orador: A economia cresceu, é verdade, mas nós vivemos num dos períodos com maior inflação dos últimos anos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O PS queria os impostos mais altos dos Açores!

O Orador: ...com consequências reais para as famílias e para as empresas, por exemplo, ao nível de habitação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Exatamente! Com essas dificuldades conseguimos aumentar!

O Orador: Os valores da habitação demonstram isso. Ao nível de desigualdades sociais, também. Aumentaram de forma significativa, já aqui foi referido.

É também dito que a Região, o território regional, é um dos mais vulneráveis do país, com uma taxa de risco de pobreza e exclusão social de 31,4.

E, portanto, sobre isso, o que é que foi dito? A Região está a regredir em várias áreas: do ponto de vista social, isso é claro; do ponto de vista do combate às dependências –

já aqui foi debatido hoje de manhã – temos um problema sério e nós continuamos a negar a dura realidade em que vivemos.

Foi criada uma *task force*, mas ela, como é referida pelos especialistas, é essencialmente consultiva e pouco executiva.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Com certeza que o senhor não sabe o que esta a dizer! Desde quando é que uma *task force* é executiva!?

O Orador: E, portanto, esta é uma realidade. E sobre isso, o que é que foi dito? Também não foi dito nada!

Mas mais, o Sr. Secretário Regional vem falar que a Região tem promovido os impostos mais baixos como a solução para todos os problemas, mas esqueceu-se de referir, por exemplo, que este Governo Regional, desde o dia 1 de janeiro, aumentou o preço da garrafa de gás em cerca...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Gostava de concluir. Este Governo, desde o dia 1 de janeiro de 2025, aumentou o valor do gás em cerca de 30 %.

E o que é que traduz esse aumento? Traduz uma grande insensibilidade perante as dificuldades que as famílias enfrentam e que têm de recorrer ao gás para o seu dia a dia. Se era necessário aumentar? Sim, nós reconhecemos que era necessário aumentar, mas 30 % é muito significativo e isso tem impactos. Também sobre isso nada é dito.

Vem falar da questão do turismo e do crescimento que o turismo tem trazido. É verdade, o turismo tem trazido crescimento, mas crescimento económico não é o mesmo que desenvolvimento, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ...não é o mesmo que desenvolvimento sustentável.

Protestos dos Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD) e Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

O Orador: É importante que haja crescimento económico, mas esse crescimento económico tem de ser sustentável, tem de se traduzir em benefícios concretos para todos os cidadãos e isso não está a acontecer, não está a acontecer!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Vá perguntar aos restaurantes que estão cheios!

O Orador: Eu pergunto.

Sobre a mobilidade, não deixa de ser curioso que vem falar de mobilidade, mas não fala do fracasso do plano de reestruturação da SATA. São cerca de mais de 400 milhões de euros para o plano de reestruturação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A comissão europeia não é bem isso!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O que é que o senhor diz da tarifa Açores!?

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Ó Senhor Presidente, eu não consigo continuar.

Pausa.

O Orador: A verdade é que sobre a SATA nada é referido que, após 4 anos de um plano de reestruturação, há agora a necessidade de se apresentar um plano de sustentabilidade, como se fosse a última maravilha. Apresentar medidas de 65 milhões de euros, esquecendo os prejuízos que foram registados dos últimos 4 anos de 200 milhões de euros, traduz bem o estado em que estão.

E para terminar, referir também apenas alguns indicadores no âmbito do transporte marítimo. As dificuldades são evidentes, faz muita falta o transporte marítimo sazonal, como existia no passado, isso é reconhecido por todos.

Protestos dos Deputados Joaquim Machado (PSD) e João Bruto da Costa (PSD).

O Orador: Sobre a saúde mental...

Protestos do Deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

O Orador: Ó senhor, deixe-me concluir. A verdade é que os senhores muito criticaram o transporte marítimo, mas têm uma tarifa Açores que custa exatamente o mesmo, mas negaram as evidências e as vantagens do transporte marítimo.

E termino, referindo que não deixa também de ser relevante que, quando se fala da realidade que os açorianos enfrentam, também não haja uma palavra sobre as dificuldades sentidas na saúde e sobre o facto de nós hoje, – e já vamos a caminhar para mais de 8 meses após o incêndio no HDES – continuamos a ter duras dificuldades numa prestação de cuidados dignos aos açorianos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Por amor de Deus! os números não dizem isso! Ainda assim produzimos mais do que quando o PS era Governo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Temos um hospital modular que não serve os propósitos de cuidados de saúde dignos, atempados e com segurança. E sobre isso também nada foi referido.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta primeira intervenção do ano de 2025, a todos cumprimento, desejando muita saúde e muitos sucessos pessoais.

Indo concretamente ao encontro daquilo que, neste momento, estamos a apreciar, esta declaração política do CDS-PP, disse o Partido Socialista, que se trata de um autoelogio. Bem, não é um autoelogio, é a constatação da realidade que nós hoje estamos nos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: É essa realidade que deixa tão agastado, tão incomodado, o Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Traumatizado!

O Orador: ...que, durante mais de 5 minutos, foi incapaz de reconhecer uma coisa que está bem nos Açores, com exceção do turismo, e mesmo assim foi dito em jeito de entrelinhas. Mas vamos começar pelo fim, pela SATA. Só mesmo quem não tem vergonha política pode falar da SATA...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: ...daquilo que é a SATA, na consequência da má gestão socialista durante duas dezenas de anos.

E já agora, também este saudosismo que o Partido Socialista continua a ter do seu tempo, mesmo naquilo que correu manifestamente mal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...como foi o caso da operação sazonal de transporte marítimo, que durante os últimos 3 anos de governação socialista, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas, para transportar 220 mil pessoas custou 23,9 milhões de euros. Repito, 23,9 milhões de euros para transportar 220 mil pessoas em barcos gregos, velhíssimos...

Deputado Carlos Silva (PS): Os aviões são novos!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas vocês é que os compraram!

O Orador: ...que não navegavam em mais de 5 mil deste mundo.

Mas nada diz o Partido Socialista àquela medida estrutural bem-sucedida da governação da coligação do CDS-PP, do PSD e do PPM, que é a tarifa Açores que no mesmo período, em 3 anos, já transportou mais de 1 milhão de passageiros com um valor significativamente inferior em mais de 25 % daquilo que custou a operação marítima.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Não está tudo feito, nem podia ser tudo feito em 4 anos com as incidências que esses anos tiveram, não só da COVID, da guerra, da inflação e também de uma legislatura interrompida, com as consequências que isso também trouxe para a vida nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, bem lembrado!

O Orador: Não está tudo feito nem está tudo perfeito.

Nem a declaração política do CDS-PP foi perfeita; eu acho que foi incompleta, porque falta acrescentar muito mais coisas que, em 4 anos, a governação já fez efetivamente.

Deputado Pedro Neves (PAN): COMPAMID!

O Orador: Falava, por exemplo, da valorização da administração pública; falava, por exemplo, do aumento da remuneração complementar de 25 %...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...depois de anos a fio congelada pelo Partido Socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Da redução de impostos! Nós somos a Região do país onde se pagam menos impostos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: 200 milhões de euros que ficam no bolso das famílias em vez de ficar na administração pública.

Até a inflação! Temos a inflação mais baixa, abaixo da média do país. Temos o recorde absoluto em receitas geradas pelo turismo. E até na pobreza, nós estamos muito melhor do que na governação socialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: É falso o discurso que o Partido Socialista tem feito dos dados do relatório Portugal Social 2023!

Porquê? Porque os valores, seja para a pobreza e exclusão social, seja para a pobreza monetária, seja para a privação material e social severa, seja para o Indicador de Gini, em todos eles, em 2023, nós estamos melhores do que em 2019, 2018 ou 2017!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A exceção é o ano de 2020, porque estes indicadores são apurados depois das transferências sociais e 2020 com a pandemia, os açorianos foram encharcados com transferências sociais, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Encharcados?!

O Orador: ...também porque era ano de eleições regionais.

Portanto, vou ler o que diz a página 30 desse relatório social. O relatório social de Portugal 2023 diz na página 30: Já em 2018, a Região Autónoma dos Açores se posicionava como o território com maior nível de pobreza ou exclusão social, assim

como com as maiores taxas de pobreza monetária, privação material e social, severa intensidade laboral muito reduzida.

Desde então, desde 2018 até ao presente, regista-se uma diminuição transversal de todos os indicadores!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: É exatamente o contrário daquilo que o Partido Socialista tem vindo a mentir e a dizer aos açorianos!

Sr. Presidente, eu farei a entrega dessa página para V. Exa. ter a amabilidade de distribuir a todos os membros.

Mas há mais! A taxa de abandono precoce de educação e formação também tem vindo a descer. É muito inferior àquela que o Partido Socialista deixou, e continuamos por aí abaixo. Até o PIB, que em termos nominais, cresceu mais em 3 anos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...do PSD do que no tempo do senhor.

Portanto, o Partido Socialista não encontra nada disto como sendo positivo, nem um legado bom deixado por estes 4 anos de governação.

Deputado Carlos Silva (PS): Esqueci-me do glifosato!

O Orador: Mas mais duas coisas, só para terminar, Sr. Presidente, que são: nós mudámos um paradigma nos Açores. Onde antes tínhamos falta de emprego, hoje temos falta de mão de obra. Temos a maior população empregada de sempre e com isso, o rendimento médio do trabalho dos Açores também aumentou.

E é por isso que o Partido Socialista fica agastado e faz as intervenções que faz, sem ideias, sem projetos para os Açores!

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate da declaração política, que nos traz o CDS-PP, apraz-nos o conforto que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares traz a esta Câmara, informando os Açores e os Açorianos de que tudo está bem...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Não disse isso!

O Orador: ...é de facto, bastante reconfortante. Mas isto acontece precisamente no dia em que o Governo, do qual V. Exa. faz parte, nos apresenta o Plano Regional para a inclusão social e a cidadania.

Ora, se tudo está bem, cá vamos nós a caminho de mais um plano para o combate à pobreza, para a inclusão social e para a cidadania.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Agora era melhor não ter plano!

O Orador: É, de facto, reconfortante, Sr. Secretário, mas lamento dizer que, quem passa as dores, não está assim tão confortável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sempre foi assim!

O Orador: Sobre a SATA, poderíamos aqui dizer que, nos últimos 4 anos, acumulou um prejuízo de 160 milhões de euros. Mais que 160 milhões de euros a somar àquilo que já vinha de trás: é obra deste Governo.

Sobre o crescimento da economia, também se pode falar da importância que tem o turismo neste crescimento. E aí, perdoem-me, mas não se pode falar de 4 anos desta governação, porque o turismo não é um setor que se tenha desenvolvido em 4 anos. É um setor que está a crescer nos Açores desde os anos 60 do século passado, ...

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi) e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão).

O Orador: ...com um esforço enorme de muitos que estiveram no terreno a fazer o trabalho: o trabalho de investir em unidades hoteleiras, na notoriedade do destino Açores, na notoriedade da ilha de São Miguel, na notoriedade do triângulo como destino turístico, de um conjunto enorme de empresas, cidadãos, instituições que andaram a fazer esse trabalho e que, felizmente, meteram os Açores na moda do turismo internacional, nos últimos anos. E, portanto, também é abusivo chegar aqui e dizer que estamos a crescer no setor de turismo, fruto do trabalho dos últimos 4 anos. Mau seria se os Açores estivessem a diminuir num setor que está a crescer no mundo inteiro. Mas sobre isso, e sobre o crescimento do turismo e da sustentabilidade do destino Açores, cuja economia assenta essencialmente em dois vetores, agropecuária e o turismo, importa dizer que o maior investimento que este Governo Regional fez, nos últimos anos, foi em estradas, por via do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Ora, permitam-me aqui dizer que cada metro cúbico de betão, que é metido em cima de terreno agrícola e em cima de zonas suscetíveis, contribui mais para a pobreza e para a insustentabilidade, do que para o crescimento económico nesses dois setores fundamentais da nossa economia.

Mais uma vez aqui o refiro e que para que fique bem registados nos Diários desta Assembleia, porque o futuro vai-me dar razão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como era, de certa forma, esperado, e é também praxe, a declaração política do CDS-PP é um exercício de autoelogio à política do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso já foi dito, seja original!

O Orador: Não apresenta, todavia, nenhuma posição política diferente, distinta, nenhum caminho novo que o CDS pretenda implementar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O caminho é este! O caminho é este, não tenha dúvidas!

Protestos do Deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

O Orador: ...no contexto em que vivemos.

Por isso, às vezes, o CDS-PP mostra vida própria para falar da SATA, mas aqui no Parlamento, segue e apenas tem elogios à política do Governo.

Gostaria de ter visto essa vida própria na crítica à SATA e às suas decisões, mas não tivemos essa honra.

Mas o CDS-PP vem falar do PIB, do crescimento em vários setores e o que isso significa, mas também é preciso que se diga que o CDS-PP, quando falou do PIB, esqueceu-se de referir que esse crescimento do PIB, revisto de acordo com as novas formas de contabilização por parte das entidades oficiais, – nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística mais recentes – significa que o PIB da Região, ao invés dos 90 % da média nacional que estava previsto, está com 88 % da média nacional.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda bem que o senhor admite que as médias mudaram.

O Orador: Ou seja, o crescimento que existiu agora, efetivamente, não significou o aumento da percentagem do PIB da Região relativamente ao PIB Nacional que se esperava.

Por isso, é preciso olhar para os números, como eles são, sem exageros e sem otimismo exagerados. De facto, o PIB não é tudo e, como já aqui foi dito, quando há

crescimento, é preciso olhar, principalmente, para a forma como esse crescimento e essa riqueza é distribuída. E como é evidente nos Açores, ela não é distribuída de forma justa, equitativa.

Deputado José Sousa (CH): Pois! Uns trabalham mais e outros trabalham menos!

O Orador: É distribuída principalmente por uma elite, que fica com grande parte desse PIB, e a grande parte das pessoas, que recebe salários baixíssimos, vive com grandes dificuldades. E vive com grandes dificuldades no momento atual! Quando esperávamos que o ano de 2025 trouxesse boas novas, ao Açorianos foram presenteados com decisões em véspera natalícia e de Ano Novo, que lhes retiram grande parte daqueles que são os aumentos ou apoios que o Governo atribui. O Governo através do orçamento, aumentou, por exemplo, a remuneração complementar em 3 %, – 2,53 euros – mas quem tem que comprar uma garrafa de gás vai pagar mais 5 euros! Lá se foram os 2,53 euros! Quem recebe o Complemento ao Abono de Família tem um aumento de 1,34 euros, lá se foi o Complemento Regional ao Abono de Família!

O Governo, ainda por cima, tem a falta de vergonha de escrever, numa nota de imprensa, que esta subida se deve à pressão das empresas!

Ora, um Governo que escreve que há uma subida no gás que se deve à pressão das empresas é um Governo que não tem qualquer tipo de vergonha de explicar aos açorianos a que pressões é que serve e para quem está efetivamente a governar!

E sobre esta matéria, é preciso ligar e dizer dois aspetos: a transição energética e existir uma Região menos dependente de combustíveis fósseis, não pode ser feita à custa daqueles que não têm alternativa e não conseguem, por exemplo, deixar de ter...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...o gás em sua casa.

Não se pode fazer! Taxar as pessoas, – porque isso é uma forma de lhes tirar rendimento e de lhes taxar – é aquilo que dizem que não querem fazer! Mas não querem fazer para

uns, porque para outros obrigam-nos a pagar mais 5 euros por uma garrafa de gás. E isso não é uma transição energética justa, é uma transição energética...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... que penaliza os mais pobres.

E, por exemplo, a medida que é, ou que deveria ser, o SOLENERGE para chegar a todos, como se percebeu, não chegou a todos e deixou grande parte da população, aqueles que menos têm, agarrados ao combustível fóssil, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor dizia que ninguém ia aderir!

O Orador: ...que os senhores agora querem aumentar brutalmente...

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ...cedendo às pessoas, como dizem das empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

Pausa.

Protestos dos Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD).

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política, – e eu quero ser muito criativo, mas não consigo – foi um autoelogio, obviamente! Mas acho que faltou aqui uma palavrinha que devíamos eleger para 2024: Estabilidade.

Estabilidade governativa (e que se deveu também ao CHEGA) é fundamental em qualquer governação, mas com uma diferença; é que não deixámos de ser quem somos, não nos calamos, e continuamos a ser críticos.

Enquanto os socialistas não souberam fazer, e agora têm as soluções miraculosas, nós continuamos a fazer o nosso papel.

Nada mudou. Mudou? Desculpe, mudou. Antes era apenas um, agora são cinco. Afinal mudou qualquer coisa e vai mudar daqui para a frente.

Agora se está tudo bem? Não, não está, e aqui já foi dito, o fosso da SATA: é uma anedota! Privatização: é para chorar! O emagrecimento da máquina de Estado: só de binóculos. Os transportes marítimos, Sra. Secretária, continuamos nisso.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já está em marcha!

O Orador: Mais! O Hospital Modular, aquela cabana em metal, coisa linda da Noruega: é o que é! Continuamos sem ver as obras do hospital.

Nós não andamos a dormir! Nós estamos atentos!

Agora, os calotes, é que estes calotes, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Calote é o seu ao seu dono!

O Orador: O cachalote foi o calote que os socialistas deixaram aos açorianos. Agora estes calotes, ou seja, o Governo, com atrasos nos pagamentos, não paga, promete, etc., vai ficar com o adjetivo do “caloteiro”, e isso não fica bem.

Se há dificuldades financeiras, temos de as dizer publicamente.

Olhe, faça com a mesma pressa que fez o Sr. Secretário, com o relatório confidencial, (“Se o Trump fizer assim, vai acontecer *assado*”) que apelidei, e bem: “Se a minha avó tivesse rodas, era uma camioneta!”

Especulação é que não, nós precisamos do mundo real, e isto é verdade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, que a estabilidade é necessária, é! Que a oposição é necessária, é! Eu, apesar de ser crítico ao PS, acho que sim; acho que devem apresentar caminhos, devem apresentar soluções! Não podem, é reciclar soluções, nem podem apresentar as soluções que, politicamente, estavam impedidos quando eram Governo! Isto é que não pode acontecer!

Ou seja, para que os Açorianos percebam: quando eram Governo, não faziam porque não queriam. Agora que são a oposição, os outros têm de fazer tudo o que eles queriam fazer, mas não lhes deixaram! Não é assim tão difícil de perceber.

O autoelogio nunca ficou bem em casa nenhuma. É bom prestar contas; elogiar e depois ter uns “rabos de palha” – perdoe-me a expressão, Sr. Presidente, – é bastante difícil! Nós temos de emagrecer a máquina do Estado; temos de tirar da alçada do Estado as empresas que só dão prejuízo; temos de mudar a palheta, e mudar a palheta é fazer diferente. Dar continuidade ao Governo socialista apenas tendo um...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...D à frente do PS, também não resolve muita coisa.

E não vale a pena prometer ou comprometer, – como foi o caso do Divino Espírito Santo – com obras e já se passaram uma data de meses, já vamos a caminho de fevereiro e ainda não vi um prego.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao tempo que temos, e, uma vez que o PPM não está presente por motivos que não lhe são imputáveis, propunha que encerrássemos os nossos trabalhos por agora. Informo que, à tarde, conforme deliberou a conferência de líderes, vamos começar os nossos trabalhos com os pontos 10, 11 e 12.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Sr. Secretário Regional.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a agenda.

Conforme informei antes do almoço, vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto 10 da nossa agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 8/XIII — “Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, que pode intervir por mais do que uma vez. A Conferência de Líderes alterou este procedimento. E, portanto, dentro de um tempo global que está estipulado, que são 10 minutos, pode haver mais do que uma intervenção. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O surgimento, a nível nacional, de uma associação de gestão coletiva de direitos de autor coloca na iminência as bandas filarmónicas, os grupos corais, as escolas de música e os conservatórios de ficarem sujeitos ao pagamento de uma taxa sobre cada fotocópia tirada de partituras legalmente e devidamente pagas e adquiridas.

Como tal, nós entendemos que esse perigo que paira sobre todas essas instituições requer uma decisão que, no caso vertente, implicando a alteração do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, só pode ser feita na Assembleia da República. Daí fazermos esta Anteproposta de Lei para que, o mais rapidamente possível, a

Assembleia da República possa decidir sobre esta matéria e, de uma vez por todas, este assunto ficar com uma solução, que nós temos a esperança, que vá ao encontro das legítimas expectativas, sobretudo das bandas filarmónicas dos Açores.

Nessa medida, apresentámos a iniciativa legislativa com carácter de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência.

Pausa.

Parecendo que não existem, vamos então colocar à votação este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteposta de Lei n.º 8/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, entramos, assim, naturalmente, no ponto 11 da nossa agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os Açores são a região do país com a maior concentração de bandas filarmónicas por habitante, 1/2500 habitantes, que compara com a relação de 1/20 000 na Região Autónoma da Madeira e de 1/40 000 no território do continente.

Em todas as ilhas, em todos os concelhos, são quase uma centena de filarmónicas em atividade, que agregam muitos milhares de músicos, maioritariamente jovens, que perpetuam uma tradição que entre nós remonta à primeira metade do século XIX.

A filarmónica mais antiga em atividade, a Sociedade Filarmónica Triunfo da Ribeira Grande, está a completar 178 anos de existência.

As filarmónicas são parte importante da vida cultural e social nos Açores, desempenhando um papel fundamental na preservação e promoção da música, no fortalecimento das comunidades locais e na educação e introdução às artes das gerações mais novas. São também espaços onde a nossa juventude desenvolve talentos, disciplina, sentido de voluntariado e apreço pela arte. São elas que animam e dão brilho a eventos recreativos e atos cívicos, religiosos e profanos e que, por isso mesmo, devem ser consideradas e acarinhadas por toda a sociedade, sem dispensar, naturalmente, as ajudas públicas do Governo Regional e das autarquias, tanto mais que a atividade destas centenárias instituições assenta no voluntariado e gratuidade dos seus executantes, maestros e dirigentes.

Não podemos, portanto, ficar indiferentes ao surgimento de uma entidade de gestão coletiva de direitos de autor que se propõe cobrar valores muito significativos pela reprodução de partituras, mesmo tratando-se de cópias de peças musicais cujos originais foram já comprados pelas filarmónicas, grupos corais, conservatórios e escolas de música. Os encargos resultantes de tal cobrança seriam absolutamente ruinosos para a atividade das filarmónicas e poria mesmo em risco a continuidade de muitas delas.

Sabemos que o encerramento de uma banda filarmónica representa uma perda incalculável para a comunidade que ela serve, deixa um vazio nas festividades locais, nos eventos cívicos e nas celebrações religiosas, privando a comunidade de momentos de alegria e união.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem estas instituições, muitas crianças e adolescentes perderiam também a oportunidade de aprender e crescer através da música. E isso, obviamente, compromete o enriquecimento cultural das futuras gerações.

É tempo de agir, de estar ao lado das nossas filarmónicas e de quantos promovem a formação e fruição musical. Dizemos presente. O PSD, o CDS-PP e o PPM trazem ao Parlamento dos Açores, com carácter de urgência, como já dissemos, esta Anteproposta

de Lei que altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, com a qual se permite a reprodução de partituras para trabalho e contexto escolar, desde que legalmente adquiridas.

Ficam, assim, protegidos os legítimos interesses de compositores e editores e protegidas as filarmónicas, as escolas de música e conservatórios, os grupos musicais e corais sem fins lucrativos, a bem da música, da cultura e do nosso património cultural.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para interpelar a Mesa no sentido de informar que vou fazer chegar, aliás, deve estar a chegar neste momento ao e-mail, uma cópia do Projeto de Lei n.º 361, que está neste momento a ser tramitado na Assembleia da República, na generalidade, na Comissão de Cultura, que visa precisamente o mesmo assunto que esta Anteproposta de Lei que a Coligação aqui nos traz.

É inusitado que apresentemos aqui uma Anteproposta de Lei que, em sede de direitos de autor, plagia uma iniciativa...

Deputado Carlos Silva (PS): Plagia?!

O Orador: ... que está a decorrer na Assembleia da República, entregue pela Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa ou os serviços rececionarem, será distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados.

Sra. Deputada Marta Matos, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria que nos cumpre apreciar no âmbito desta iniciativa, existem algumas notas que me parece importante salientar. Desde logo, salientar que, efetivamente, à luz da atual redação do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, as partituras, enquanto obra protegida, a sua reprodução não abrange, de facto, as reproduções livres e é necessário o consentimento expresso do seu autor, compositor ou do seu representante. Esta situação decorre do n.º 2 do artigo 75.º do referido Código que, elencando as situações em que é lícita a utilização de obras sem o consentimento do seu autor, exceciona, na sua alínea a), a reprodução de partituras. Ora, se, por um lado, aquilo que está aqui em causa é o interesse legítimo dos compositores e dos autores, que deve ser salvaguardado, a verdade é que, por outro lado, este impedimento legal da utilização de cópias físicas ou digitais de partituras em contextos muito específicos e que, inclusivamente, legitima a cobrança de valores pelo licenciamento da sua reprodução, todos nós reconhecemos e temos consciência do impacto negativo desta situação na sustentabilidade das atividades musicais e culturais e, muito em particular na nossa Região, na vivência das nossas filarmónicas, dada a expressão e a dimensão que têm no nosso arquipélago.

Na verdade, os Açores detêm uma das maiores concentrações de filarmónicas do mundo. Serão atualmente cerca de 95, dispersas por todas as nossas nove ilhas, uma tradição que remonta ao século XIX e que contribui para a formação da identidade do nosso povo.

Diz-se que a primeira vez que os Açorianos terão ouvido uma banda a tocar ocorreu em 1818, quando um abastado imigrante graciosense terá regressado do Brasil,

fazendo-se acompanhar por uma charanga de músicos. A partir daí, as filarmónicas implantaram-se e ganharam expressão na nossa Região.

Cada uma das nossas filarmónicas é, na verdade, uma casa, no sentido familiar do termo: uma grande casa, onde à volta da música se reúne uma grande família, os músicos, os dirigentes, as comunidades que se envolvem e que colaboram; uma casa onde se aprende solfejo e instrumentos, ao mesmo tempo que se aprendem os valores da união e da partilha; uma casa onde se faz música, ao mesmo tempo que interagem gerações e se preserva a nossa identidade.

Eu acredito, inclusivamente, que, por via direta ou indireta, não haverá na nossa Região um único Açoriano que não tenha uma ligação afetiva com uma filarmónica. E é precisamente esse sentimento de pertença tão fortemente enraizado nas nossas comunidades que explica também a longevidade das nossas filarmónicas.

A verdade, porém, é que, onde sobra entrega e vontade, faltam, muitas vezes, recursos. São muito elevadas as despesas de funcionamento das nossas filarmónicas com a aquisição e reparação de instrumentos, repertórios, fardamentos, com a manutenção das suas sedes.

E, portanto, a situação que aqui se coloca e o encargo acrescido, representado pela obrigatoriedade de um pagamento pelo uso das cópias das partituras, mesmo quando licitamente adquiridas, poderia simplesmente representar, para muitas das nossas filarmónicas, a necessidade de encerrar portas.

Faz sentido, por isso, em nosso entendimento, que o regime estabelecido pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos seja tornado mais coerente em relação a esta matéria e que seja permitida a reprodução das partituras que se destinem a ser usadas como cópias de trabalho, desde que adquiridas licitamente, não só neste contexto específico das nossas filarmónicas, mas também em contexto de ensino, religioso, cooperativo, quando utilizadas por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, preservando, em simultâneo, os interesses legítimos dos autores e dos compositores.

Aliás, faz tanto sentido que, como inclusivamente já foi referenciado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, corre já, inclusivamente, na Assembleia da República, um projeto de lei de igual teor, apresentado pela Iniciativa Liberal. Esse projeto de lei deu entrada no final do mês de novembro. Está, hoje, esta tarde, o respetivo relatório a ser discutido e votado na comissão competente. E talvez esta coincidência justifique esta urgência da Coligação em solicitar o agendamento e a apreciação desta iniciativa como ponto um da nossa agenda de trabalhos também no decorrer desta tarde.

Aliás, a situação é de tal forma caricata que não posso deixar de o referenciar. Se nós aplicássemos a esta situação o Código do Direito de Autor e o pagamento de uma quantia pela reprodução de uma cópia, eu julgo que haveria contas a fazer entre a Coligação e a Iniciativa Liberal.

Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Seja como for, em razão dos fundamentos apresentados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta iniciativa, sem deixar de salientar que o contributo que pretendemos expressar na valorização das nossas filarmónicas e instituições, aprovando nesta Casa esta iniciativa para remessa à Assembleia da República, se faz resolvendo não só o problema da reprodução das partituras, é igualmente importante que, na nossa Região, o Governo Regional assuma integralmente os compromissos assumidos com as nossas filarmónicas e instituições culturais, pagando atempadamente os apoios que lhes são devidos. É também por essa via que se faz a defesa das nossas filarmónicas e instituições, é também por essa via que se lhes dá garantias e condições para a continuidade da sua atividade e, acima de tudo, é assim também que se lhes demonstra o reconhecimento e o respeito que lhes é devido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida e até já escrevi sobre isso: estão a matar as nossas filarmónicas. Assim se fazem as coisas, há muitas maneiras: uma é à bruta, é encerrar; a outra é ir criando umas dificuldades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Salvo seja!

O Orador: Ou seja, esse *wokismo* está a matar tudo o que nós temos, seja por via legal, seja por via cultural, seja por outras vias, que só Deus e o Diabo é que sabem. Acho que mais o Diabo...

As nossas filarmónicas não têm de andar a pagar coisas que já pagam. Temos aqui um maestro, um bom maestro. As pessoas têm de saber o que é que estamos falando. Nós compramos uma partitura... E a questão dos direitos de autor se vão parar aos autores, esta é outra discussão, porque, no nosso entender e especialmente no meu entender pessoal, a Lei do Direito de Autor tem de ser revista. Os autores estão a ser roubados! Os produtores de eventos culturais da nossa terra estão a ser roubados!

Nós temos uma lei que nos persegue, que depois dá para pagar o edifício enorme da SPA (Sociedade Portuguesa de Autores). E já inventaram a PassMúsica, mais não sei o quê, e vão inventar o Diabo ao quadrado. Desculpem, mas estão a fazer coisas para acabar com toda a nossa cultura. E nós vamos passar a ter a cultura que alguns querem, que alguns acham que é importante.

Uma cultura secular como a das nossas filarmónicas, que não é só música, é também onde as pessoas se encontram, onde há disciplina. Quem sabe de música, quem percebe o que é que é um grupo musical, não é só música, tem a parte social, tem a parte cultural, tem a disciplina, tem uma coisa muito importante que, às vezes, era bom saber

na política, que é o colega do lado saber-nos defender, saber fazer a sua parte.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Isso é uma queixa, Sr. Deputado?

O Orador: E também nós defendermos o nosso colega quando comete um erro. Isto é muito importante. A partilha, a camaradagem, isto tudo está numa filarmónica. Peço desculpa, quem não sabe isso é porque simplesmente não conhece a sua terra, não conhece os valores da sua terra, não conhece o que é uma filarmónica, simplesmente não conhece, fala de coisas que não conhece.

E, depois, temos esses vampiros que andam a perseguir os produtores de eventos, os bailinhos, as festas religiosas, a cobrar... Até já se cobra a música tradicional, que está isenta! Abram os olhos, Açorianos! Esta gente não pode continuar impune a cobrar tudo e mais alguma coisa para poderem garantir um ordenado mensal à custa daqueles que ainda vão fazendo alguma coisa pela sua terra, na maior parte das vezes a troco de coisa nenhuma, apenas fazem uma festa, promovem a sua terra, a sua freguesia, dão o seu contributo.

E nós temos, depois, uns senhores num gabinete, com uma canetinha, a dizer: ah, vai haver uma festinha na terra tal... Vamos lá buscar 250 euros. Vamos lá buscar 500 euros. E, muitas vezes, nem a barraca da festa faz 500 euros de lucro. É isto que nós temos de falar.

Então, atacar as nossas filarmónicas com mais 1 centavo ou mais 1 euro ou mais 10 euros é roubar! Nós estamos a ser roubados! E nós, Parlamento, não podemos permitir uma coisa destas!

E, para mim, a SPA devia acabar de imediatamente. A SPA, a PassMúsica e essa gente toda, que é uma cambada de garotos! Isto é uma vergonha! Os autores não estão a receber o que é devido!

Eu, como músico, toquei em muitos sítios, em que nunca foi dito quem era o autor ou deixava de ser o autor. Quem é que recebeu o dinheiro? A SPA! Isto é uma vergonha! Isto tem de ser dito!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Naturalmente, tenho de fazer algumas considerações sobre as intervenções do Sr. Deputado Nuno Barata e da Sra. Deputada Marta Matos, neste último caso agradecendo todo o apoio que o Partido Socialista manifesta relativamente à nossa iniciativa. Mas já lá vamos.

E o reparo ou o comentário às intervenções é do seguinte teor: desde logo, esta nossa iniciativa, dos partidos da Coligação do PSD, do CDS-PP e do PPM, nada tem a ver com a circunstância de, hoje, o relatório, eventualmente, sobre a iniciativa legislativa da Iniciativa Liberal, na Assembleia da República, estar a ser apreciado. Tanto assim é que a nossa proposta deu entrada no passado dia 8, portanto, não tem nada a ver com o dia de hoje e, efetivamente, com o pedido de urgência, sendo certo que essa proposta da Iniciativa Liberal é, como também já foi dito, do dia 27 de novembro e daí para cá nada foi feito.

Ao mesmo tempo, também vale a pena dizer que a circunstância de haver uma iniciativa não impede que outros partidos e a Região Autónoma dos Açores, o seu Parlamento, que tem capacidade legislativa de apresentar propostas de lei à Assembleia da República, o façam. Aliás, nós, aqui, muitas vezes, discutimos em simultâneo dois diplomas sobre a mesma matéria, que têm visões diferentes nalguma coisa, noutras coisas nem tanto, mas não deixamos de discutir.

Deputado João Vasco Costa (PS): *Ipsis verbis* é que não!

O Orador: Portanto, não vejo qual é o espanto, pela circunstância de haver uma iniciativa na República e outra com o peso institucional que resulta da aprovação que venhamos aqui a fazer. E parece-me que será esse o destino e o resultado desta

iniciativa.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem esteve a fazer uma pequena crítica à nossa iniciativa, nada fez durante este tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós entendemos que é preciso estar claramente e convictamente ao lado das bandas filarmónicas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sobre isto, não podem sobrar dúvidas. E tomamos a iniciativa.

O Partido Socialista vota a favor. Sra. Deputada Marta Matos, permita-me que lhe diga, não há aqui contas a haver entre a Iniciativa Liberal e a Coligação. A senhora é que, dizendo que o Partido Socialista vota a favor — e, provavelmente, a seguir, até vai fazer uma nota de imprensa...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já fizemos!

O Orador: ... a dizer que está ao lado das filarmónicas e que votou a favor —, é que já está a fazer a fotocópia da nossa iniciativa sem pagar e, portanto, já a beneficiar daquilo que nós fizemos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso foi muito fraquinho. O Sr. Deputado está a perder qualidades. Mas eu já conheço essa partitura.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há, desta interpretação do Sr. Deputado Joaquim Machado, algumas coisas que é

preciso esclarecer. Em primeiro lugar, o Projeto de Lei n.º 361, da Iniciativa Liberal, entrou a 27 de novembro. Portanto, a iniciativa da Coligação entrou depois, já estavam a decorrer os trâmites legais na Assembleia da República.

E nem sequer é isso que está aqui em discussão, é a Autonomia que está aqui em discussão, é esta Casa mandar para a República, em nome da Autonomia dos Açores, em nome do Parlamento dos Açores, um plágio de um diploma que está a decorrer na Assembleia da República, entregue por outro partido.

E se alguém não fez nada na República foi o partido que governa neste momento na República, que é liderado pelo Partido Social Democrata, juntamente com o CDS-PP e com o PPM. Se fosse assim tão urgente alguém fazer alguma coisa por este diploma, então o Governo da República já poderia ter feito.

Não, o que a Coligação aqui quer é trazer a esta Casa uma cópia de um diploma que está a decorrer na Assembleia da República, que foi entregue pela Iniciativa Liberal, cujo processo começou ainda antes de 27 de novembro. Se o Sr. Deputado for ver todo o circuito do processo, ele começa com um requerimento feito à Sra. Ministra para esclarecimentos. A Sra. Ministra responde no dia 21 de novembro. E no dia 27 de novembro, a Iniciativa Liberal entrega o diploma, cuja cópia o senhor, agora, aqui, trouxe.

Não tem de pagar direitos de autor. Esta não é uma proposta que vai ser da Coligação. Mais grave é esta ser uma proposta que vai ser deste Parlamento, que vai chegar à Assembleia da República como sendo uma proposta deste Parlamento e que em nada, mas em nada, dignifica esta instituição e a Autonomia dos Açores, por se tratar de um plágio descarado do diploma da Iniciativa Liberal que está em tramitação na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta matéria e àquilo que já foi dito, independentemente das nossas posições ou das nossas visões divergentes em relação à forma como esta iniciativa entrou ou os trâmites que cada um entendeu fazer, a verdade é que todos poderíamos ter feito alguma coisa por esta matéria em algum tempo e de alguma forma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está a dizer “muito bem”, mas é o senhor que está a levar uma rabeçada da sua colega. Homessa!

A Oradora: Claro que isso pode divergir a todos nesta Casa, mas há algo que é unânime, que é, sem dúvida, a importância que as filarmónicas têm na nossa Região, na vida cultural e social dos Açores, que são representativas da nossa cultura, pelo intercâmbio intergeracional, que já se mencionou aqui, que se gera principalmente nas sociedades filarmónicas entre gerações, quer pela componente musical e cultural, mas também pelos valores da nossa cidadania que são também muito fomentados nestas nossas sociedades filarmónicas e pelo peso que estas têm na nossa Região.

Esta iniciativa e aquilo que moveu o Grupo Parlamentar do CDS-PP a subscrever e a apresentar esta iniciativa da Coligação surge para assegurar a isenção deste pagamento, desta taxa de direitos de autor pelo uso de cópias de partituras que já foram adquiridas legalmente.

Parece-nos que é urgente e célere resolver esta questão. Independentemente daquilo que já foi dito quanto à forma como a Coligação apresentou esta iniciativa, e que é legítimo fazer nestes termos, a verdade é que, para além do que nos motivou a apresentar desta forma por via a corrigir a celeridade desta situação, entendemos que, pela importância que as filarmónicas têm na nossa Região e da forma como esta taxa cobrada às nossas sociedades filarmónicas impacta na nossa Região, também deve esta Assembleia se pronunciar e manter uma posição firme daquilo que é o seu entendimento sobre esta matéria.

A verdade é que as sociedades filarmónicas, por exemplo, têm um peso muito grande

na nossa vida, na nossa sociedade, principalmente em termos culturais e em termos sociais. Esse é o grande motor que nos fez também apresentar esta iniciativa.

Estou a falar nas bandas filarmónicas, mas a verdade é que entendemos também no contexto do ensino, associativo, cooperativo, na questão do culto religioso, por entidades públicas ou privadas. Claro, estamos aqui sempre a debruçarmo-nos mais sobre as bandas filarmónicas, porque estas têm uma grande representatividade na nossa Região.

Mas aquilo que, sem dúvida, nos motiva é esta questão, quer a celeridade, quer a representatividade que as nossas sociedades filarmónicas têm nos Açores, naquilo que vai impactar com a cobrança desta taxa. Foi isso que nos motivou a que também esta Assembleia se pronunciasse sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Já é tendência do nosso Parlamento haver mais discussão quando há consenso. E, seguramente, não será o facto de estarmos aqui perante um diploma que tem a ver com música que haverá um desafino em relação a essa tradição.

Mas não posso permitir que o Sr. Deputado Nuno Barata, com insistência, utilize uma argumentação que, na falta de melhor, faz um desvio àquilo que é a realidade dos factos, procurando, através de uma expressão que me parece abusiva, imprópria, falar de um plágio. Esta matéria, do nosso ponto de vista também, e aí há coincidência com a Iniciativa Liberal a nível nacional, só pode ser feita através da alteração do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, através, exatamente, de uma nova redação para dois artigos, os artigos 75.º e 81.º do diploma que estabelece esta matéria. E, portanto, não há, tecnicamente, volta a dar quanto à substância do diploma.

Mas exatamente a comprovar que não é verdade, muito pelo contrário, aquilo que o Sr.

Deputado Nuno Barata tem vindo a dizer, com insistência, a falar de plágio, é que em sítio nenhum, em linha nenhuma e em palavra nenhuma nós encontramos a expressão “bandas filarmónicas”, por exemplo, na proposta da Iniciativa Liberal.

Deputado António Lima (BE): São associações!

O Orador: Como é que se faz um plágio? É um plágio em quê, Sr. Deputado? Porque altera os artigos 75.º e 81.º? Não há outra maneira de o fazer. São aqueles que, exatamente, se reportam à matéria que nós estamos aqui a apreciar e que urge modificar.

Agora, eu fico... ia dizer espantado, mas, politicamente, acho que o Sr. Deputado já espanta muito pouca gente e, portanto, também já não suscita em mim esse tipo de reação. Em nome da Autonomia?! Em nome da Autonomia, nós estamos a exercer uma competência legal deste Parlamento, que é de propor à República, que é de dizer que, nesta matéria, nós temos uma visão diferente daquilo que vigora e das implicações que isto traz à Região.

Nós queremos acautelar, porque, de facto, importa aqui saber quem é que efetivamente está do lado das filarmónicas. Eu creio que o Sr. Deputado Nuno Barata está mais ao lado da Iniciativa Liberal do que das filarmónicas dos Açores.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Esse senhor é de uma ignorância...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que o PAN vai votar favoravelmente esta Anteproposta. Não

poderia ser de outra forma. Somos totalmente a favor.

Apenas falar um pouco sobre a legitimidade. É, obviamente, legítimo, mas é um legítimo habilidoso, como nós sabemos, por isso é que essa discussão existiu na Conferência de Líderes. E eu gosto de pessoas hábeis. Não é sequer algo que eu estou a dizer de errado ou mal de alguém, nunca iria fazer isso. Gosto da parte habilidosa. Isto porque o artigo 61.º dá azo a duas interpretações relativamente àquilo que é o pedido de urgência. Na Conferência de Líderes, isto, obviamente, foi aceite. E é por isso que nós estamos aqui a discutir.

E não querendo adiantar mais, porque já foi tudo dito, só queria também dizer que já sabemos para que é que servem os partidos pequenos, servem para ser fonte de inspiração para o PSD. Não é de agora, já levamos com isto há 4 anos, de vários partidos, nomeadamente o meu. E vamos continuar a ter, obviamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero prolongar este debate, que, como já se percebeu pela síndrome da unanimidade, vai prolongar-se pelo resto do tempo disponível no placar, mas apenas para clarificar que, em primeiro lugar, Sr. Deputado Joaquim Machado, quem é amigo das associações culturais foi quem, pela primeira vez, na Assembleia da República, apresentou um diploma para alterar os artigos 75.º e 81.º deste diploma que aqui está em causa. E, portanto, o senhor não venha aqui dizer que a Iniciativa Liberal é inimiga das filarmónicas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que não é amigo, é uma coisa diferente!

O Orador: No Projeto de Lei n.º 361, da Iniciativa Liberal, não faz referência a bandas filarmónicas. Sr. Deputado Joaquim Machado, eu talvez lhe possa esclarecer que banda

filarmónica não existe na ordem jurídica portuguesa. Não existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, afinal plágiamos uma coisa que não existe.

O Orador: Tecnicamente, o Projeto de Lei da Iniciativa Liberal é muito melhor do que essa Anteproposta de Lei que o senhor agora aqui nos traz.

E, apesar de tudo, vai ter o voto favorável da Iniciativa Liberal. O senhor não se preocupe.

Agora, que é plágio, é plágio! Porque, inclusivamente, no artigo 75.º, vejam lá, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, substitui-se a expressão “adquirido de forma lícita” por “adquirido licitamente”! Se isso não é plágio...

Olhe, eu apelo ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares que nos esclareça, que tem, eu diria, uma luta jurídica e judicial com um autor sobre uma inspiração de plagiar.

Risos de alguns Deputados da bancada do PS.

Sr. Secretário, apelo ao seu bom senso, apelo ao seu conhecimento técnico, à sua capacidade oratória, para esclarecer a Casa se isto é ou não é um plágio. Isto é quase tão plágio como aquela obra do Joel Neto, Sr. Secretário. Aliás, isso é mais plágio do que aquela obra do Joel Neto, Sr. Secretário. Apelo ao seu apoio nesta Casa sobre esta matéria, porque o senhor é conhecedor do que é um plágio e do que não é um plágio, melhor do que outros que acham que só pelo facto de ter lá a palavra “filarmónicas” em vez de “associações culturais” deixa de ser um plágio.

Aliás, isso desmerece a iniciativa que o meu partido apresentou na Assembleia da República, que está a ser tramitada na Comissão de Cultura e que vai subir ao Plenário em fevereiro, se calhar ainda antes desta, mesmo com todas essas manobras que aqui são trazidas para que esta suba primeiro.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver como o senhor chegou lá?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei da Coligação do PSD, do CDS-PP e do PPM pretende alterar o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Esta matéria tem sido, ao longo dos anos, alvo de muitíssimos debates, que se devem à necessidade e à dificuldade, é preciso assumi-lo, de compatibilizar dois interesses e dois direitos: o direito ao usufruto das obras culturais, dos mais variados tipos, e o direito, como é evidente, também, dos autores serem remunerados pela utilização e pela reprodução das suas obras. Estes dois direitos têm tido diferentes momentos que levam, naturalmente, a choques no que diz respeito à legislação e no que diz respeito também à aplicação da legislação.

Eu recordo que esta legislação já não é de agora, data de 1985 o primeiro Decreto-Lei. Teve variadíssimas alterações. E este problema que surge agora com o aparecimento de uma associação que representa os compositores e os editores não deriva de nenhuma alteração legislativa recente. Também é preciso que isso fique claro. Deriva de uma legislação que existe há muito tempo e que agora tem novos intervenientes. Por isso, é preciso também que fique claro que nada do que estamos aqui a tratar é efetivamente novo, resulta de um diferente enquadramento da realidade existente no país.

Ora, como também é claro, a existência de novas entidades leva a uma realidade diferente. E, no contexto regional, esse enquadramento traz um problema, que é um problema real. As filarmónicas são instituições, associações culturais, extremamente importantes para a Região, são importantes do ponto de vista cultural. Tiveram, têm e continuam a ter e certamente terão no futuro um papel fundamental na cultura da Região. Têm um papel fundamental a nível social. E têm de ser apoiadas, protegidas, acarinhadas. A sua manutenção e desenvolvimento tem de ser uma preocupação dos

poderes públicos, dos governos, do Parlamento e dos partidos políticos.

Posto isto, dizer que uma proposta destas, embora os seus autores refiram abundantemente as filarmónicas, esta proposta não diz respeito apenas a filarmónicas. Também é preciso que o diga, não posso deixar de suscitar esta questão. Querendo resolver um problema em concreto, alarga-se muito o âmbito do que está em causa. Nós não vamos votar de outro modo que não a favor por causa disso, mas é preciso também ter em atenção que, tal como a proposta da Iniciativa Liberal na Assembleia da República, não estamos a falar apenas de associações culturais ou de filarmónicas. E, nesse sentido, também, uma alteração deste tipo, certamente, terá outro tipo de audições e de pareceres na Assembleia da República. Parece-me que aqui também, em situação ideal, nós nos sentiríamos muito mais confortáveis em saber o que pensam os diversos intervenientes sobre esta matéria: as filarmónicas e os representantes dos autores. Nós não sabemos. Temos de votar, porque a Coligação assim o quis. E nós também não vamos bloquear esta matéria, nem temos votos para isso, mas seria muito mais confortável para todos saber o que cada um pensa sobre o assunto.

Mas a urgência assim o determina. E também a Coligação, talvez na ânsia de ser muito rápida...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato, é mesmo isso!

O Orador: ... para tentar ultrapassar a Iniciativa Liberal, não se deu ao trabalho de fazer uma redação mais focada naquilo que é o discurso que estão a ter, que é a resolução do problema das bandas filarmónicas da Região, procurando alargar muitíssimo o âmbito do que está em causa.

Posto isto, nós iremos votar favoravelmente a Anteproposta de Lei. Mas, de facto, não deixa de ser uma situação não muito prestigiante do Parlamento que a Assembleia da República receba uma Anteproposta que é idêntica a um Projeto de Lei que lá está.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Finalmente, encontrei um ponto de concordância com o Sr. Deputado António Lima. De facto, e isto acho que é muito claro na proposta da Coligação e em todo o discurso e posicionamento público que fizemos sobre esta matéria, efetivamente, não se trata apenas das filarmónicas. Se esteve atento à intervenção que fiz para apresentar a iniciativa, falo inclusivamente das escolas de formação musical, dos conservatórios, das filarmónicas, obviamente, de grupos corais, sejam litúrgicos ou profanos, toda esta gente, no fundo, quem utiliza partituras, está abrangida pela norma e pelas intenções da Associação AD EDIT, que foi criada para gerir coletivamente direitos de autor. E, portanto, estas entidades todas ficam sujeitas ao pagamento, que do nosso ponto de vista não faz sentido, em primeiro lugar, porque a aquisição lícita das partituras, das peças, já consagra e respeita os direitos dos autores, por outro lado, há aqui contextos que são muito específicos, que naturalmente justificam que a cópia seja feita sem qualquer encargo. Por exemplo, o Conservatório Regional de Ponta Delgada, onde uma partitura tem de ser fotocopiada para crianças que a partir dos 5, 6 anos começam a frequentar a iniciação musical, naturalmente que uma fotocópia destas tem uma durabilidade muito periclitante. E, portanto, faz sentido, cada vez que o aluno perder a fotocópia ou a deteriorar, que se volte a pagar direitos de autor sobre uma peça que, efetivamente, foi adquirida com toda a licitude e o devido pagamento de direitos de autor? Nós achamos que não.

Estou a dar até o exemplo de uma entidade pública que, porventura, podia o seu impacto financeiro ser acautelado pela Região, isto é, Governo Regional. Agora, quando nós falamos de grupos corais, profanos ou litúrgicos, ou filarmónicas, isto tem uma dimensão enorme. Em cada naipe musical de uma filarmónica há dois, três, quatro, cinco instrumentos.

Mais do que isso, a associação aqui em causa, que pretende fazer esta cobrança, vai mais longe na proposta que fez ao panorama musical português, que é não só cobrar

cada fotocópia tirada, por cada página e por cada ano em que essa peça musical seja detida pela entidade, tratando-se de uma filarmónica, de um grupo coral ou de qualquer outro grupo de música ou associação cultural sem fins lucrativos. E nós achamos que isto não faz sentido.

E, portanto, sobre esta matéria, estamos de acordo. De facto, isto não é apenas para filarmónicas, mas, no caso dos Açores, com 95 filarmónicas em atividade, naturalmente, releva muito, considerando que as filarmónicas dos Açores têm uma dimensão média de 30 a 40 executantes, umas com mais, outras com menos. Portanto, isso levaria a encargos muito significativos por cada ano de atuação, por cada ano de atividade das filarmónicas, incomportável para muitas delas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a parte sobre a qual estamos de acordo.

Relativamente à pressa, já não percebo, porque há um partido que diz que entregou no dia 27 de novembro e nós só entregámos no dia 8 de janeiro e, portanto, estamos atrasados. E o senhor diz que afinal nós estamos muito apressados.

Deputado Nuno Barata (IL): Pela urgência!

O Orador: No meio disto tudo, há duas coisas que são efetivamente importantes: primeiro, estar ao lado das nossas filarmónicas, sobretudo porque são elas as mais relevantes destinatárias desta iniciativa; por outro lado, resolver rapidamente este problema.

Nós não estamos preocupados, como a Iniciativa Liberal, em saber quem é que ganha esta corrida.

Deputado António Lima (BE): Ah, claro que não!

O Orador: Pode ser aprovada a Proposta de Lei da Iniciativa Liberal, que, resolvendo este problema, ficamos todos contentes. Agora, não podíamos era deixar de dar um contributo e de dar também uma expressão clara do nosso posicionamento ao lado das filarmónicas dos Açores.

A Iniciativa Liberal acabou por revelar, no fundo, qual o seu problema. Não é de isto

resolver ou não resolver o problema das filarmónicas. Não é de ser boa ou má. Aliás, é tão má, tão má, tão má, que a Iniciativa Liberal também vai aprovar. O problema aqui é o de saber quem é que ganha a corrida. Pode ir a Iniciativa Liberal à frente, não faz mal. Aqui quem tem de ganhar são as filarmónicas, são os executantes de música dos Açores. E se for também do resto do país como a proposta avança, tanto melhor.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor hoje está imparável!

O Orador: Já percebi que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está a gostar da música. Portanto, mais um bocadinho.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor canta, mas não encanta!

O Orador: Para dizer apenas uma coisa que tinha feito sentido dizer nesta intervenção que acabei de proferir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda tem 10 minutos!

O Orador: Tanto a proposta da Iniciativa Liberal na República e a nossa aqui, faz a alteração da redação de dois artigos. Não há outra forma de fazer isto, tal como a Iniciativa Liberal também faz, que é copiar a redação atual e, depois, a negrito, acrescentar o que se altera. Portanto, se há plágio, o plágio é sobre o Decreto-Lei n.º

63/85, de 14 de março. Portanto, obviamente, qualquer iniciativa, para fazer essa alteração, copia a redação atual e, sobre ela, faz a alteração. Olhe, a Iniciativa Liberal acrescentou: “Sem prejuízo das utilizações previstas no artigo 81.º do presente diploma.” Não podia ser de outra maneira.

Portanto, mais uma vez, o plágio foi um argumentozinho, no fundo, para revelar uma coisa, que era: uma dorzinha, um ciúmezinho, pela hipótese de este diploma chegar à Assembleia da República, ser discutido ao mesmo tempo ou, porventura, ser aprovado em detrimento do da Iniciativa Liberal.

Não importa, Sr. Deputado, que seja aprovada o da Iniciativa Liberal. Se resolver o problema das nossas filarmónicas, ficamos todos contentes.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente:

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos passar à votação. Vamos começar por votar na generalidade a Anteproposta de Lei n.º 8/XIII — “Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei n.º 8/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação, em especialidade, os três artigos do diploma em conjunto.

Pausa.

Não havendo oposição, vamos votar o 1.º, 2.º e 3.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O 1.º, 2.º e 3.º artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado o nosso ponto 11 da agenda.

Passamos para o ponto 12: **Projeto de Deliberação n.º 2/XIII — Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República — “Agendamento da Anteposta de Lei n.º 8/XIII — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos”**.

O PPM não está presente para a sua apresentação, mas é objetivo o objeto do Projeto de Deliberação.

Que se esclareça que o Sr. Deputado do PPM não está presente porque não lhe foi permitido ainda chegar à cidade da Horta por razões de cancelamento dos voos para com a ilha do Corvo.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação do Projeto de Deliberação n.º 2/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Deliberação n.º 2/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por razões técnicas, nós precisamos de interromper os nossos trabalhos por 10 minutos.

São 16 horas. Regressamos às 16 horas e 10 minutos.

Eram 16 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Neste momento, a Deputada Nídia Inácio foi substituída pelo Deputado Paulo Gomes na Mesa.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto 1 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII — “Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro, à Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores. Os tempos estipulados para o debate deste diploma: o Governo, o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do PS dispõem de 20 minutos cada; o CHEGA, de 14 minutos; o CDS-PP, de 12 minutos; e as Representações Parlamentares dispõem de 10 minutos cada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para a apresentação da iniciativa.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A certificação energética dos edifícios reveste-se de elevada importância na promoção da sustentabilidade energética, proporcionando aos cidadãos e às empresas um conhecimento detalhado sobre o desempenho energético dos seus imóveis.

Este processo enquadra-se no sistema de certificação energética dos edifícios, permite uma análise criteriosa do consumo energético, identificando oportunidades de melhoria que visam a eficiência, o conforto e a redução do impacto ambiental.

A certificação energética é obrigatória em diversos contextos, incluindo a construção

de novos edifícios, a venda, o arrendamento e as grandes reabilitações. Este requisito aplica-se igualmente a outros edifícios, como é o caso dos edifícios de serviços e centros comerciais.

O resultado deste processo culmina na emissão de um certificado energético, um documento que sintetiza a classe energética do imóvel, as características construtivas e os sistemas instalados que impactam no desempenho energético, as recomendações técnicas para otimizar o consumo energético e melhorar o conforto, a salubridade e a saúde dos ocupantes e também a informação sobre benefícios fiscais e apoios de financiamento.

A implementação das medidas sugeridas contribui para uma gestão mais eficiente da energia, reduzindo custos para os consumidores e diminuindo a pegada ecológica.

Nos Açores, a gestão e fiscalização do sistema de certificação energética estão a cargo da Direção Regional da Energia, assegurando o cumprimento das normas e a qualidade do sistema.

Desde 2016, o sistema, nos Açores, é regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A, de 2 de fevereiro. Contudo, as alterações no quadro jurídico nacional impõem a necessidade de criar legislação regional para garantir a harmonização com as normas em vigor no território continental. Esta atualização contempla, para além da adaptação orgânica, especificidades regionais, como as exceções aplicáveis a edifícios classificados ou em vias de classificação como bens culturais de interesse público. Um exemplo é, como sabem, a cidade de Angra do Heroísmo. E por toda a Região temos, efetivamente, muitos edifícios classificados ou em vias de classificação como bens culturais de interesse público e também edifícios de interesse histórico.

Simultaneamente, está em desenvolvimento uma plataforma inovadora que vai facilitar o trabalho dos peritos qualificados, que, como sabem, são os técnicos que desenvolvem a sua atividade profissional nesta área, permitindo assim a inserção de dados e a emissão dos certificados de forma mais ágil e eficaz nessa plataforma que está a ser construída.

O Governo Regional dos Açores reconhece o sistema de certificação energética dos edifícios como um instrumento estratégico na promoção de edifícios energeticamente eficientes, em consonância com os objetivos da Estratégia Açoriana 2030. Uma das metas desta estratégia é alcançar a eficiência energética de 28 % nos edifícios regionais, reduzindo o consumo de energia final do setor residencial e nos serviços em comparação com os níveis de 2010.

Considerando o parque edificado dos Açores, cujas características de consumo e impacto económico são significativos, a certificação energética emerge como uma ferramenta indispensável para assegurar o conforto das populações e a sustentabilidade energética.

Com esta iniciativa legislativa, o Governo dos Açores reafirma o seu compromisso com os Açorianos, consolidando um desempenho energético mais eficiente e mais resiliente.

A certificação energética dos edifícios transcende o mero cumprimento normativo, representando um passo decisivo na construção de uma sociedade mais sustentável e alinhada com os novos desafios da transição energética nos Açores.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa. Faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo traz-nos, aqui, hoje, esta proposta. Eu penso que já deveria ter sido discutida pelo menos na legislatura anterior, porque tem como base dois Decretos-Lei de 2020 e

de 2021, relativos à certificação energética dos edifícios, que brevemente vão sofrer alterações, uma vez que todos os Estados-membros vão ter de transpor para legislação própria a nova Diretiva 2024/1275 do Conselho Europeu, de 24 de abril de 2024, relativa ao desempenho energético dos edifícios, que começa precisamente agora, em janeiro de 2025. Portanto, esta atualização torna-se extemporânea, porque vamos estar a discutir isso novamente daqui a dias.

Deputado António Lima (BE): Daqui a anos.

O Orador: Na continuação do tema, também é fundamental repensar se vale mesmo a pena continuar a investir no SCE Açores (Sistema de Certificação Energética dos Edifícios dos Açores), que funciona muito mal, está desatualizado e não permite uma correta interligação às ferramentas de cálculo atuais utilizadas pelos técnicos. Faz com que o trabalho seja mais demorado, complexo e até obriga os técnicos, muitas vezes, a inserir os dados manualmente no portal.

Isto não acontece em mais parte nenhuma do país, porque, a nível nacional e na Região Autónoma da Madeira, já existe o Protocolo com a ADENE, que é a entidade gestora do sistema de certificação energético a nível nacional. E penso que deveríamos, até para uniformizar este tipo de trabalho, fazer a mesma coisa que fez a Região Autónoma da Madeira e fazer um protocolo com a ADENE, evitando uma duplicação de sistemas que não é necessário e tem sido ineficaz.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O diploma que hoje debatemos irá criar um regime próprio na Região tendo por base a legislação nacional. No entanto, é impossível ignorar que esta proposta levanta preocupações legítimas, não só ao Partido Socialista, como também a entidades técnicas, como Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Arquitetos, que acompanham de perto esta matéria.

Uma das questões centrais prende-se com o impacto desta proposta nas pequenas e médias empresas (PME). É importante lembrar que grande parte do tecido empresarial açoriano é composto por PME, que desempenham um papel essencial na nossa economia e na criação de emprego. Impor-lhes encargos adicionais, como a obrigatoriedade de instalar postos de carregamento em parques de automóveis com mais de vinte lugares, coloca-as em desvantagem face às congéneres do território continental que estão isentas desta obrigação, ao abrigo da legislação nacional. Esta diferença de tratamento é incompreensível e penalizadora para as nossas empresas.

Por isso, pergunto ao Governo: por que razão decidiu ir mais além do que a legislação nacional e obrigar as PME açorianas a ter este custo acrescido, sendo que a nível nacional estas estão isentas?

Outro ponto crítico levantado pelos pareceres a este diploma é a celeridade com que o Governo irá publicar as portarias necessárias à boa aplicabilidade deste diploma. Esta é uma matéria particularmente sensível e sabemos que, naturalmente, a aplicação das portarias demora algum tempo, mas não podemos, no entanto, deixar que estas portarias demorem muito tempo a ser publicadas, para que este diploma não fique num vazio jurídico. Sem o conhecimento das portarias subsequentes ou do entendimento do Governo sobre esta matéria, corremos o risco de criar um vazio legal, que deixará, tanto os técnicos, como os investidores, sem saber como aplicar a lei. É fundamental esclarecer se essas portarias são publicadas o mais rápido possível.

E qual é o entendimento do Governo sobre as questões essenciais elencadas pelas entidades ouvidas no âmbito da Comissão relativamente a este diploma,

nomeadamente os valores dos coeficientes dos elementos opacos e dos vãos envidraçados, parâmetros fundamentais para a avaliação energética dos edifícios? No entanto, é de estranhar, segundo a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a ausência de qualquer referência a esta matéria neste diploma.

Conhecidas as dúvidas da Ordem dos Engenheiros Técnicos e da Ordem dos Arquitetos, o Governo já diligenciou a sua auscultação para efeitos de preparação de regulamentação subsequente?

E, além disso, também não podemos ignorar, e o Sr. Deputado José Sousa disse aqui, e bem, que esta proposta já está desfasada da Diretiva Europeia 2024/1275, cuja sua transposição já deverá acontecer neste ano de 2025, em janeiro.

Em vez de garantir que a legislação regional estivesse atualizada em conformidade com as mais recentes orientações europeias, o Governo optou por apresentar um diploma desatualizado da realidade europeia, fazendo com que, daqui a semanas ou meses, tenhamos de voltar a esta Casa para atualizar o diploma em questão, para estar conforme as diretivas europeias, sendo que o Governo poderia muito bem ter apresentado um diploma que já tivesse em conta estas novas diretrizes europeias.

Ainda mais preocupante também é a ausência dos dados atualizados sobre o sistema energético dos Açores desde 2023. Se formos ao portal da Direção Regional da Energia, não há atualização desses dados, o número de certificados emitidos, desde 2023.

Como é que podemos então desenhar políticas públicas ajustadas à nossa realidade quando nem o Governo é capaz de nos dar dados atualizados, para que as pessoas também possam saber como é que temos trabalhado?

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, há um problema evidente da má gestão desta área da energia, basta olharmos também para o SOLENERGE, mais de três mil pessoas aguardam durante um ano por uma resposta de Direção Regional da Energia. Quando recebem essa resposta, ironicamente, é para dizer que o *plafond* está esgotado. Ou seja, durante

um ano, ficaram à espera de uma incerteza, que ainda continua a ser uma incerteza. É inaceitável deixar tantas famílias e empresas sem uma resposta, mas, acima de tudo, é irónico quando se promove a transição energética em discursos, mas, na prática, deixa-se quem quer investir na eficiência energética à mercê de uma possível reprogramação do PRR, que poderá nunca chegar.

Por que razão o Governo não avança com uma solução para estas três mil candidaturas, sendo que este é um claro exemplo de um rateio na área de energia?

Se somarmos isto tudo, ainda temos a decisão de reduzir em 12 milhões de euros o investimento na área da energia. Esta redução confirma não só que esta área não é uma prioridade para o Governo, como o Governo não está a saber reagir à situação energética na nossa Região. No momento em que deveríamos reforçar o investimento para promover a transição energética, justa e sustentável, opta-se por cortes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista defende uma política energética que respeite as especificidades da Região e valorize o nosso tecido empresarial, mas, acima de tudo, que pague a tempo e a horas os apoios e que não deixe os empresários à espera, há mais de 1 ano, por uma resposta.

Disse.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em novembro de 2016, a Comissão Europeia apresentou o Pacote Legislativo “Energia Limpa para todos os Europeus” (Pacote Energia Limpa) com o objetivo de promover

a transição energética na década 2021–2030. Neste Pacote Energia Limpa, estavam incluídas alterações a algumas diretivas europeias, nomeadamente no que respeita ao desempenho energético dos edifícios, tendo a transposição para o ordenamento jurídico português sido efetuada no Decreto-Lei n.º 101/2020, de 7 de dezembro, que tem em conta uma série de alterações das regras aplicáveis aos edifícios para melhoria do seu desempenho energético e procede à regulamentação do sistema de certificação energética dos edifícios.

No seguimento das mesmas diretivas europeias, foi também aprovado o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de dezembro, que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do sistema de certificação energética.

Como disse a Sra. Secretária, e bem, na nossa Região vigora o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016, de 2 de fevereiro, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios.

Posto isto, e como o decreto legislativo regional em vigor e a respetiva regulamentação, portarias e despachos não transcrevem os novos requisitos expostos nos decretos-lei que identifiquei anteriormente, torna-se imperativo atualizar a legislação regional no que concerne a esta matéria.

Assim, este diploma, agora discutido, trazido pelo Governo Regional, visa adaptar à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2020, como também o Decreto-Lei n.º 102/2021, a respetiva regulamentação, como as devidas alterações, tendo em conta algumas especificidades da nossa Região, sem prejuízo, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Russell Sousa, das normativas europeias.

E a verdade, importa dizer, é que isto só não foi apresentado mais cedo porque também o Partido Socialista contribuiu, e muito, para a queda do Governo, fazendo com que atrasasse também este processo.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): A sério?! 1 ano depois?

Deputado Berto Messias (PS): Vá lá, mudem a cassete!

O Orador: É apenas mais um de entre tantos que já foram elencados ao longo dos Plenários.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Importa salientar algumas alterações relativamente ao que vigora na República, com as quais o Grupo Parlamentar do PSD concorda totalmente, nomeadamente:

A atribuição de competências à Região, as referências ao sistema de certificação energética dos Açores e ao portal dos Açores;

As isenções também são alteradas, uma vez que se tem de fazer referência às entidades regionais e à tipificação dos diplomas regionais;

Também altera ou adapta o regulamento da eletromobilidade, uma vez que temos uma portaria regional um pouco mais ambiciosa do que o próprio Decreto-Lei n.º 101/2020;

Há também a adaptação ao registo dos técnicos no sistema de certificação energética, fazendo referência aos técnicos dos Açores e ao sistema dos Açores;

Também uma alteração ao modelo dos certificados energéticos, fazendo referência àquilo que são os certificados na Região Autónoma dos Açores;

Uma alteração relativamente aos peritos qualificados, uma vez que a maioria dos peritos qualificados da nossa Região são de nível I e em algumas ilhas nem existem de nível II. Os peritos qualificados de nível I nos Açores poderão certificar até uma potência de 40 quilowatts, enquanto no continente fazem-no até uma potência de 30 quilowatts;

Por fim, também gostava de salientar a adaptação no que diz respeito ao pagamento de taxas e de coimas, e o proveito das mesmas serem receitas regionais.

A Coligação do PSD, do CDS-PP e do PPM apresenta também uma proposta de alteração, nomeadamente o artigo 4.º — “Isenções e constrangimentos”, aditando um n.º 3, para que fiquem isentos dos requisitos previstos nesta matéria os edifícios

autónomos com área útil de pavimento igual ou inferior a 50 metros quadrados.

Deputado Carlos Silva (PS): O que são edifícios autónomos?

O Orador: E já que o Sr. Deputado Russell Sousa falou do sucesso que tem sido o SOLENERGE, realmente só posso falar em sucesso. Falei nisso aquando da apresentação do Plano e Orçamento, há 2 meses. E a verdade é que não me lembro, nesta minha curta carreira política, mas quem já tem mais alguns anos disto também não se deve lembrar, de alguma estratégia desta dimensão: esgotar-se o *plafond* a um ano e meio do término do mesmo. Ou seja, só pode ser um caso de sucesso.

É verdade que não se chegou a todos aqueles que nós queríamos, porque o bolo era limitado, eram 19 milhões. Ainda bem que se esgotou. E agora, como disse a Sra. Secretária, e muito bem, há de se fazer tudo para que entre novamente com estas medidas, ou outras, se forem alteradas. Mas, sem dúvida, foi e tem sido um caso de sucesso na nossa Região. E os dados falam por si.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A eficiência energética e, por maioria de razão, a certificação energética têm como objetivo não criar mais uma camada de burocracia e de dificuldades a quem tem de construir, reconstruir ou requalificar edifícios, mas, acima de tudo, promover um uso mais eficiente da energia, sabendo que, naturalmente, essas exigências trazem dificuldades e até custos imediatos a quem tem de construir e tem de realizar obras de

requalificação.

Todavia, sabendo que a médio prazo, e a longo prazo ainda mais, esse custo tem de ser diluído e tem de reverter para quem promove e para quem utiliza os edifícios, numa redução do custo com a energia e também numa redução das emissões de gases poluentes, que é também um objetivo fundamental quando se fala de políticas relacionadas com a energia.

Esta proposta visa adaptar ou visa atualizar, de certa forma, a legislação regional sobre esta matéria, sobre a certificação energética, adaptando ou aplicando à Região dois Decretos-Lei, o n.º 101-D/2020 e o n.º 102/2021, relativos aos requisitos dos edifícios e aos requisitos de acesso à atividade dos técnicos de certificação energética.

Salvo adaptações que são feitas quanto aos órgãos competentes da Região e outras adaptações ou alterações de menor monta, que têm por exemplo a ver com a escassez de técnicos em algumas ilhas, é uma aplicação direta da legislação nacional sobre esta matéria.

No geral, é uma opção que, neste sentido, neste contexto e nessa área faz sentido, porque a coerência das regras sobre esta matéria no país facilita a vida dos diversos operadores, que não têm assim de lidar com regras diferentes nos Açores, na Madeira, no continente, e isso trará benefícios para todos, porque adaptar a novas regras nesta matéria poderá, naturalmente, levar a um aumento também de custos.

Como já foi apontado, não podemos deixar de referir o tempo que leva ou levou à adaptação ou à atualização dessa legislação, sendo que já existe legislação europeia mais atual do que esta.

Não temos necessariamente de adaptar todas as diretivas europeias imediatamente, porque, efetivamente, também há adaptações internas que é necessário fazer, mas é preciso olhar para aquela que é a diretiva europeia que já existe sobre essa matéria. E também não é uma adaptação acrítica, porque há objetivos importantes que estão lá contidos, nomeadamente os planos de ação previstos com o objetivo de levar à emissão zero dos edifícios construídos a partir de 2030, aos planos nacionais de renovação de

edifícios e à renovação de, pelo menos, 16 % dos edifícios menos eficientes até 2030, aumentando essa percentagem.

Estes são planos ambiciosos e de difícil concretização, que exigem elevadíssimos investimentos. E é fundamental que comecemos a olhar para estes objetivos para perceber como é que é possível chegar a eles.

Não podemos pensar que, nos Açores, pelo facto de termos um clima ameno, a certificação energética e a eficiência energética é menos importante. Por incrível que pareça, um estudo da Universidade NOVA, de 2023, sobre a pobreza energética conclui que os Açores, a par da Madeira, são as regiões mais vulneráveis à pobreza energética: 26,7 % das habitações não têm aquecimento e 41,5 % necessita de reparações. Isso retrata um edificado na Região extremamente envelhecido, extremamente degradado e que não contribui para o bem-estar da população, quando mais de 40 % do edificado necessita de reparações, quando mais de 26 % não tem aquecimento.

De facto, é muitíssimo preocupante que nós tenhamos níveis de pobreza energética tão grandes nos Açores, numa região que, efetivamente, não tendo um clima com picos de temperatura muito elevados, tem, no entanto, infelizmente, uma ineficiência muito grande a esse nível. E isso deve-nos levar também a refletir e a agir.

Nesta questão da energia, é preciso olhar, de uma forma justa, para a transição que se faz para uma utilização de energia mais eficiente e para uma utilização de energia limpa.

Já foi aqui referido o programa SOLENERGE, também existe o PROENERGIA, e o seu objetivo, que é fundamental e extremamente importante, deve chegar a todos, sem exceção.

No caso do SOLENERGE, sabemos que esgotou a verba para esse programa. Quando nós continuamos a receber queixas de atrasos de 1 ano, no caso do PROENERGIA, no que diz respeito ao apoio à compra de baterias, isso significa que cidadãos têm de investir, por exemplo, 4 mil euros para adquirir as baterias e estão à espera de serem

ressarcidos dessa verba. O que nós estamos a dizer é que este tipo de apoio não é para todos, porque a percentagem da população açoriana que consegue despende 4 mil euros e ficar 1 ano à espera do reembolso é ínfima. Mesmo assim, aqueles que conseguem, muitos deles, estão a fazer um enorme esforço à espera que o Governo Regional pague. Isso é uma matéria que nós não podemos deixar de apontar. Quando se trata de falar da eficiência energética, quando se trata de falar de utilização racional de energia, quando se trata de falar de pobreza energética, o que é facto é que este tipo de política e de gestão também da coisa pública leva a que se acentue o fosso entre ricos e pobres.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isso já vai!

O Orador: Uma parte consegue aceder aos apoios públicos, mas à outra parte, sinceramente, é impossível de chegar lá, porque ninguém pode esperar 1 ano para ser ressarcido de um investimento de 4 mil euros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria perguntar à Sra. Secretária, relativamente a este diploma, em relação à obrigatoriedade de as empresas terem sistemas de carregamento, se estaríamos a falar, naturalmente, de carregamentos rápidos. Já vimos, até numa outra Comissão, no caso dos táxis, que esses carregamentos são altamente ineficientes. Portanto, em vez de descarbonizar a economia, vão carbonizar e poluir o ambiente.

Se todos os edifícios comerciais, mesmo com 500 metros, tiverem de fazer postos de carregamento rápido, será que a rede elétrica suporta esses carregamentos rápidos? Outra questão, e isso empurra aqui para outro diploma ou para a portaria, que fala em 500 metros quadrados e em 25 lugares de estacionamento: esses 25 lugares incluem o lugar de carregamento, ou não incluem o lugar de carregamento? Senão poderá dar

objeto a interpretações abusivas.

Nesse sentido, eu gostaria que me esclarecesse se essa operação urbanística será em novos edifícios que as empresas possam fazer, ou se numa pequena ampliação, por exemplo, já é obrigatório que tenha de cumprir com o que aqui está proposto no artigo 8.º.

Era isso que eu queria saber.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa é uma mera adaptação, não tem inovação alguma.

Atualmente, quando ainda se discutem as condições de aplicação na Região da terceira diretiva comunitária no âmbito do desenvolvimento energético dos edifícios, já foi publicada uma nova diretiva relativamente ao desempenho energético dos edifícios, a Diretiva n.º 2024/1275, cuja transposição pelos Estados-membros deverá começar a acontecer em janeiro de 2025, neste mês.

Ora, pelo exposto, é evidente e importa reconhecer que a Região não tem tido meios para acompanhar a evolução da legislação nacional e comunitária em matéria de desempenho energético de edifícios.

Consultando o portal da energia, mantido pela Direção Regional da Energia, verifica-se que a última atualização aconteceu a 30 de maio de 2018, ou seja, há mais de 6 anos. A secção de perguntas e respostas sobre o sistema de certificação energética aponta para um documento datado de setembro de 2020.

Sim, Sr. Deputado Carlos Freitas, você tem razão, isto foi por causa da queda do

Governo, mas foi a queda do Governo do PS.

Com apenas seis perguntas e respostas, quando, a título comparativo, o documento equivalente da ADENE tem 91 páginas e centenas de perguntas e respostas a todos os cidadãos.

O custo da habitação por metro quadrado, um dado importante para enquadrar certos tipos de intervenções, foi publicado de 2016 a 2020; desde então, não tem tido quaisquer atualizações.

Sim, tem razão, foi pela queda do Governo, mas foi o Governo do PS.

Enquanto o portal nacional permite que os certificados energéticos sejam exportados automaticamente a partir de diversas ferramentas de cálculo disponíveis do mercado, no portal dos Açores, todos os certificados têm de ser inseridos manualmente. O que vai acontecer? E nós sabemos que uma adaptação é sempre uma adaptação, apesar desta estar totalmente obsoleta, aquilo que nós estamos a criar é mais burocracia, quando, à partida, temos a obrigação de simplificar qualquer tipo de ação, nomeadamente este que é o certificado energético.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante a adaptação à Região de um diploma nacional e de uma diretiva que, mais uma vez, como é costumeiro, o Estado impõe, por via legislativa e regulamentar, aos privados aquilo que não cumpre nos seus próprios edifícios, aquilo que não cumpre nas suas próprias casas.

É, de facto, já, costumeiro e repetitivo, mas vem ao encontro daquilo que a Iniciativa Liberal tem defendido ao longo de muito tempo. O Estado complica a vida aos cidadãos, mas nem ele próprio consegue cumprir com aquilo que exige aos cidadãos. Mais grave ainda é quando essas diretivas comunitárias, muitas vezes, são desadequadas àquilo que é a realidade de regiões como a nossa e até do nosso país. Mais grave é ainda quando essas diretivas comunitárias, por exemplo, em matéria de construção e de isolamento térmico, nos empurram para materiais que a Região não tem e que nos obriga a importar, mas que constituem perigos para incêndios e para uma série de coisas de que a Região, até agora, tem conseguido libertar-se e proteger-se. Eu diria mesmo que essas diretivas comunitárias não são más por isso. Essas diretivas são más, ponto.

E sendo de adaptabilidade e não de aplicabilidade direta, cabe também à Região e ao Estado-membro proteger-se de algumas destas questões que vêm a nível nacional.

Mas essa adaptação ainda encerra aqui um outro problema, e já aqui o Sr. Deputado António Lima falou, que tem a ver com os apoios que cria para que as empresas e os cidadãos façam essa transição energética. Estes apoios vão parar sempre àqueles que mais podem e deixam para trás todos aqueles que não podem e todos aqueles que, ao dia 20, 22 ou 23 de cada mês, vão a correr à junta de freguesia (agora com 30 % em cima) pedir dinheiro para comprar uma garrafa de gás, porque não têm como aquecer a água em casa.

Eu acho que é fácil fazer o discurso de que a subsidiação e os apoios sociais promovem mais pobreza, promovem letargia na população, quando temos casos medonhos, como é o caso do SOLENERGE, por exemplo, que criou ainda mais desigualdades do que aquelas que existiam antes, que criou ainda mais problemas às famílias mais pobres do que aqueles que tinham antes. E, portanto, não se admirem se o tal Índice de Gini, daqui para a frente, continuar a crescer de 36 % para 37 % ou 38 % ou 40 %.

Acho que isto não é uma questão da esquerda nem é uma questão da direita, é uma questão da política. Todos nós temos de olhar para a subsidiação como um problema.

É preciso fazer um certo desmame, passo a força de expressão, desta questão de estarmos todos dependentes do Estado para fazer seja o que for. E só há uma via de fazer isto: é com reformas e com coragem. Não é isso que temos visto nos últimos 4 anos na Região Autónoma dos Açores. Aliás, não é só aqui, é na República também, onde, sistematicamente, se evitam fazer reformas e se adotam as mesmas soluções técnicas e políticas que foram experimentadas no país desde a nossa adesão à União Europeia e que nem serviram para potenciar os fundos nem para retirar mais pessoas da situação de pobres e transformá-los, pelo menos, na condição de remediados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Às questões colocadas pelos Srs. Deputados aqui presentes, vou tentar responder sucintamente a todas elas, mas, de uma forma geral, porque nós temos conhecimento, obviamente, da nova diretiva, que ainda não foi transposta para o ordenamento jurídico nacional, começava por dizer que essa é uma competência de cada Estado-membro, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, temos conhecimento que essa diretiva só será adaptada ao nosso país em 2026, fruto de um grupo de trabalho que foi criado, muito extenso, com entidades diversas para promoverem essa adaptação.

E, portanto, a nossa questão, neste momento, é: sem prejuízo de mais à frente termos de fazer algumas adaptações, nós precisamos de estar alinhados com aquilo que é o ordenamento jurídico atual do nosso país. E precisamos de estar alinhados porque temos vontade de criar um sistema de incentivos financeiros de combate à pobreza energética, ao abrigo do PO 2030. Para isso ser notificado à Comissão e para nós

podermos construir esse sistema de incentivos, nós temos de estar alinhados com a legislação mais recente que vigora no nosso país.

Portanto, a nossa opção é esta: ou continuamos à espera até fazermos a adaptação mais atual e de acordo com a nova diretiva; ou começamos a trabalhar no nosso sistema de incentivos e adaptamos a legislação atualmente existente. Isto para dar resposta às questões que foram colocadas relativamente à extemporaneidade da apresentação deste diploma.

Em relação à eletromobilidade, que foi aqui colocada, sobre a nossa portaria que exige que as novas construções e as reabilitações tenham um determinado número de estacionamentos com carregadores elétricos, nós não adaptámos os Decretos-Lei n.º 101 e n.º 102 tal qual como estão a nível nacional por considerarmos que estamos mais avançados nesse processo da eletromobilidade e, portanto, seria um passo atrás.

Nesse sentido, entendemos que não seria fazer uma adaptação, mas, sim, manter aquilo que temos hoje, daí o artigo 5.º da eletromobilidade, que mantém em vigor a Portaria n.º 13/2020. E, portanto, estas são as questões em que eu penso que estamos em vantagem e não vamos dar um passo atrás.

Para responder ao Sr. Deputado Francisco Lima, que colocou a questão, obviamente que os carregadores não têm de ser carregadores rápidos. Os parques de estacionamento têm carregadores normais. As pessoas que aceitam ir a um determinado estabelecimento de ensino ou a uma determinada empresa, se forem trabalhadores, ligam o seu veículo lá durante as horas que têm disponíveis. E, portanto, nesse aspeto, não precisa de haver carregadores rápidos. E os 25 lugares são, obviamente, considerando o próprio lugar de estacionamento do veículo elétrico.

Todas as empresas que são abrangidas são as que fazem reabilitações, construções, reconstruções. São abrangidas pela própria lei que está prevista neste diploma legislativo regional, que agora vai ser adaptado e que prevê também a própria portaria. Portanto, conjugando os dois.

Em relação às outras questões que nos foram colocadas e que têm a ver basicamente

com o SOLENERGE, voltava a dizer aquilo que já disse: nós estamos a fazer a gestão do sucesso. O SOLENERGE foi, de facto, um sistema de elevado sucesso. Já esgotou os 19 milhões de euros, já atingiu as metas de instalação dos quilowatts que estavam previstos e até mais. E, por conseguinte, nós, agora, se houver um reforço, continuamos a ter todo o *pipeline* montado para avançar com as candidaturas por ordem de entrada. É essa a nossa expectativa, mas, neste momento, não há respostas a esse respeito, porque não depende da nossa vontade. E se dependesse, certamente, já estaria resolvido.

Quanto às questões que foram colocadas pelas diversas ordens, arquitetos, engenheiros, etc., naturalmente, as portarias subsequentes a este diploma sairão com a maior rapidez possível e sem prejuízo de algumas já serem aplicadas diretamente, porque há portarias nacionais que já têm coeficientes para as regiões autónomas, designadamente para a Região Autónoma dos Açores.

Mas nada impede que não possamos fazer as nossas próprias portarias, que é, no fundo, a regulamentação deste diploma, e considerar os coeficientes, de acordo com as várias ordens que certamente vão ser ouvidas, que são os nossos parceiros nestes processos, que podem ser levados em consideração.

Julgo que respondi a tudo.

O que nós temos mesmo é de trabalhar para combater a pobreza energética. E queremos fazê-lo com incentivos que possam ser integrados no PO 2030, porque, obviamente, tem de ser através da comparticipação de fundos comunitários que podemos montar, à semelhança de todos os outros incentivos do Competir. E é nesse sentido que vamos trabalhar.

Estava aqui a ver se tinha mais alguma questão colocada. Em relação aos edifícios públicos, obviamente, têm de cumprir, desde que haja habilitações, reabilitações e construções. O que tem havido, infelizmente, é muito pouca reabilitação, muito pouca reconstrução e muito pouca edificação de edifícios para os serviços públicos, porque, obviamente, essa não é a prioridade deste Governo. A prioridade deste Governo é o

setor privado. A prioridade deste Governo são os apoios para quem mais precisa. A prioridade não são os edifícios do Governo Regional.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando falamos do SOLENERGE, e como a Sra. Secretária disse “colher os frutos do sucesso”, também temos de deixar que as pessoas que semearam as sementes para ter sucesso não fiquem à mercê das intempéries. Neste caso, o *plafond* esgotou.

A pergunta que lhe faço diretamente é: no caso do SOLENERGE, o Governo está disponível para usar verbas do Orçamento Regional para não deixar as pessoas que se candidataram, na esperança de ter acesso ao *plafond* do SOLENERGE, à mercê do tal sucesso?

E respondendo também aqui à questão do Sr. Deputado Carlos Freitas, se lermos o relatório feito pelo Sr. Deputado Luís, na audição à AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores), o Sr. Presidente da AMRAA em exercício, Alexandre Gaudêncio, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, disse que esta situação já poderia ter sido feita há mais de 3 anos. Não é pelo Governo ter caído que isto não podia ter sido feito. Foi uma inação do Governo não ter aplicado isso mais cedo e não ter proposto mais cedo à Assembleia. Isto é uma questão clara, está no relatório. Há mais de 3 anos que isto podia ter vindo à Assembleia.

Por fim, quando falamos no sucesso e em estarmos um bocadinho mais avançados a nível do restante país, Sra. Secretária, se bem se lembra, na altura do Plano e Orçamento, as vendas dos carros elétricos desceram nos Açores este ano. Em período homólogo do ano passado, estamos a vender menos carros elétricos. Não sei se estamos num sucesso tão grande quanto isso. Não há infraestruturas que deem resposta à procura.

Para falar no sucesso da energia, também é preciso falar na energia renovável. O SOLENERGE tinha esse principal objetivo: incentivar a produção de energia renovável. No entanto, de acordo com o acordo de parceria estratégica, estamos a produzir menos energia renovável do que estávamos em 2020. Não sei se é um sucesso na área da energia. Se calhar, temos conceitos diferentes.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho engraçado que sempre que o Governo Regional traz um bom documento a esta Assembleia, da parte do Partido Socialista é sempre um documento que vem tarde e a más horas. E vai-se lá saber porquê. O que é certo é que não estava resolvido, muito longe disso. Ao menos, está-se a fazer. E está-se a fazer bem. Como se diz também na nossa terra, “antes tarde do que nunca”. Sempre que é para melhorar os serviços dos Açorianos, é sempre bem-vindo.

No que respeita ao SOLENERGE, e ultimamente tem-se falado imenso neste assunto, continuo a achar, e já o afirmei aquando do Plano e Orçamento, que tem sido um caso

de sucesso. E foi um caso de sucesso pelos resultados obtidos.

É evidente que se criou a expectativa nos Açorianos, ficaram a pensar que chegaria a todos, mas também foi bem evidente, desde o início que se apresentou o projeto, que tínhamos 19 milhões de euros, ou seja, era um bolo com 19 milhões de euros que poderia ou não ser esgotado.

Como disse o Partido Socialista na altura, e agora devia fazer mea-culpa, achava que era um exagero o dinheiro que se estava a depositar neste mesmo diploma.

A verdade é que a prova está à vista. Se tivesse sido mais, tinha sido usado, sem dúvida.

Ficaram algumas intenções de investimento por analisar e por aprovar pelo simples facto de ter esgotado o *plafond*.

Eu acho que é significativo quando temos quando temos 1794 candidaturas aprovadas, acho que isto é relevante, dentro das quais uma grande percentagem para famílias, mas também para empresas. Isto é muito significativo no final do mês, com uma poupança destas famílias e destas empresas no que concerne à fatura energética.

É verdade que ficaram por analisar mais de 3 mil candidaturas, num valor que se estima na ordem dos 50 milhões.

Deputado João Vasco Costa (PS): Coisa pouca!

O Orador: Isto é relevante. Como em nossas casas, o dinheiro esgota. Foi o que aconteceu aqui. E espera-se que este pedido do Governo Regional à União Europeia seja acolhido e que se possa reprogramar novamente o SOLENERGE.

Também é importante dizer que a suspensão do SOLENERGE não vai causar qualquer tipo de prejuízo para as famílias e para as empresas.

Também importa dizer que os painéis já instalados na Região, como alertei há 2 meses, dependeu não só do Governo, mas também das empresas que os instalaram e que forneceram. Bem sabem a dificuldade que está a ser, nos dias de hoje, o fornecimento de material eletrónico, não só na nossa Região, no país, mas também a nível mundial. A verdade é que os painéis instalados fizeram aumentar cerca de 11,2 megawatts de potência instalada, cerca de 1,3 %, para o sistema energético regional, e uma

diminuição, acho que isto é também importante, de 7642 toneladas de emissões de gases com efeito de estufa. Isto é relevante. Não está tudo feito, mas não deixa de ser relevante e um caso de sucesso na nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Paulo Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra só para confirmar que nós vamos acompanhar, obviamente, este diploma, até porque é importante para a Região. No entanto, não vamos acompanhar o ponto 5, visto que o Governo quer onerar as empresas e os empresários com despesas que deviam ser vossas, com o trabalho que os senhores não têm feito, porque não têm postos de carregamento no que é público, mas querem obrigar os privados a fazer e onerar estes custos aos privados. Nós não concordamos com isso, até porque o Governo não está a dar esse exemplo. Então, não podemos pôr às costas dos empresários aquilo que deve ser a vossa parte.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Sousa, queria esclarecer aqui uma questão que eu penso que pode não estar a ser bem interpretada. Só se exige pontos de carregamento quando houver obras de grande dimensão, reconstrução ou construções novas. E não são pontos rápidos, são pontos que custam 1000 euros, nem chega a isso, 800, 900 euros...

Eu pergunto: numa grande obra de reabilitação ou de construção de uma grande empresa, 500 ou 700 euros é uma importância que impede essa reconstrução?

Deputado José Sousa (CH): Mas porque é que o privado não há de decidir?

A Oradora: Ó Sr. Deputado, isso eu não entendo. Ou nós queremos a transição energética ou nós não queremos. Mas estejam à vontade.

Eu só queria esclarecer, porque podia haver alguma má interpretação. Isto só se aplica quando se fazem obras de grande dimensão ou construções novas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

A Mesa não regista nenhum pedido de intervenção.

Pausa.

Podemos passar à votação?

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu reitero a minha pergunta à Sra. Secretária, não sei se foi um lapso seu, certamente deverá ter sido: caso não houver reprogramação do PRR, como é que ficarão as três mil candidaturas do PRR que não terão resposta se não houver essa reprogramação?

E teremos capacidade financeira, a nível do Orçamento Regional, de fazer com que essas candidaturas sejam respondidas e possamos, então, efetivamente, investir na eficiência energética?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Russell Sousa, falaremos disso quando houver a reprogramação.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Com tanto crescimento económico não deve ser difícil.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Eu sei que falaremos disso quando houver reprogramação, mas isso é uma certeza que a Sra. Secretária pode dar hoje, de que vai haver reprogramação? Então, a minha pergunta é clara: se não há reprogramação, temos três mil pessoas à espera. Nesse espaço temporal, com três mil pessoas à espera, não podemos fazer nada a nível regional, com o Orçamento Regional? O Governo não se pode comprometer nesse sentido? São três mil pessoas à espera! É só a minha questão.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos passar à votação deste diploma.

Começamos, naturalmente, por votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII — “Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro à Região Autónoma dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições. Creio não existirem.

Pergunto à Câmara se os três primeiros artigos, que não têm propostas de alteração, podem ser colocados à votação em conjunto.

Estão à votação os artigos 1.º, 2.º e 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 4.º apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O aditamento colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 4.º com o aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não existem mais propostas de alteração... O artigo 5.º em separado?

Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do BE e com 5 votos contra do CHEGA, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Os restantes artigos não são alvo de propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 2 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII — “Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores”**. É uma proposta apresentada, naturalmente, pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional de Saúde e Segurança Social para a apresentação do diploma. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de aproveitar esta iniciativa, no sentido em que diz respeito ao setor social, para dar nota que o Governo da Coligação, naturalmente, está

empenhado em continuar a desenvolver o setor, em dar as respostas adequadas, com base naquelas que são as necessidades identificadas pelas famílias açorianas e, sobretudo, com especial atenção para o público mais vulnerável, neste caso em concreto para os nossos idosos e também para a primeira infância. Tem sido apanágio, quer do XIII e, naturalmente, terá continuidade no XIV Governo, desenvolver o setor, com especial atenção a este público mais vulnerável.

E também seria importante desmistificar até um certo discurso de alguns partidos da oposição de que o Governo da Coligação não está preocupado com este público mais vulnerável. Tal não é verdade, basta revisitar aquilo que tem sido o desempenho, o papel e até mesmo todas as medidas que têm sido implementadas neste âmbito.

Neste caso em concreto, gostaria de falar de um apoio especial para as creches, para a gratuitidade das creches, uma medida inovadora que foi, naturalmente, implementada pelo XIII Governo da Coligação e que, naturalmente, terá continuidade pelo XIV Governo da Coligação.

E se, efetivamente, em 2020, havia isenção de pagamento de mensalidades até ao 7.º escalão, beneficiando cerca de 590 crianças, chegámos a 2024, nomeadamente ao dia 30 de novembro de 2024, com uma isenção que foi alargada até ao 16.º escalão, que abrange 4686 crianças e que representa uma poupança para as famílias da Região de cerca de 4,2 milhões de euros.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

A Oradora: E, portanto, é este o compromisso que o Governo da Coligação tem tido. É este o desempenho que tivemos até ao momento e que queremos continuar a ter. E, desde 2020, são mais 805 lugares em creche comparativamente àquilo que existia no

último ano de governação do Governo Socialista. É um aumento do valor padrão para esta valência em específico na ordem dos 8 %.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é o diploma que está em discussão.

A Oradora: E, portanto, por muito que custe ao Partido Socialista ouvir os bons resultados da governação do Governo da Coligação, entronca-se naquilo que é esta iniciativa que o Governo traz, hoje, aqui.

Deputado José Ávila (PS): A senhora deixe o Partido Socialista da mão. Fale lá da sua proposta.

A Oradora: É uma iniciativa que diz respeito a um apoio que se pretende dar à iniciativa privada, no código que está, naturalmente, associado à ação social, na medida em que aquilo que pretendemos é dar uma resposta rápida às necessidades deste setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, não se trata aqui de financiar, de forma desmedida, a iniciativa privada. Não. Trata-se aqui de aproveitar a capacidade instalada nalgumas valências sociais, em que a resposta é efetivamente deficitária face à procura que temos na atualidade. E, por isso, queremos, de facto, aproveitar a capacidade instalada de alguns parceiros do setor. É isto que esta medida vem aqui trazer. Aliás, já estava em funcionamento, e foi abandonada pelo Partido Socialista em 2013.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Mas o Governo da Coligação, face às necessidades do setor, vem aqui aprovar um DLR, para posteriormente regulamentar, algo que o Partido Socialista nunca fez. É isto e só isto que esta medida vem aqui trazer.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó senhora, isso está uma confusão!

A Oradora: E como é que o Governo Regional pretende fazer estes apoios à iniciativa privada? Desde já, permitam-me que diga que o próprio Código da Ação Social dos Açores (CASA) prevê que haja apoios à iniciativa privada. Portanto, não estamos aqui a fazer nada que não esteja previsto. Estamos, sim, a submeter um diploma a esta Assembleia para votar, para que depois também o mesmo possa ser regulamentado.

E como é que o Governo Regional pretende fazer isto? Desde já, pretende atribuir, então, a pessoas singulares e coletivas, com ou sem fins lucrativos, apoios que venham colmatar necessidades identificadas, através da promoção e acesso a respostas sociais e aos respetivos serviços, como, por exemplo: equipamentos sociais; a realização de obras ou apetrechamento de infraestruturas; programas, projetos e iniciativas que prossigam o objetivo do sistema da Segurança Social; a aquisição de bens e serviços que se revelem necessários no âmbito do próprio sistema; e também ações de relevante interesse social que sejam reconhecidas pelo Membro do Governo Regional com competência na matéria.

Para implementar estas diferentes modalidades de apoio, o mesmo poderá ser feito através de um contrato de cooperação técnica e/ou financeira, através de um contrato de financiamento, de um subsídio ou de um apoio pontual. Tudo isto terá de ser regulamentado pelo Governo Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais subsídios. O CHEGA vai votar a favor disto?

A Oradora: Mas aqui o que fica bem claro é que, havendo e reconhecendo que já há parceiros com essa capacidade instalada, nós estamos aqui a tentar dar uma resposta mais rápida em certas valências sociais.

É só isto que este diploma traz, que eu gostaria de desmistificar, pese embora haja alguns partidos da oposição que tentem quase denegrir a iniciativa com a necessidade de dizer que o Governo vai financiar toda a iniciativa privada, quando eu já tive a oportunidade de esclarecer em sede de Comissão que não era essa a essência do diploma. E volto aqui a anunciar mais uma vez isso mesmo.

E, portanto, gostaria de concluir esta primeira intervenção dizendo que aquilo que se pretende é então utilizar a capacidade já instalada, é dar resposta às necessidades mais prementes. Essas necessidades terão de ser, naturalmente, identificadas e justificadas, para que as instituições possam ser apoiadas.

Não se pretende criar qualquer injustiça dentro da própria instituição, pretende-se, sim, dar uma resposta imediata às famílias açorianas.

Também pretendemos, no âmbito do financiamento, que seja atribuído a valências como ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) ou até mesmo creches. Que as vagas financiadas sigam os mesmos princípios que as instituições que também são financiadas pelo Governo Regional se regem, para não estar aqui a criar qualquer tipo de discrepância. E, em simultâneo, também é necessário respeitar a autonomia das instituições, no sentido de existir a possibilidade de a própria instituição não querer receber o financiamento para certo tipo de valências.

O nosso objetivo é dar a melhor resposta aos Açorianos, uma resposta rápida, que vá ao encontro daquilo que são as pretensões das famílias açorianas, no sentido de garantir uma resposta para todas as crianças, idosos ou pessoas com deficiência, no sentido de ser possível compatibilizar a vida profissional com a vida pessoal e garantir aquilo que sempre foi o apanágio deste Governo da Coligação: em primeiro lugar estão as pessoas e estão os Açorianos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA considera um ato de coragem do Governo Regional estender os contratos de cooperação a entidades privadas que desempenham atividades na esfera da ação social.

Uma das críticas vindas da esquerda à governação de direita é que se tem centrado no betão, mas, quando se opta pela função reguladora, missão nobre que cabe só e apenas

ao Estado, levantam-se vozes indignadas de que o Estado deve ser o proprietário, o investidor, deve escolher pelos cidadãos, porque estes são incapazes de o fazer de forma adequada, financiar tudo e todos sem critério de mérito. Qual polvo, não com oito, mas incontáveis tentáculos?

Nas audições da Comissão de Assuntos Sociais, foi defendido que os apoios à ação social deverão cingir-se às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), porque a ausência do objetivo do lucro assegura a qualidade dos cuidados prestados – outro preconceito que impede que se encontrem soluções junto de quem as pode proporcionar.

Todos estes condicionalismos, autoimpostos pela ideologia de esquerda, desviam a atenção do que se pretende, que haja creche para todas as crianças e lares para os cidadãos com limitações decorrentes do seu estado de saúde ou a quem a família não lhes pode prestar os cuidados necessários.

O privado tem de assegurar serviços com qualidade, caso contrário fica sem clientes, logo sem o pecaminoso lucro. E se houver privados que abusem da sua posição favorável, proporcionada por um mercado de oferta e procura favorável ao privado, cabe à tutela fiscalizar.

Todos nós, oposição e Governo, devemos ter sempre presente que temos por missão assegurar o bem-estar do cidadão e não dos meios que o proporcionam, ou seja, o instituto A ou a IPSS B. Devemo-nos preocupar com as melhores soluções para os Açorianos e não sacrificá-los para manter a estabilidade do *status quo*.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sra. Deputada Dora Valadão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Dora Valadão (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Secretários:

O Código da Ação Social dos Açores, aprovado em 2012, veio legislar sobre o setor social, abrindo a possibilidade de apoio financeiro a privados, no seu artigo 14.º.

Na nota introdutória, diz que “a prestação de apoios sociais passa a depender de contratualização e favorece o aumento da competitividade na economia social, premiando a excelência dos serviços e equipamentos, favorecendo uma maior e melhor oferta de respostas sociais e fomentando o envolvimento de todos os setores da sociedade civil, assente numa lógica de responsabilidade social partilhada entre os indivíduos, as famílias, os grupos e as empresas.”

O CASA confere, ao Governo e à Assembleia, a faculdade de produzir legislação que promova, também com recurso aos privados, a equidade no acesso às respostas e serviços sociais.

Esta Proposta de DLR vem complementar o CASA, propondo-se a criar um regime de apoio à iniciativa privada em matéria de investimento e funcionamento de respostas sociais.

Em julho, e a propósito da necessidade de reforçar as respostas em creche, o Partido Socialista afirmou que as parcerias com privados seriam a via para complementar e aumentar o número de vagas nesta tipologia de resposta.

No contexto atual, em que as famílias precisam de se ausentar de casa para trabalhar, naturalmente, têm de ter apoio no setor social para poderem deixar crianças ou idosos nas respostas sociais.

Deputado José Pacheco (CH): Que discurso é esse? As pessoas vão trabalhar? Isso é o discurso do CHEGA!

A Oradora: Havendo a necessidade de abrir mais vagas nas creches, bem como nas ERPI, resultante das atuais infraestruturas se encontrarem repletas e, em muitos casos,

com lista de espera, é compreensível e até desejável que se agilize este processo para dar respostas céleres aos que efetivamente precisam.

As IPSS e Misericórdias são parceiros privilegiados do Governo Regional, desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento e apoio ao setor social nos Açores, garantindo respostas sociais que o setor público não consegue assegurar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Para além de outras entidades que foram ouvidas aquando das audições em sede própria da Comissão, constatamos que os representantes da URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores) e da URIPSSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores) manifestaram a sua preocupação no tocante às verbas atribuídas, frisando que os apoios recebidos não poderiam ser divididos pelos setores público e privado. Afirmaram ainda que haveria necessidade de um aumento de financiamento para fazer face às despesas de cada valência.

Todos nós sabemos que o valor padrão tem de ser aumentado para que estas entidades possam fazer face às despesas, desde o aumento do custo de vida, até o ajuste dos salários.

Deputado Flávio Soares (PSD): O valor padrão esteve anos e anos sem ser aumentado! Os senhores tiveram não sei quantos anos para fazer isso! Inacreditável!

A Oradora: Apesar do receio manifestado por estes intervenientes sobre o financiamento para o setor público e privado, e depois das audições tidas com a Sra. Secretária, concluímos que o diploma ora em apreço não comprometeria os apoios atribuídos às IPSS e Misericórdias, nem estas seriam prejudicadas pelo eventual apoio dado aos privados, por haver uma rubrica própria.

A melhoria contínua do acesso e a qualidade e eficiência das respostas sociais devem ser sempre os objetivos dos regimes de apoio, sejam eles no setor social e cooperativo, sejam eles no setor privado, pelo impacto direto que têm na vida das pessoas.

É preciso investir em formação, recursos e melhores práticas para oferecermos um

serviço de excelência, garantindo que as necessidades da população sejam atendidas. Neste sentido, é, por um lado, premente definir regras claras para que o setor privado possa aceder aos apoios financeiros aqui previstos, garantindo transparência e o cumprimento das contrapartidas, bem como fiscalização adequada, estabelecendo critérios claros de acessibilidade e elegibilidade para cada tipologia de apoios e, por outro, assegurar que os critérios de admissão dos utentes/clientes nas respostas financiadas pelo Governo, independentemente de quem as implementa, sejam iguais. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, acabei de dar um pulo aqui na cadeira, fiquei assustadíssimo; eu ouvi durante meses, meses a fio, atacarem o CHEGA com as creches: "Precisamos mais creches!", "O CHEGA para baixo, o CHEGA para cima, o CHEGA para o lado e o não CHEGA para esse lado que há de chegar sempre para outro". E agora oiço um discurso que é: "As pessoas saem de casa para trabalhar e precisam das creches!"

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não ouviu tudo, pois não?

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Eu ouvi tudo com muita atenção, Sra. Deputada, os senhores são uns incoerentes, os senhores é quanto pior melhor. Eu vejo cartazes do Bloco de Esquerda, "creches para todos"; está aqui a solução: protocolos com os privados. Não, os senhores

não querem uma creche, os senhores querem um asilo do Estado para estar ali a martelar na cabeça das crianças as vossas ideologias, todos os dias até as crianças concordarem convosco. Não vão ser os meus filhos! está aqui a solução. Não é isso que vocês queriam? Está aqui!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor é uma vergonha!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(*) **Deputada Nídia Inácio (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Hoje estamos aqui para debater uma proposta crucial para o futuro da nossa Região: o Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores.

Este diploma é fundamental para garantir a justiça e a equidade na atribuição de apoios financeiros a pessoas singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos.

Ao promover a iniciativa privada no domínio da ação social, estamos a dar um passo importante para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos e reforçar a nossa comunidade.

Este DLR permite colmatar a insuficiência da oferta pública e do setor solidário e social, principalmente na área da infância: falta de lugares em creche. Esta insuficiência leva à necessidade de garantir formas de participação no desenvolvimento e adequação de respostas emergentes necessárias e condignas, assentes numa lógica de responsabilidade social partilhada, para que os Açorianos possam aceder a uma melhor qualidade de vida, especialmente as crianças, as pessoas com deficiência e os nossos idosos.

O objetivo fulcral deste diploma é criar mais vagas em creche. Como todos nós sabemos, os apoios financeiros da solidariedade social estão centralizados no ISSA e previstos no CASA e são atribuídos a entidades privadas sem fins lucrativos. Agora é necessário criar um enquadramento legal para a atribuição de apoios financeiros, garantindo a inclusão da iniciativa privada.

Minhas senhoras e meus senhores, é importante fazer mais contratos deste género, face à grande procura de vagas em creche.

Para terminar, este diploma vem criar justiça no tratamento das instituições que têm ofertas na área social, nomeadamente nas creches, e que prestam um serviço público de qualidade.

Estamos a dar um passo importante para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos e fortalecer a nossa comunidade.

Além disso, este diploma oferece uma oportunidade única para jovens empreendedores que desejam investir na área social, contribuindo para atender às necessidades das pessoas e promover o desenvolvimento sustentável na Região.

Todos nós aqui presentes conhecemos entidades privadas que prestam um excelente serviço social nos Açores, como creches, ATL, ERPI, apoio ao domicílio.

Para além deste excelente trabalho desenvolvido pelo setor social por estas instituições, que todos nós conhecemos, que prestam um bom trabalho, este diploma permitirá uma complementaridade a este trabalho.

Por este motivo, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece a importância deste diploma para o futuro da nossa Região e para o bem-estar dos nossos cidadãos, nomeadamente a criação de mais lugares em creche.

Juntos podemos construir uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais solidária. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Governo Regional, apresentada de uma forma pouco vulgar, em que foram mais as críticas ou supostas críticas à oposição do que a apresentação do diploma, é apresentada como uma alegada forma de responder à escassez de lugares em creche nos Açores. Ela surge nesse contexto, todavia, essa proposta da coligação do PSD, CDS-PP e PPM, do Governo de coligação, é muito mais do que isso. Não diz respeito apenas às creches e muito menos se resume a responder a este problema, é preciso que fique claro. Este é o enquadramento legal que permite o financiamento do Orçamento da Região, e principalmente do Orçamento da Segurança Social, a entidades privadas com fins lucrativos.

Essa é uma mudança substancial naquilo que acontecia até aqui nos Açores e aquilo que acontece no País. É uma forma de subsidiar as empresas privadas desta área.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem tem cartazes na rua a dizer “creches gratuitas para todos”! Só visto!

O Orador: Para quem dizia que a subsidiodependência nos Açores era um problema, vejo este Governo muito empenhado em criar subsídios para tudo e mais alguma coisa. Agora estes subsídios não só são subsídios para o setor social, que não tem fins lucrativos, como passam a ser subsídios para empresas que geram lucros. É o Orçamento da Segurança Social a servir como negócio, o Orçamento da Segurança Social! O Bloco de Esquerda gosta de lucros, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Bloco de Esquerda só gosta de prejuízos.

O Orador: ... agora não é com o Orçamento da Segurança Social.

Cada empresa é livre, neste País e na Região, de criar uma creche, de criar uma estrutura residencial para idosos. Isto está regulamentado e o Estado aí tem um papel

regulador, tem um papel fiscalizador. Outra coisa é fazê-lo com o Orçamento da Região e com o Orçamento da Segurança Social, que é o dinheiro dos nossos impostos, que é aquele dinheiro que está ali para o apoio social e para as nossas reformas, por exemplo; é o dinheiro da segurança social.

A Lei de Bases da Segurança Social define que o Estado é responsável por criar as condições necessárias à efetivação do direito à segurança social, organizar, coordenar o sistema de segurança social.

Até aqui, os Açores optaram por um sistema inteiramente assente no setor social; no País, nesse sistema, para além do setor social, existe um setor público muito débil, digase de passagem. No nosso entender, o desenvolvimento de rede pública, no caso das creches, uma rede pública de creche que garanta a resposta a todos atempadamente – e que já agora execute os investimentos que estão previstos – é a resposta necessária e urgente. Aliás, temos um projeto de Decreto Legislativo Regional, neste Parlamento, a aguardar o seu término para subir a Plenário após a análise em Comissão ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor deve ter gostado imenso da audição do outro dia.

O Orador: Essa é que é a resposta fundamental. Subsidiar empresas privadas para apoio social é, como disse o Presidente da URMA, um risco de mercantilização do apoio social.

Mas termino esta intervenção com uma pergunta. Sra. Secretária, sabendo que, de acordo com o Relatório de Gestão do Instituto de Segurança Social 2023, os acordos de cooperação representaram quase 100 milhões de euros, dos quais apenas 8,4 foram financiados pelo Orçamento da Região, ou seja, mais de 90 %...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E qual é o problema?

O Orador: ... dos acordos de cooperação são financiados pela segurança social, gostaria de saber de onde vêm os recursos para estes acordos que o Governo pretende fazer com entidades privadas, com fins lucrativos? Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após esta intervenção do Sr. Deputado António Lima, que em nada surpreende porque é sempre esta postura e esta questão ideológica e claro que está sempre a apregoar que é mais vagas e que são precisas mais vagas.

Deputado António Lima (BE): Precisamos porque o Governo não as cria.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não as cria?!

A Oradora: O Governo apresenta uma solução, mas esta solução não serve: "É privado, corta, é mau.", "Lá vem o 'papão' do privado, que é a desgraça da nossa Região." Portanto, não nos surpreende, esta postura do Bloco de Esquerda.

Entretanto, acho que é preciso recentrar o debate nesta iniciativa e esta iniciativa o que visa é dar uma melhor resposta às famílias, essa é a base desta iniciativa. A verdade é que esta iniciativa, que visa permitir os apoios financeiros a pessoas singulares, coletivas, sejam elas com ou sem fins lucrativos, visa exatamente isso. Ao contrário do que se quer fazer parecer, o próprio Código de Ação Social dos Açores reconhece a participação do setor privado, não é nada de novo que agora este Governo Regional inventou.

Este Código de Ação Social dos Açores já prevê exatamente isto, a participação do setor privado, e, no nosso entender, e bem, o Governo Regional deve acionar e regulamentar para que se possa dar uma melhor resposta às famílias.

A verdade é que, no âmbito do trabalho em Comissão e percebendo a posição de quem defende as IPSS e as Misericórdias, são legítimas aquelas reservas que têm em relação ao diploma. Claro que cada um defende os seus interesses, isso é mesmo assim; mas nós aqui, nesta Casa, temos de fazer aquilo que é a análise deste diploma, que visa a melhor resposta às famílias, quer seja nas respostas aos idosos, no apoio ao domicílio, às creches e é isso que este diploma defende. É exatamente convocar toda a capacidade

instalada, de forma a otimizarmos os nossos recursos disponíveis, numa complementaridade que foi sempre defendida pelo CDS, quer entre o setor público, o setor solidário, social, privado. Esta complementaridade é fundamental para darmos uma melhor e mais adequada resposta às nossas famílias e convocar toda esta capacidade.

Acho que, com esta iniciativa, vamos aumentar a melhoria das respostas dadas; parece-nos que este é um passo essencial para aquilo que é a estratégia do Governo Regional, o caminho que se tem seguido numa resposta às famílias. Como já disse anteriormente, percebendo a posição da URIPSSA e da URMA que ouvimos em Comissão, a própria Sra. Secretária já avançou que esta iniciativa em nada vem descurar aquilo que tem sido o percurso, e é notório, da anterior e desta legislatura naquilo que é o apoio a estes importantes parceiros sociais. Isso é reconhecido pelo Governo e basta olhar para aquele que tem sido o percurso nessa matéria deste Governo Regional.

E, portanto, acho que temos que nos centrar naquilo que é essencial, que é a melhor resposta às nossas famílias, porque não podemos estar aqui, por um lado, a dizer que é necessário aumentar o número de vagas e precisamos de mais vagas em creche, em ERPI, em apoio ao domicílio, mas depois, quando se apresenta uma solução, em que temos uma otimização da capacidade dos recursos disponíveis, é mau porque vem o “papão” do privado. Isso não vamos aceitar, não podemos, como é óbvio, acompanhar e entendemos que esta é uma importante medida, uma importante iniciativa para dar uma melhor resposta às nossas famílias, naquilo que são as diversas valências nesta matéria.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nesta minha primeira intervenção sobre este diploma, importa fazer uma nota introdutória sobre aquela que é a situação, neste momento, da resposta social.

E, acho que todos nós concordamos, se eu disser que a resposta social, neste momento, nas diversas valências, idosos, pessoas com deficiência, creches, é insuficiente; isto todos concordamos.

Há uma, eu diria, consciência geral de que o Estado deve assegurar essas valências a todos os cidadãos; nisso acho que também todos concordamos. A esquerda provavelmente concordará mais do que os outros, mas acho que todos concordamos. Aliás, a esquerda, nessa matéria, – devo dizer que fico atónito, a expressão é essa – porque a esquerda acha que o Estado tem que resolver o assunto das pessoas, mas quando o Estado, através da contratação de serviços resolve o assunto das pessoas, “aqui-d’el-rei!” que vem aí o “papão” do privado.

A esquerda esquece-se de um pormenor, é que, neste caso, o diploma tem este grande papel: cria essa grande oportunidade do privado poder prestar esse tipo de serviços; também traz uma outra oportunidade, que é a oportunidade deste privado melhorar esse tipo de serviços e impelir aqueles que já estão no mercado, as IPSS estão no mercado, impele essas IPSS a fazerem também uma melhoria dos seus serviços, para não perderem utentes ou clientes (como se quiser chamar, pessoalmente, não gosto muito da terminologia cliente).

Mas, para a esquerda, era preferível que estivessem todos como estavam antes, até há meia dúzia de anos ou até há uns meses, que eram deixados de fora. Havia famílias que não podiam ir trabalhar porque não tinham lugar nas creches para as crianças; havia pessoas que tinham de ficar em casa a tomar conta dos idosos porque não havia lugar para eles; havia pessoas que tinham de ficar em casa a tomar conta dos seus deficientes porque não tinham com quem os deixar. Não vou usar aqui exemplos que conheço bem, mas ainda no verão passado, uma família recorreu a mim, queixando-se que nem

sequer para descanso do cuidador lhe arranjam uma vaga num lar. Imaginem, uma mulher com 58 anos de idade que, desde os 6 anos, tomava conta de dois irmãos deficientes profundos – de dois irmãos deficientes profundos, desde os 6 anos – e ainda por cima tinha uma tia idosa acamada em casa; o que viveu essa mulher nesses últimos anos!

E, portanto, nesse ponto de vista, acho que há aqui um potencial enorme de criar condições para que algumas instituições que já têm algumas valências de creche, salas de creche disponíveis...

Deputado António Lima (BE): Quais?

O Orador: Sr. Deputado, o senhor não me obrigue a dar exemplos porque eu não queria dar, até porque isto é um bocadinho complicado de fazer. Mas vou-lhe dar um exemplo, já que o senhor tanto insiste, eu vou-lhe dar um exemplo porque não gosto nada de deixar coisas no ar: o Colégio de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada, por exemplo, tem salas de creche vazias há anos, que podiam estar a receber crianças há anos, mas algum preconceito político/religioso não permitiu apoios àquela instituição para receber crianças em creche. Este é um exemplo. Eu não queria dar, mas é um exemplo claríssimo disso, numa cidade que tem enorme carência de creches como é Ponta Delgada. Isso é só um exemplo, mas há de haver, por esta Região fora, outros tantos como este.

Neste particular, não me repugna nada a contratação dos serviços, bem pelo contrário; recorreremos ao privado sempre que o Estado não consegue dar essa resposta porque, como disse na minha intervenção inicial, essa é uma resposta que, acho que todos concordamos, o Estado tem de assegurar.

Há, no entanto, ainda na área que estamos a debater, algumas necessidades de rever legislação que está em vigor, nomeadamente a legislação que é extremamente burocrática para o licenciamento de creches, para o licenciamento de lares, ...

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

O Orador: ... para todas essas valências, que é extremamente burocrática, extremamente demorada e cria barreiras à entrada no mercado. Eu não tenho pejo nenhum em usar a palavra mercado, nesta matéria, porque é preciso criar mercado para melhorar o serviço e para haver mais disponibilidade. É preciso quebrar essas barreiras burocráticas para melhorar a entrada no mercado de novas instituições, mesmo Instituições de Solidariedade Social, sejam elas ligadas à igreja ou não, ou instituições privadas, empresas que queiram investir nestas áreas. Depois uma revisão daquilo que nós conhecemos pelo CASA, porque de facto, carece – aliás, há uns 2 ou 3 anos, durante a legislatura passada, fiz uma visita ao ISSA em que na altura deixei, à saída, uma nota à comunicação social – já a necessidade desta revisão. Percebo que não se pode fazer tudo de uma vez, se não também já estava feito, como é óbvio. Mas é uma legislação que carece de ser revisitada muito rapidamente, quer o CASA, quer o Estatuto das Instituições de Solidariedade Social.

E sobre este diploma, por ora, é isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A direita usa este tema, como outros temas em que a participação e a resposta do Estado e da Região é fundamental, para fazer um velho truque, que é não dar resposta ou fazer com que a Região e o Estado não a dê a resposta a que está legalmente obrigada, para depois dizer que encontra a solução. Vejamos o que esse Governo se tem comprometido a fazer, sob a forma de lei. Olhando só para o Plano de Investimentos para 2023, havia um conjunto vasto de investimentos na área social, por exemplo, de creche; o Governo, que agora diz que não há vagas, o que é que fez nos últimos anos?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Quantas crianças temos agora em creche? Temos mais.

O Orador: Rede de AMAS, projeto que estava no Plano, Rede de AMAS – projeto não iniciado; requalificação da creche Girassol – projeto não iniciado; construção da Creche e ATL de Santa Bárbara – não iniciado; requalificação da Creche de Santa Clara – não iniciado; requalificação da Creche de São Mateus – não iniciado; ampliação da Creche Mãe de Deus – não iniciado; requalificação do CATL do Centro Social e Paroquial de São José – não iniciado; criação do CATL das Furnas – não iniciado.

O Governo que agora apresenta a solução é o Governo que deixou, na gaveta, todos estes projetos, muitos deles há anos. Por isso, o problema não está no Código de Ação Social, o problema não está na forma como tem funcionado sequer a Ação Social nos Açores; está na opção política do Governo em não investir para depois apresentar uma solução, que é a solução que parece óbvia, porque é aquela que vai resolver o problema no imediato: vamos contratualizar com privados para resolver o problema das vagas. Não! O problema das vagas só existe porque o Governo e a coligação que o suporta e quem o suporta têm garantido que não se investe nessa área nos Açores. o problema das vagas existe por vossa única e exclusiva responsabilidade. Por isso, não há aqui nenhuma solução milagrosa,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E creches gratuitas, o senhor não queria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Investimos o dobro, senhor!

O Orador: ... há uma opção política declarada, uma opção política que resulta de um Governo que quer, essencialmente, governar para alguns interesses e não para o interesse geral, o interesse das pessoas. No caso o apoio social, isso é particularmente grave porque o apoio social não é para criar mercado à conta do Orçamento da Segurança Social.

E Sra. Secretária, fico a aguardar a resposta, ...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Qual resposta?! O senhor não merece resposta!

O Orador: ... quem é que vai pagar estes apoios? É o Orçamento da Região ou o Orçamento da Segurança Social? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não me colocaram muitas questões relevantes para o debate da iniciativa em si, mas, efetivamente, há aqui algumas acusações e declarações que são feitas que, naturalmente, não merecem uma resposta direta, merecem sim que se revise aquilo que é a história do Governo da coligação em relação a esta matéria.

E se em 2020 tínhamos 590 crianças abrangidas pela gratuidade em creche, chegámos a 2024 ao dia 30 de novembro, com 4686 crianças.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado, por mais que diga que isto não é opção política, que isto é um problema é do Governo, não, não interessa; a preocupação do Governo Regional, o Governo da coligação, é dar uma resposta às famílias açorianas. Portanto, a mudança de paradigma começou quando o XIII Governo da coligação decidiu implementar a gratuidade das creches, a mudança de paradigma começou aí. Aí é que se verificou que efetivamente há uma resposta que tem de ser dada. Se antes as crianças ficavam em casa, com a possibilidade e com as creches gratuitas, naturalmente que essa procura aumentou. É para dar resposta a essa procura que o Governo Regional, no imediato, quer aproveitar a capacidade que já está instalada. Como o Sr. Deputado bem sabe, não é construir uma creche de raiz...

Deputado António Lima (BE): Mas os senhores não construíram nenhuma, zero!!

A Oradora: ...que iremos ter o resultado no imediato, quando neste momento temos, por exemplo, o Colégio de São Francisco Xavier (isso não é verdade eu já lhe

desminto), o Colégio de São Francisco Xavier tem, pelo menos, 70 vagas imediatas para essas crianças e, portanto, Sr. Deputado, não é verdade aquilo que o Sr. Deputado está a dizer. Também lhe quero dizer, Sr. Deputado que efetivamente, entre 2022 e 2024, há investimentos que foram feitos. Há, por exemplo, um investimento que até nem é preciso emergir mais betão: houve a possibilidade, com reorganização de espaços e com a realização de pequenas obras, de serem criadas mais 72 vagas em creche, que corresponderam a um investimento de perto de 70 mil euros.

Portanto, Sr. Deputado, nem só de betão se faz a obra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É muito mais fácil, neste caso em concreto, reorganizar espaços, implementar aquela que foi a legislação nacional de um Governo Socialista de aumentar o número de vagas por cada sala, – lá está um Governo Socialista da República, não foi um Governo de direita que introduziu esta nova alteração – e assim foi possível aumentar a capacidade.

Sr. Deputado, estamos cá para dar resposta às famílias açorianas. As famílias açorianas sabem que o Governo de coligação está ao seu lado e só assim foi possível uma poupança na ordem dos 4 milhões de euros, após a implementação da isenção no pagamento de creche às nossas famílias. Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) **Deputado José Toste** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa e esta proposta, que é aqui discutida, é uma iniciativa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista compreende, e até aceita no fundo, naqueles que são os seus pressupostos genéricos. Nunca é demais lembrar que o Código de Ação Social dos Açores foi aprovado e foi apresentado por um Governo do Partido Socialista, previa já que as pessoas e as entidades privadas com fins lucrativos, que sejam titulares de serviços e equipamentos de apoio social, possam beneficiar de incentivos e benefícios concedidos pela Região Autónoma dos Açores. Portanto, nunca é demais lembrar que o Partido Socialista é a esquerda que não tem qualquer tipo de desconfiança em relação aos privados.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

No entanto, importa aqui analisar o teor desta proposta, porque, muitas vezes, fala-se dos princípios, das ideias gerais e, às vezes e por vezes, aquelas que são as normas concretas que nós temos aqui de discutir estão longe daqueles que são os princípios que são aqui apregoados. Para o Partido Socialista, existem quatro questões que são absolutamente determinantes e que devem ser, no fundo, clarificadas neste diploma, que salvaguardem aquela que deve ser a relação entre o setor público, o setor social e o setor privado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E logo o Partido Socialista para fazer isso!

O Orador: A primeira questão tem que ver com a necessidade de ficar previsto, em letra de lei, porque neste momento não está, que a concretização dos objetivos do sistema de ação social se realiza em primeiro lugar – e sublinho, em primeiro lugar – através do recurso ao setor público e ao setor solidário e social, abrangido pelo Código de Ação Social e, apenas quando a capacidade daqueles setores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer, os senhores não fizeram e agora vão fazer de tudo para impedir que outros façam?!

O Orador: ... se encontrar integralmente esgotada, quando esta capacidade se encontrar integralmente esgotada é que deve ser admissível o recurso a outras entidades, sempre que se encontre fundamentadamente comprovado que o recurso ao setor privado é mais adequado às necessidades sociais, quando comparado com o investimento no alargamento da resposta pública e da resposta social. Aqui também importa clarificar o que diz respeito à definição do que seja uma maior adequação às necessidades sociais. Importa ficar claro que esta deve ser aferida, (e por isso mesmo ela é limitativa e não como pretende o Governo que não tenha qualquer tipo de limitação) pela capacidade dos recursos já existentes no setor privado, pela maior tempestividade de implementação, pela melhor relação no que diz respeito ao custo-benefício e pela capacidade de execução.

Em síntese, para o Partido Socialista, deve ficar expresso, de forma clara e inequívoca, uma prioridade clara do setor público e do setor solidário e social.

Um segundo aspeto, que também deve ficar claro, tem que ver com - e isto aqui é um princípio de justiça que deve ser respeitado e que não se encontra previsto - a equiparação dos apoios ao setor privado aos apoios que existem neste momento ao setor social, designadamente no que diz respeito ao valor cliente, às despesas elegíveis e aos requisitos para o acesso a esses apoios.

O Partido Socialista entende que o setor privado deve ser apoiado e pode ser apoiado, mas deve ser feito em total equiparação com os apoios que já são previstos para as IPSS.

Um terceiro aspeto que também é relevante (e é necessário clarificar, que se encontra omissa na proposta) é que os beneficiários dos apoios ficam sujeitos ao princípio da universalidade. A Sra. Secretária já referiu que assim será, em sede de Comissão; no entanto, importa que, na letra da lei, este princípio fique consagrado. Porque as mesmas regras de acesso às respostas sociais, e aos respetivos serviços e equipamentos de apoio

social que são aplicáveis ao setor público e ao setor solidário e social, devem ser as regras que devem ser aplicados ao setor privado, quando este é apoiado.

E um quarto aspeto, que é essencial, tem que ver com a regulamentação deste Decreto Legislativo Regional, que tem uma designação de regime jurídico, mas é um regime jurídico que tem muito pouco de legal e muito de regulamentar. Veja-se que as próprias condições gerais dos regimes de apoio nem se encontram previstas nesta proposta de lei, são remetidas para um Decreto Regulamentar Regional. Mais, os regimes de apoio são remetidos para portaria.

Entende o Partido Socialista que, numa lógica de transparência e de centralidade do Parlamento Regional, que é apregoada pelo Governo, estas regras de acesso a esses apoios devem ser objeto de um Decreto Legislativo Regional a trazer pelo Governo a esta Casa, de forma que estes apoios sejam regidos por regras claras e que sejam conhecidos por todos os agentes do mercado. Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Que diria o Deputado Bruto da Costa sobre uma proposta destas!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Não vou rebater ponto a ponto aquilo que foi dito aqui, mas fiquei com duas nuances na minha memória. Até posso ter percebido mal e aproveito, se for esse o caso, para o Sr. Deputado esclarecer.

Primeiro, gostaria de dizer que aquilo que o Governo vem fazer é dar enquadramento legal a algo que está em vigor desde 2008...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde quando?

A Oradora: ... e que o Partido Socialista nunca procedeu à regulamentação. Desde 2008! Portanto, a Portaria n.º 44/2008, de 30 de maio de 2008, veio criar o Programa de Apoio à Iniciativa Privada dos Açores. A portaria, que ainda antes o Sr. Deputado veio aqui contestar que o Governo preparava-se para regulamentar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Antes podia ser por portaria, agora é que não.

A Oradora: ... as modalidades de apoio em torno de uma portaria. pois bem, Sr. Deputado, eu não sou jurista, mas creio que veio aqui criticar algo que, no passado, o Governo a qual o Sr. Deputado assistiu, fez exatamente o mesmo. Mais, nunca avançou para o enquadramento legal, que é algo que nós pretendemos desenvolver com a aprovação deste DLR.

Mas também se percebi bem, em relação aos apoios e usando aqui um caso prático: vamos supor uma criança que esteja na lista de espera, que a primeira prioridade que escolheu terá sido uma instituição do Concelho de Ponta Delgada. Ora, supondo que todas as instituições da rede da URMA e da URIPSSA estejam lotadas, havendo apenas uma instituição desta rede, da URMA e da URIPSSA, no Concelho da Povoação, a criança não poderá aceder à rede privada de Ponta Delgada, e todos os dias faz com que os pais tenham que se deslocar ao Concelho da Povoação para entregar a criança à creche.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que a Sra. Secretária diz isso no diploma?

A Oradora: Sr. Deputado, isso vai contra a conciliação da vida profissional e vida familiar. Portanto, naturalmente, o Governo Regional não pode acompanhar esse sentido de orientação, uma vez que vem, sim, dificultar a vida dos pais e não facilitar e penso que não é esse o espírito do diploma.

Para terminar, dizer só ao Sr. Deputado António Lima, porque, entretanto, recebi essa informação que, em relação ao ATL das Furnas, da parte do Governo, estamos a aguardar a cedência do terreno.

Deputado António Lima (BE): Eu não perguntei nada do ATL das Furnas. Só disse que o Governo não fez nada!

A Oradora: Não, comentou, comentou... estamos apenas a aguardar a cedência do terreno para a instalação desse ATL, que é na dependência da Câmara Municipal da Povoação. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, ao invés de responder às questões e aos problemas que foram aqui levantados pelo Partido Socialista, decidiu e optou por responder colocando perguntas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A pergunta é uma forma de resposta, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, a pergunta que colocou foi um *quid juris* e a resposta é simples, Sra. Secretária, a capacidade dos setores encontra-se esgotada naquele concelho. Portanto, encontrando-se esgotada no Concelho de Ponta Delgada, é natural que o

Governo Regional possa recorrer ao setor privado ou então alargar a resposta no setor social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas tem de se fazer um estudo, não é!?

O Orador: Sim, mas isso é uma obrigação do Governo, que é estudar a viabilidade económica, daquelas que são as iniciativas que pretende tomar. Portanto, eu espero que o Governo Regional, quando opta por contratar com privados, o faça protegendo o erário público, porque é mais barato contratar com privados do que ter uma resposta através das IPSS.

Mas vamos à portaria de 2008, Sra. Secretária. A Sra. Secretária pretende aqui olhar para o passado ao invés de olhar para o futuro; a portaria é de 2008, mas o Código de Ação Social dos Açores é de 2012...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E a portaria de 2013? O senhor nunca fez.

O Orador: ... e, é lá que se prevê que os programas referidos são objeto de Decreto Legislativo Regional. Portanto, sendo objeto de Decreto Legislativo Regional, prevê-se que os apoios encontrem-se integralmente regulados por um Decreto Legislativo Regional. A Sra. Secretária apresenta aqui um Decreto Legislativo Regional que é absolutamente lacunar e que significa, no fundo, um pedido de autorização regulamentar do Governo; no fundo, o que o Governo vem a esta Assembleia pedir é um cheque em branco...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade. Isso era no seu tempo, em que não havia legislação.

O Orador: ... para atribuir apoios como quer, a quem quer e seguindo as regras que bem entende.

E, por isso mesmo o Partido Socialista entende que as regras de atribuição de apoio devem ser reguladas por esta Assembleia Legislativa Regional, numa ótica de transparência e numa ótica de centralidade do Parlamento, como é defendido pelo Governo Regional.

Mas a Sra. Secretária não me respondeu a uma pergunta que eu acho que é “chave”: a Sra. Secretária entende como adequado a equiparação dos apoios ao setor privado aos apoios do setor social ou pretende apoiar o setor privado de forma diferente dos apoios que atribui ao setor social?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já respondi.

O Orador: E uma segunda questão, o princípio da universalidade, Sra. Secretária. A Sra. Secretária, em sede de Comissão, afirmou que esta proposta visa e protegerá o princípio do acesso universal. É ou não adequado esta Câmara legislar, no sentido de que este princípio fique claro e que este princípio, em momento algum possa ser colocado em causa, quando houver dinheiros públicos a apoiar o setor privado? Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para que fique registado, da parte do Governo, nós consideramos que a alteração que o Partido Socialista apresenta, nomeadamente ao artigo 18.º que, no documento apresentado por parte do Governo era o artigo referente à regulamentação; o Partido Socialista apresenta aqui uma alteração e chama-lhe legislação complementar. Ora, a questão é que, na nossa perspetiva, se trata de uma invasão das competências próprias do Governo Regional, nesta matéria, referenciadas no artigo 89.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ou seja, o Partido Socialista pretende regulamentar uma área da competência do Governo neste âmbito.

Depois queria aqui uma situação que é específica, que refere no artigo e vou lê-lo: “as condições gerais de regimes de apoio, designadamente as condições de acesso e

avaliação, as regras de atribuição, bem como a legibilidade das despesas, são objeto de Decreto Legislativo Regional.”

Ora, o Sr. Deputado, na sua intervenção, que antecede esta interpelação, acabou de referenciar que o seu objetivo, é, de facto, assumir aquelas que são as competências do Governo, ou seja, que é regulamentar com um diploma do Parlamento dos Açores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, está registada a sua interpelação e está admitida a proposta e, portanto, está no plano do Plenário aprová-la ou não.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Está admitida? Mas não devia.

Presidente: Está admitida, com certeza que está admitida, senão ela não teria sido distribuída, Sr. Secretário.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Confesso que entendo esta intervenção do Sr. Deputado José Toste, porque naturalmente tem de tentar defender aquilo que é indefensável, mas basta nós revisitarmos também aquilo que é a história do Partido Socialista em relação a esta matéria.

E o que é que me diz o histórico, que foi feito também com a colaboração dos técnicos que cá estavam em 2008, que cá estavam em 2013, quando este regime de apoio à iniciativa privada foi criado?, Efetivamente, a Portaria n.º 44/2008 de 30 de maio cria este apoio; a Portaria n.º 77/2013 de 1 de outubro vem fazer alterações a esse apoio; e eu agora estranho que, nessa altura, o Partido Socialista não achasse conveniente trazer à Assembleia um diploma. Portanto, em 2008 e em 2013, não era preciso trazer o diploma à Assembleia, essas alterações foram feitas recorrendo a portarias. Agora, ao fim destes anos todos é que o Partido Socialista (que por acaso já não é o partido que

suporta o Governo, está na oposição) vem apregoar a transparência e que este Governo não faz mais nada do que propaganda, porque implementar a transparência é mentira.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Mas o mais curioso ainda é que sobre a portaria de 30 de maio de 2008, no dia 3 de outubro de 2008, foi submetida ao Governo uma proposta técnica de alterações dessa portaria.

A 19 de novembro de 2009, foi, pela segunda vez, submetida pelos técnicos mais sugestões de alterações à referida Portaria n.º 44.

A 25 de junho de 2010, foi, mais uma vez, aprovada pelo Conselho de Administração, da altura, do ISSA e submetido à titular da pasta alterações técnicas à portaria. Curiosamente, o Governo da altura não reconheceu que era necessário proceder a essas alterações e, portanto, nem sequer ouviu os técnicos que estão no terreno, que conhecem os problemas das instituições, e nem analisaram as alterações que estavam a ser sugeridas, portanto, a portaria mantém-se intacta.

Na altura, o Partido Socialista achava que não era necessário corrigir; agora, porque passou a ser o partido que está na oposição, quer controlar e regulamentar sobre uma função de um Governo que está legitimado pelo povo para o fazer.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Governo: Muito bem!
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

A Oradora: Em relação à questão do cheque em branco, penso que tive oportunidade de já dizer, por várias vezes, qual é o objetivo deste diploma, desde já pela possibilidade – e vou repetir mais uma vez – de utilizar capacidade instalada em áreas que efetivamente há uma lacuna na Região. E, para que fique bem claro, à data de hoje, há

ainda uma resposta social que transitou da altura do Partido Socialista enquanto Governo, portanto entre 2008 e 2013, e que diz respeito a um apoio que é atribuído ao lar de idosos na ilha de São Miguel. Curiosamente, não foi dada a possibilidade de serem realizados mais contratos, neste sentido. Também havia o acordo de cavalheiros que, à medida que essa instituição fosse perdendo utilizadores, não voltassem a ser realizados novos contratos neste âmbito. Portanto, claramente havia aqui uma intenção de terminar e de encerrar com esta resposta. Ora, reconhecendo que, na Região, essa instituição, tal como outras que tenham a capacidade instalada e que podem ajudar a dar uma resposta aos nossos utentes, é também por isso que o Governo Regional submete este DLR para poder regulamentar sobre os apoios que serão atribuídos neste âmbito e que (reforce) terá de ser identificada a necessidade, terá de ser devidamente fundamentada para que as instituições possam ser apoiadas neste sentido.

Contudo, gostaria de salientar que posso não ter percebido e peço desculpa, mas fiquei com a mesma questão em relação à questão de Ponta Delgada e da Povoação. É que aquilo que ficou no ar é que uma família que queira inscrever o seu filho em Ponta Delgada, sendo Ponta Delgada o primeiro lugar na lista de espera, não havendo lugar na rede disponibilizada pela URMA e pela URIPSSA, terá de ir para a Povoação. Ora, isto vai contra tudo aquilo que o Governo Regional pretende implementar na Região. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a minha pergunta é muito concreta e tem a ver com este assunto. Estamos aqui a discutir a resposta para acolhimento em creche por via do setor

privado, pergunto se teve oportunidade de, *a priori*, aferir junto das entidades públicas, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é que isso impede?

A Oradora: ... juntas de freguesia, municípios, bem como dos parceiros sociais, as IPSS, localmente, qual a disponibilidade de cada uma delas para poder dar resposta a este problema de falta de vagas para acolher crianças em creche. Portanto, se antes desta proposta, aferiu esta possibilidade e a que resultado chegou sobre esta matéria? Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor,

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Obrigada, Sr.

Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Até compreendo a questão da Sra. Deputada Cristina Calisto. Naturalmente, este diploma não inviabiliza que haja aqui uma resposta privada. Contudo, e como é sabido, atendendo à legislação que há neste domínio, nem todas as instituições podem continuar a aumentar, de forma desmedida, a capacidade de cada uma das salas.

Foram criadas, desde 2020, mais 805 vagas, este já é um valor bastante revelador daquilo que é a capacidade que as instituições têm atualmente; estão previstas e também foram feitas pequenas obras, nesse sentido. Desde já, foi possível aumentar 72 lugares em vagas decorrentes destas pequenas obras, num investimento de 60 mil euros e, novas construções, desde 2020 a 2024, no valor de 1.2 milhões correspondente a 23 vagas, se não me falha a memória.

Estão também previstos outros investimentos no âmbito do PRR, ainda no ano 2025 e 2026. Alguns desses investimentos são, naturalmente, já com parceiros que a Sra. Deputada referiu e que eu posso depois especificar de forma mais concreta. Portanto, à data de hoje se houvesse essa possibilidade, só de aumentar a capacidade no imediato,

em vez de fazer uma obra mais profunda, certamente essa capacidade já estaria esgotada. Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. O Governo esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Sra. Deputada Cristina Calisto, tem a palavra, faça favor,

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu não me referia, na minha questão, à capacidade de um aumento de vagas em cada uma das salas; esta está mais do que esgotada, naturalmente que por via disso, não haveria aqui nenhuma solução.

Pergunto-lhe é, junto da rede de parceiros sociais públicos e IPSS, se teve a oportunidade de entrar em contacto com todos eles, identificar território a território, município a município, se existem espaços que estejam vagos, que possam ser convertidos em salas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Convertidos por quem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E geridos por quem?

A Oradora: ... ou em espaços, que possam dar resposta a essa questão. Naturalmente que faço essa pergunta porque fui autarca até bem pouco tempo e, talvez, no Concelho da Lagoa, poderia ter deixado aqui algumas sugestões para essa matéria, mas talvez não tenha sido comigo que falou. Portanto, é isso que eu gostava de saber se no geral, nesta questão, se teve essa preocupação de falar com todos os parceiros para encontrar soluções para acolhimento de crianças em creche. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma interpelação, Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Só para dizer que vou fazer chegar à Mesa o mapa com o devido, passando a expressão, mapeamento dos investimentos...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que foi perguntado.

A Oradora: ... que estão previstos para toda a Região, até o segundo semestre de 2026, em que está preconizado não só as vagas, bem como as instituições que estão associadas a esses novos investimentos. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para que não persista a dúvida em relação àquela que foi a questão colocada pela Sra. Secretária, relativamente ao esgotamento da capacidade de resposta em creche no Concelho de Ponta Delgada, se a norma que é proposta pelo Partido Socialista for aprovada, é óbvio que se considera que está esgotada a capacidade de resposta pública e privada no Concelho de Ponta Delgada. Isto permitirá, ao Governo Regional, a contratualização com o setor privado ou então o investimento no setor social, de forma a que haja mais vagas e lugares em creche no Concelho de Ponta Delgada.

Isto, no entender do Partido Socialista, é claro, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Sónia Nicolau tem uma opinião diferente.

O Orador: ... e esta questão é trazida aqui pela Sra. Secretária, muito simplesmente porque a Sra. Secretária conhece este problema porque criou este problema com a lista única de acesso à creche que criou...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Criei?

O Orador: ... que criou grande contestação por parte dos pais que viram os seus filhos colocados longe do seu lugar na residência.

E, portanto, este é um problema do Governo Regional e o Partido Socialista quer ser parceiro na sua solução.

Portanto, Sra. Secretária, se se encontrar esgotada a capacidade de resposta em creche no Concelho de Ponta Delgada, naturalmente, o Governo Regional poderá dar resposta no Concelho de Ponta Delgada, recorrendo ao setor privado.

Só destacar que a Sra. Secretária não me respondeu relativamente à necessidade de equiparação entre os apoios do setor privado ao setor social, nem relativamente ao princípio da universalidade, que são dois aspetos, no entender do Partido Socialista, essenciais neste diploma. Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Hélia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em particular, Sr. Deputado José Toste, voltando a este n.º 4 do artigo 3.º, sobre a capacidade esgotada, vamos para um cenário: neste ano, contrata-se com um privado, em Ponta Delgada, para a criança ir para lá; no ano a seguir, uma das IPSS fica com lugares vagos. Então, o Governo vai junto dos pais dessa criança e diz: "Olhe, já temos lugar na rede pública, por isso, essa criança deixa de estar na privada e vai para a rede pública", porque aqui o objetivo é preencher primeiro rede pública. E os pais dizem: "Mas a criança está num sítio ótimo, tem boas condições, o serviço é bom, as instalações são boas; aqui há menos tolerâncias de ponto, há menos baixas, é mais fiável; eu quero que a minha criança fique, porque o custo é igual." Vai-se dizer: "Não,

o bem-estar da sua criança não é que é importante, o que é importante é preencher a rede pública"? Não concordamos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Apoiado!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha intervenção deste ano de 2025, quero desejar a todos os Membros do Governo e a todas as Sras. e Srs. Deputados um excelente ano, desde logo parlamentar, proveitoso para os açorianos, com um bom trabalho e boas discussões, como as que estamos a ter aqui também já no início deste ano.

Este diploma, que estamos aqui a discutir, foi muito útil para todos nós, para percebermos aquilo que realmente nos divide em relação ao Partido Socialista, que foi 24 anos governo. Desde logo, porque não concretizaram aquilo que se comprometeram em termos da criação do terceiro setor, mas essa já é uma discussão mais longa.

Mas, com esta proposta de alteração que fazem a este diploma, e que apresentam aqui a esta Casa, se do Bloco de Esquerda fica claro que nós não temos dúvidas sobre o preconceito que têm relativamente ao setor privado, com esta proposta de alteração do Partido Socialista, nós ficamos com a certeza absoluta que o Partido Socialista corre atrás dos objetivos do Bloco de Esquerda, que é prejudicar o mais possível o setor privado...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é que era bom!

O Orador: ... é tentar o mais possível que o setor privado não tenha as mesmas condições para intervir nesta matéria, em ajudar as pessoas nos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Aquilo que a Sra. Deputada Hélia disse, há pouco, foi bem correto relativamente àquilo que é as propostas do Partido Socialista. Não só elas estão mal feitas por aquilo que estão a dizer em apartes, porque elas vão concretizar aquilo que eles dizem que não vão concretizar. Foi a dúvida posta pela Sra. Secretária, porque o que está aqui é genérico, não delimita concelhos, áreas de residência nem outra área qualquer. Se houver uma resposta para uma criança no setor público ou social, não se permite ou não se apoia o investimento no setor privado. É isso que os senhores propõem, tão clarinho e simples como isso. Portanto, o que os senhores queriam com estas propostas de alteração que aqui apresentam não era só substituir-se ao Governo e criar aqui ilegalidades em termos deste Parlamento estar a executar ações que, na esfera da separação de poderes, violavam os poderes e as competências do Governo. Não é só isso que os senhores propõem; os senhores propõem que isto não se aplique, que isto não entre em vigor sequer porque criam tais dificuldades e tamanhos problemas para se poder apoiar algum privado que queira ter empreendedorismo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nada disso!

O Orador: ... no terceiro setor, no setor social, que ele vai desistir à primeira oportunidade. Desde logo, os senhores até querem quase um estudo de viabilidade económica em todo o setor social para dizer: “Bem, é mais barato fazer uma sala aqui na Horta, numa determinada instituição privada, do que fazer em Castelo Branco, ...”

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nada disso!

O Orador: ... num privado que está a querer investir. Portanto, como sai mais barato este apoio aqui, o privado de Castelo Branco que encontre outros setores onde queira investir, vai investir para outra ilha ou para outro sítio qualquer.” Portanto, aquilo que os senhores estão a propor é um disparate em termos daquilo que se pretende com este diploma. Mas é muito revelador daquilo que o Partido Socialista persegue, atrás do

Bloco de Esquerda, contra o setor privado e, nesta matéria, contra a eficácia do setor social nos Açores para dar resposta às necessidades dos Açorianos. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho para relembrar a Câmara e o PSD em particular, o CDS também, sobre quem é que tem aqui preconceitos.

Eu olho para a nossa Região e vejo empresas privadas da área social, creches, lares de idosos (alguns nunca chegaram a ser, transformaram-se em hotéis) mas eles existem.

Vejo instituições privadas sem fins lucrativos, com creches, lares de idosos, ATL.

Há instituições privadas com e sem fins lucrativos a atuar na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E se tivesse ouvido a Doutora Piedade Lalanda sabia que esse era um bom caminho.

O Orador: Da parte do Bloco de Esquerda, nunca ouviram uma crítica contra essas instituições ou a sua existência.

Olhamos para a Região e não vemos uma única creche pública, não vemos um único lar de idosos público, exceto as autarquias, mas do Governo não vemos nenhum ATL público.

Quem é que tem preconceitos aqui? É o Bloco de Esquerda, relativamente ao setor privado, ou é o Governo Regional da direita relativamente ao setor público, que não cria uma única resposta pública? Nenhuma única resposta pública!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Existiam antes?! Isso é um raciocínio miserável!

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado Joaquim Machado, já lá vou.

Em 2012, quando o atual Código da Ação Social foi aprovado, a Deputada Zuraida Soares apontava para o risco da mercantilização do apoio social, aquilo que disse no início das minhas intervenções.

E, na verdade, na altura, o Governo do Partido Socialista dizia que não, que isso não ia acontecer. Cá está a prova como de facto o Código de Ação Social aprovado pelo Governo do Partido Socialista só abriu a porta à direita, como tantas vezes, infelizmente, acontece. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já estão mal uns com os outros?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar alguns mitos que foram construídos em torno de algumas afirmações já aqui produzidas no âmbito deste debate.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista teve a oportunidade, pela voz da Sra. Deputada Dora Valadão, de dizer que nada tem contra a regulamentação ou a produção de legislação com vista a que a iniciativa privada possa ser um parceiro ativo na resolução do acesso ou na promoção do acesso às respostas sociais, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ao contrário do Deputado José Toste, que disse exatamente ao contrário.

A Oradora: ... seja na área da infância, seja na área da terceira idade, seja na área da deficiência. Tudo a favor daquilo que contribuísse para a melhoria da acessibilidade das respostas sociais nos Açores, este é o primeiro ponto.

Segundo ponto, nós dissemos também, pela voz do Sr. Deputado José Toste, que era essencial e imprescindível que, aproveitando esta iniciativa do Governo Regional dos Açores, contribuíssemos, entendemos que era importante, contribuir para tornar transparente as regras e as condições de acesso a este tipo de apoios à iniciativa privada. E nada disto é particularmente inovador, nem sequer por parte deste Governo Regional.

É talvez importante lembrar que, a propósito de apoio à iniciativa privada, o Governo Regional trouxe a esta Assembleia, por exemplo, o “Construir 2030” que, no seu articulado, define condições gerais de acesso dos projetos no seu artigo 7.º; define, no artigo 8.º, despesas elegíveis; define despesas não elegíveis. Portanto, aquilo a que, no artigo 18.º, o Partido Socialista entende que deve ser objeto de apreciação por esta Assembleia, tão somente isso.

Entendemos que, de facto, estas matérias devem ser objeto de reflexão e aprovação por esta Assembleia: condições gerais de acesso, condições de elegibilidade das candidaturas, tão somente isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é tão somente isso, porque tem aqui uma data de propostas.

A Oradora: O Partido Socialista não se pretende imiscuir naquilo que são as responsabilidades e as competências do Governo Regional.

Teve a oportunidade também, o Partido Socialista, através da Sra. Deputada Cristina Calisto, de transmitir aquilo que nos parece essencial. É importante avaliar as capacidades de resposta do setor social, a capacidade de resposta do setor privado, mas também é fundamental, de entre aqueles que são os parceiros do Governo Regional noutras áreas, também perceber que parcerias é que podem ser, por exemplo, concretizadas com as autarquias locais, nomeadamente com as câmaras municipais. Muitas delas já tiveram oportunidade de transmitir ao Governo Regional que dispõem de espaços para efeito de alargamento das respostas sociais, nomeadamente em termos de creche e que estão disponíveis para colaborar com o Governo nesta matéria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas só agora é que as câmaras arranjam espaço?!

A Oradora: Penso que a Sra. Secretária não terá compreendido a questão que foi colocada; a questão era tão somente esta, perceber se o Governo tinha...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... ou não procedido a esse levantamento.

Portanto, para nós, o que é essencial transmitir aqui é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se opõe, naturalmente, a que seja criado um regime de apoio à iniciativa privada; entendemos é que deve ser consubstanciada em regras, claras e transparentes, de acesso a esta tipologia de apoio que aqui está prevista, coisa que a proposta do Governo não acautela e o Partido Socialista entendeu apresentar propostas de alteração legislativa com vista a que isso fosse clarificado. Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse, a Sra. Deputada Andreia Cardoso confirmou tudo aquilo que eu disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda bem que contribuí para o vosso esclarecimento.

O Orador: E até teve a ajuda do Sr. Deputado António Lima, que fez um esforço para se distanciar um bocadinho mais do PS e dizer: "Não, nós não somos bem iguais, o Bloco de Esquerda ainda é mais contra o privado do que o PS."

Portanto, tivemos aqui um bom momento clarificador da posição de cada um relativamente a estas matérias. Mas, nesta intervenção, a Sra. Deputada vir dizer que faz estas propostas porque acha que em portaria isto é mais claro e transparente, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Em portaria?

O Orador: ... não, que acha que aqui na Assembleia isto é mais claro e transparente, que deve vir aqui estas questões todas ser avaliadas pelo Parlamento, porque isso é transparência da atividade governativa. Ó Sra. Deputada, então a senhora que foi

membro do Governo, Secretária Regional desta matéria, que legislou sobre isto e que não fez nada disso, não foi clara e transparente, Sra. Deputada?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

O Orador: Isso é uma confissão, não obstante o PS não ter tempo para esclarecer, mas eu não resisto a ler aqui uma parte de uma proposta de alteração que eu tenho de dizer e adiantar o nosso sentido de voto, vamos votar contra esta proposta, esta vamos votar contra de certeza absoluta.

Então diz assim, numa proposta de alteração: “que o contrato de cooperação técnica e financeira visa a implementação de desenvolvimento de ações relacionadas, etc., relacionadas com a efetiva prestação de serviços no âmbito de uma determinada resposta social, assegurada pelas instituições a um conjunto de clientes através de um serviço ou equipamento de apoio social – isto é revelador da natureza e do pensamento socialista – sendo que a prestação pecuniária, devida ao beneficiário pelos serviços prestados aos clientes, não pode ser superior à determinada pelo despacho do Governo, nos termos dos artigos 61.º e 62.º do Código da Ação Social dos Açores -CASA”, ou seja, um privado que faz um investimento, que se propõe fazer um investimento, numa zona carenciada,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah espera lá, agora é que lhe caiu a máscara!!

O Orador: ... onde há negócio, um privado que pode fazer um investimento que mais ninguém faz e que presta um serviço ao Estado, não pode ter um apoio igual ao setor social e ao setor público para prestar o mesmo serviço,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é subsidiar!

O Orador: ... tem de ser menos, porque o privado é mau e nós não queremos privados.

E aquilo que o Partido Socialista está a dizer é assim: "Os privados que não se metam nisto porque vão receber sempre menos e nós não queremos que o Governo dê tanto como dá para o apoio social a uns como dá a outros..."

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: ... e, portanto, é menos, porque nós não queremos privados metidos neste barulho." Eu não podia deixar de fazer referência a isso porque, há demasiados anos, neste Parlamento, debatemos o terceiro setor; debatemos a criação de um terceiro setor robusto, sólido, que seja capaz de dar resposta efetiva às necessidades dos açorianos naquilo que o Estado não consegue e não foi capaz de assegurar em termos de apoios sociais. Por isso o setor, as IPSS e as Misericórdias são fundamentais neste apoio e, como nós estamos todos a constatar (e já constatávamos há uns anos, não tivemos a oportunidade de implementar porque os senhores nunca quiseram e eram maioria absoluta 24 anos), a permitir que outros possam entrar neste setor, a promover as respostas que o povo açoriano necessita. Nós e o Governo cá estaremos para dar o apoio suficiente, necessário e que seja equitativo relativamente ao serviço que é prestado ao Estado e aos Açorianos por aqueles privados que querem efetivamente investir na sua Região, investir na sua gente e apoiar a nossa Região...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso correu mesmo mal!

O Orador: ... a dar melhor serviço social a todos os açorianos. Esta oportunidade foi ótima...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então não foi? Para o PS!

O Orador: ... para nós podermos finalmente estabelecer esta diferença entre aquilo que é: quem quer dar resposta aos açorianos sem preconceitos relativamente ao setor privado, e quem não é capaz de esconder os seus preconceitos e fará tudo para prejudicar a entrada do setor privado nesta resposta aos açorianos. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente da Assembleia, apenas para tornar claro, porque parece-me que houve aqui um equívoco, é que a legislação produzida nesta Casa, em 2012, Sr. Presidente, relativamente ao CASA, é ela própria que estabelece que é por via de um Decreto Legislativo Regional que esta matéria de regulamentação de apoios à iniciativa privada deve ser clarificada e deve ser estabelecida. Portanto, não houve, em momento nenhum, em governos anteriores, a pretensão de o fazer com natureza regulamentar.

Foi o Governo Regional, da responsabilidade do PS, que estabeleceu, por aprovação desta Assembleia que estes apoios, Sr. Presidente, seriam definidos nesta Casa com aprovação desta Casa. Portanto, Sr. Presidente, penso que assim fica claro que houve aqui de alguma forma, uma manipulação da informação que não podia passar. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, está registada a sua interpelação.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para dizer que também irei deixar na Mesa, irei distribuir a Portaria n.º 44/2008 de 30 de maio de 2008, que cria o Programa de Apoio à Iniciativa Privada dos

Açores, assim como a Portaria n.º 77/2013 de 1 de outubro, que vem alterar aquilo que já tinha sido definido no programa de 2008. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado. Assim que a Mesa rececionar a documentação será distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições para o debate.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem 57 segundos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa foi muitíssimo esclarecedora, porque ao falar da proposta de alteração que estava aqui em causa, nomeadamente ao n.º 2 do artigo 7.º, o PSD defende que as empresas privadas que serão beneficiárias deste apoio não tenham que estar sujeitas aos mesmos valores...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Até pode ser menos.

O Orador: ... que estão as IPSS, ou seja, aqui a ideia do Governo e da coligação é, efetivamente, que o Orçamento da Segurança Social possa financiar, de forma superior, de acordo com a legislação, uma empresa privada do que uma IPSS. Está claríssimo sobre a intenção desta proposta, está claríssima a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa e da coligação. É efetivamente criar um regime que tem dois pesos e duas medidas: é um valor para as IPSS e um valor que o Governo determinar para as empresas privadas. Nas palavras do Sr. Deputado João Bruto da Costa, certamente não pode ser igual, tem de ser superior.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Parecendo não haver, vamos então iniciar a votação deste diploma.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: De 15 minutos, regressamos às 19 horas e 20 minutos. O intervalo é regimental, está concedido, regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 19 horas e 3 minutos.

Eram 19 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Podemos iniciar as votações?

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII - Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 22 abstenções do PS e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Não existem inscrições, vamos pôr à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração efetuadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 da Iniciativa Liberal, 1 abstenção do Bloco de Esquerda, com os votos a favor 22 do PS e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 22 abstenções do PS e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, com votos a favor, 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, pedia para votarmos em separado a alínea f) do n.º 1 e depois cada um dos números do artigo 3.º.

Presidente: Está à votação a alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os seus Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da IL e 1 do PAN, votos contra 22 do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação as restantes alíneas do n.º 1, pode ser em conjunto as restantes alíneas do n.º 1 do artigo 3.º?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Restantes números um a um?

Está à votação o n.º 2 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do artigo 3.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Pode ser os três em conjunto?

Estão à votação, os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 3.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 22 votos contra do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o n.º 6 do artigo 3.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 6 do artigo 3.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Avançamos para o artigo 4.º

Estão à votação as propostas de alteração que eliminam as alíneas a) e b) do artigo 4.º, propostas efetuadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram reprovadas com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, com votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º, podem ser em conjunto a) e b)?

Estão à votação as alíneas a) e b) do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: As alíneas a) e b) do artigo 4.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos contra do PS e 1 do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: As restantes alíneas do artigo 4.º podem ser em conjunto?

Estão à votação a alínea c), d), e), f), e g) do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Avançamos para o artigo 5.º

Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea b) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a alínea b) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) do artigo 5.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 22 votos de abstenção do PS e 1 do PAN.

Presidente: As restantes alíneas podem ser em conjunto? A d) também separada? E as outras depois podem ser em conjunto?

Está à votação a alínea d) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos contra do Bloco de Esquerda 1 e do PAN 1.

Presidente: Estão à votação as restantes alíneas do artigo 5.º, ou seja, a), c), e), f), g) e h).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Avançamos para o artigo 7.º, há um conjunto de propostas de alteração... a d) em separado!?!...

Está a votação a proposta de eliminação da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada a votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, votos a favor 22 do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: As restantes propostas de alteração do Partido Socialista podem ser colocadas à votação em conjunto?

Estão à votação as restantes propostas de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 7.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada a votação foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, com votos contra 22 do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação as alíneas a), b), e c) do n.º 1 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Os restantes números podem ser colocados à votação em conjunto?

Estão à votação os números 2, 3, 4 e 5 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, com votos contra 22 do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal votos a favor 22 do PS e 1 do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o n.º 3 do artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos contra do PS, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 9.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração colocada a votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 9.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 9.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 22 abstenções do PS e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 10.º, uma proposta de alteração de autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os seus Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, com votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 10.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: O n.º 2 e o n.º 3 podem ser colocados à votação em conjunto?

Estão à votação os números 2 e 3 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Os artigos 11.º e 12.º não têm propostas de alteração, podem ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 11.º e 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do n.º 3 do artigo 13.º, uma proposta de autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação do n.º 3 do artigo 13.º foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 22 votos a favor do PS e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação os números 1 e 2 do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e com 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o n.º 3 do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O número colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, com 22 votos contra do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 14.º, proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e com 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do artigo 15.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do artigo 15.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e com 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o artigo 16.º do diploma

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e com 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, votos a favor 22 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do artigo 17.º colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Estão à votação os n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e com 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração efetuadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 18.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos contra do PS e 1 do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 da Iniciativa Liberal, com 22 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do artigo 19.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do artigo 19.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: A proposta de alteração efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 20.º está prejudicada.

Vamos então votar o artigo 20.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Votação final global

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 abstenções do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, concluímos assim o ponto 2. Faltam 2 minutos para a hora regimental, mas penso que não vamos iniciar um novo ponto.

Informo que amanhã de manhã, o Sr. Deputado do PPM ainda não conseguirá estar cá, portanto, o Sr. Deputado António Lima será o primeiro a fazer a declaração política e assim sucessivamente.

Desejo a todos um bom jantar e um bom descanso. Até amanhã.

Eram 19 horas e 58 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Duarte Gomes

Partido Socialista (PS)

Inês Soares de Oliveira e Sá

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)
João António Mendes de Mendonça

O Setor da Redação

Documentos entrados:

1- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece o regime específico de posicionamento dos alunos que estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória portuguesa e sejam titulares de habilitações conferidas por sistemas educativos estrangeiros ou por programas educativos internacionais, correspondentes ao ensino básico português - MECI - (Reg. DL 403/XXIV/2024) - Audição n.º 23/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024-12-19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2025-01-07;

Assunto: Que altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública - MF - (Reg. DL 436/XXIV/2024) - Audição n.º 24/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024-12-26

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2025-01-03;

Assunto: Que aprova o programa de oferta de assinaturas digitais de publicações periódicas a todos os jovens entre os 15 e os 18 anos - MAP - (Reg. DL 381/XXIV/2024) - Audição n.º 25/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-01-07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2025-01-26;

Assunto: Que Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2025 - MF - (Reg. DL 447/XXIV/2024) - Audição n.º 27/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-01-10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2025-01-14.

2- Projetos de Portaria:

Assunto: Aprova os procedimentos relativos à adesão das entidades proprietárias de publicações periódicas ao programa acima referido - Audição n.º 26/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-01-07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2025-01-26.

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 24/XIII

Assunto: Procede à sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-30

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2025-01-29;

N.º 25/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpDLR025.pdf>

Assunto: Que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2025-02-03;

N.º 26/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpDLR026.pdf>

Assunto: Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2025-02-12.

4- Antepropostas de Lei:

N.º 8/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIeAPpL008.pdf>

Assunto: Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2025-01-08

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Projetos de Deliberação:

N.º 2/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIePjD002.pdf>

Assunto: Agendamento da Anteproposta de Lei n.º 8/XIII – “Alteração ao código do direito de autor e dos direitos conexos”, com fixação da agenda da reunião

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2025-01-08

Comissão:

Data Limite de Parecer:

6- Petições:

N.º 13/XIII http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti3239.pdf

Assunto: Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores

Proveniência: Mário Roberto Sousa Carvalho

Data de Entrada: 2024-12-23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão

7- Requerimentos:

Assunto: Lista de espera de consulta de psiquiatria do Hospital do Divino Espírito Santo

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-16

Referência: 54.09.02 – N.º 225/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque225.pdf

Assunto: Programa SOLENERGE

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-17

Referência: 54.09.00 – N.º 226/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque226.pdf

Assunto: Serviço de Segurança Aeroportuária da Aerogare Civil das Lajes

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.09.03 – N.º 227/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque227.pdf

Assunto: Condições de Transporte de Doentes entre o Hospital Modular e o Hospital do Divino Espírito Santo

Autores: Russell Sousa, Carlos Silva, Sandra Costa Dias, Gualberto Rita, Inês Sá, José Miguel Toste, Dora Valadão, Andreia Costa, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.02.02 – N.º 228/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque228.pdf

Assunto: Encerramento do posto de abastecimento de combustível no Porto de Pescas da Graciosa

Autores: José Ávila, Mário Tomé, Andreia Costa, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.02.04 – N.º 229/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque229.pdf

Assunto: Requalificação da estrada regional entre Rabo de Peixe e Ribeira Seca

Autores: Carlos Silva, Edite, Flávio Pacheco, Gualberto Rita, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024-12-19

Referência: 54.02.02 – N.º 230/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque230.pdf

Assunto: Horário das Lotas dos Açores em época de Natal

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-20

Referência: 54.09.00 – N.º 231/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque231.pdf

Assunto: Falta de Assistentes Operacionais na Escola Luísa Constantina

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024-12-20

Referência: 54.06.02 – N.º 232/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque232.pdf

Assunto: Motivação da Renúncia de Pedro Marques ao cargo de Presidente do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, E.P.E.R.

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Berto Messias, Luís Vieira Leal, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2025-01-03

Referência: 54.02.03 – N.º 233/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque233.pdf

Assunto: Parque de Estacionamento na Quinta Manuel de Arriaga

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-01-06

Referência: 54.06.07 – N.º 234/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque234.pdf

Assunto: Aumento do preço do gás butano

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025-01-07

Referência: 54.09.00 – N.º 235/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque235.pdf

Assunto: Mapa de pagamentos em atraso

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-01-07

Referência: 54.06.00 – N.º 236/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque236.pdf

Assunto: Dívidas dos Hospitais à EDA - 2024

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2025-01-07

Referência: 54.06.00 – N.º 237/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque237.pdf

Assunto: Doenças oncológicas, rastreio do cancro do pulmão e HPV

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.08.00 – N.º 238/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque238.pdf

Assunto: Deputados do PS Pico preocupados com a avaria da grua do Porto de Pesca do “Calhau do Monte”

Autores: Mário Tomé, Marta Matos, José Ávila, Gualberto Rita, Andreia Cardoso, Carlos Silva e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.02.06 – N.º 239/XIII; http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque239.pdf

Assunto: Patrocínio regional do Fórum Mundial da Cultura Taurina

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2025-01-09

Referência: 54.10.00 – N.º 240/XIII. http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque240.pdf

8- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-16

Referência: 54.09.00 – N.º 209/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp209.pdf

Assunto: Informação sobre empreitada de requalificação da Escola das Laranjeiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.10.02 – N.º 202/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp202.pdf

Assunto: Falta de condições de segurança na Escola Secundária das Laranjeiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.02.02 – N.º 207/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp207.pdf

Assunto: Problemas estruturais e de insegurança na Escola Secundária das Laranjeiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.06.02 – N.º 212/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp212.pdf

Assunto: Governo Regional ignora conversão legal em contrato sem termo dos contratos COVID-19 celebrados pelos hospitais há mais de 4 anos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-18

Referência: 54.02.00 – N.º 216/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp216.pdf

Assunto: Estudos contratados pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, serviços dependentes e empresas públicas tuteladas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.02.00 – N.º 151/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp151.pdf

Assunto: Dívidas a fornecedores e apoios por pagar

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.02.00 – N.º 178/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp178.pdf

Assunto: Pagamento de dívida à Portos dos Açores, S.A.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.02.00 – N.º 184/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp184.pdf

Assunto: Esclarecimentos pendentes sobre o Património Imóvel dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.10.00 – N.º 206/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp206.pdf

Assunto: Dados programas de apoio ao emprego - Contratar e Converter

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.06.00 – N.º 218/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp218.pdf

Assunto: Ponto de situação do "Construir 2030"

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-23

Referência: 54.09.00 – N.º 219/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp219.pdf

Assunto: Dados sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-27

Referência: 54.06.00 – N.º 220/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp220.pdf

Assunto: Condições de Transporte de Doentes entre o Hospital Modular e o Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-27

Referência: 54.02.02 – N.º 228/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp228.pdf

Assunto: Dívidas do Setor Cooperativo na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-30

Referência: 54.09.00 – N.º 205/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp205.pdf

Assunto: Baixas médicas nas Escolas dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.09.00 – N.º 187/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp187.pdf

Assunto: Dívidas a fornecedores do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.02.00 – N.º 189/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp189.pdf

Assunto: Análise das candidaturas ao SOLENERGE suspensas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.08.00 – N.º 224/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp224.pdf

Assunto: Programa SOLENERGE

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.09.00 – N.º 226/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp226.pdf

Assunto: Encerramento do posto de abastecimento de combustível no Porto de Pescas da Graciosa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.02.04 – N.º 229/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp229.pdf

Assunto: Requalificação da estrada regional entre Rabo de Peixe e Ribeira Seca

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.02.02 – N.º 230/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp230.pdf

Assunto: Horário das Lotas dos Açores em época de Natal

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-08

Referência: 54.09.00 – N.º 231/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp231.pdf

Assunto: Deslocação de médicos especialistas à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025-01-09

Referência: 54.02.09 – N.º 222/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp222.pdf

9- Informações:

Assunto: Of. ref.^a 13242-AAP/CR/JRS, enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção da carta remetendo o Voto de Protesto – Pelo desrespeito institucional do Governo da República para com os açorianos ao alterar as regras de atribuição do subsídio social de mobilidade sem qualquer consulta prévia e a informar que foi encaminhada ao Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, bem como ao Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República

Data de Entrada: 2024-12-11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer dos Projetos de Resolução n.ºs 11/XIII (BE) - Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos, até 16 de fevereiro de 2025 e 13/XIII (PS) - Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas, té 16 de janeiro de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 12 – 12;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Vasco Cordeiro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024-12-12;

Assunto: Correio eletrónico, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores carta sobre a preocupação de alguns pais e encarregados de educação de alunos da Escola Luísa Constantina, em Rabo de Peixe, em relação à falta de assistentes operacionais na escola, assim como o ambiente de insegurança decorrente dessa situação

Proveniência: João Oliveira e um grupo de pais e encarregados de educação da Escola Luísa Constantina

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Ofício ref.^a P6627/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Ata n.º 27 referente à reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (CAPF), em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (CAPF)

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que foi enviada cópia da Proposta de Lei n.º 41/XVI/1.^a – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da CRP e do artigo 142.º do Regimento da AR, para emissão de parecer, nos termos da Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional da Região

Autónoma da Madeira e a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional da Região
Autónoma dos Açores

Proveniência: Cláudio Sarmento da Silva, Adjunto de Sua Excelência o Presidente da
Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4553/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 11/2024 –
FS/SRATC – Auditoria à Estratégia Regional de Prevenção e Combate às Doenças
Oncológicas, aprovado em sessão de 13 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional
dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4555/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 12/2024 –
FS/SRATC – Auditoria à Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao
Cidadão, aprovado em sessão de 13 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional
dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4559/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a verificação interna da conta
do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R., relativa a 2023,
objeto de homologação em sessão de 13 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional
dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Ofício ref.^a 050/2019, remetendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Edição n.º 326, do Boletim Informativo – “Alagoa”

Proveniência: Gilberto Alvernaz, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição

Data de Entrada: 2024-12-20;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer por 60 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 17/XIII (PS) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores, 18/XIII (BE) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais e 25/XIII (BE) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro - Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII (GOV) - Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime de execução do Acolhimento Familiar previsto no Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro, do Projeto de Resolução n.º 16/XIII (PAN) - Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio e da Petição n.º 11/XIII - Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024-12-20;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, a cessação da suspensão do mandato de Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com efeitos a 6 de janeiro de 2025, em virtude da renúncia do mandato de Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e suspensão de funções de Técnica Superior de Relações Públicas da Câmara Municipal de Lagoa, funções incompatíveis com o mandato de Deputada

Proveniência: Cristina de Fátima Silva Calisto, Deputada Eleita

Data de Entrada: 2024-12-26;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Petição n.º 10/XIII - Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro, até 25 de fevereiro de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-12-27;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório sobre atividades desenvolvidas no domínio da segurança e evacuação

Proveniência: Andreia Lima, Secretária Pessoal de Sua Excelência a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto

Data de Entrada: 2024-12-27;

Assunto: Of. _A 51, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024, devidamente assinado, que foi enviado para publicação no Diário da República

Proveniência: Rui João Beliz Pestana de Almeida, P'lo Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Ofício ref.ª SST/4633/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 13/2024 – FS/SRATC – Município da Povoação – Procedimentos de contratação pública, aprovado em sessão de 20 de dezembro de 2024

Proveniência: Carlos Brum Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Ofício ref.ª SST/4637/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 14/2024 – FS/SRATC – Subsídio ao passageiro residente na Região Autónoma dos Açores nas viagens aéreas interilhas - «Tarifa Açores», aprovado em sessão de 20 de dezembro de 2024

Proveniência: Carlos Brum Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Ofício ref.ª SST/4704/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 16/2024 – FS/SRATC – Suplementos remuneratórios e outros abonos – Município do Corvo, aprovado em sessão de 30 de dezembro de 2024

Proveniência: Carlos Brum Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4641/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 18/2024 – VIC/SRATC sobre a verificação interna da conta de 2023 da Praia Cultural, Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, objeto de recusa de homologação, em sessão de 20 de dezembro de 2024

Proveniência: Carlos Brum Melo, Auditor-Coordenador, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a remeter o Relatório no âmbito do n.º 5, da Resolução da ALRAA n.º 27/2014/A, de 28 de novembro - Segurança e proteção dos edifícios escolares e dos seus utentes

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025-01-02;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, se remetem em anexo as demonstrações financeiras referentes ao 3.º trimestre de 2024 das Empresas que integram o Setor Público Empresarial Regional (SPER)

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025-01-02;

Assunto: Ofício ref.ª 58502491 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Carlos Henrique Lopes Rodrigues, possa ser ouvido em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Inquérito 59/23.2T9VPT, que corre termos no Tribunal da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica de Vila do Porto

Proveniência: Filomena Magalhães dos Santos, Escrivã Adjunta, por ordem da Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-01-02;

Assunto: AT/29/2025 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da ALRAA, a Senhora Deputada Cristina Calisto passa a substituir o Senhor Deputado Flávio Pacheco na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CAPADS), com efeitos a partir de 6 de janeiro de 2025

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-01-06;

Assunto: Ofício a comunicar que, na sequência da informação anteriormente enviada comunicando o exercício de outras atividades, em cumprimento do disposto no artigo 101.º, n.º 2 da Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9/87, de 26 de março, Lei n.º 61/98, de 27 de agosto e Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e tendo em conta a ocorrência de factos relevantes para o assunto em causa, declara,

para efeitos de análise pela Comissão competente em matéria de impedimentos e incompatibilidades, uma série de factos enumerados no ofício em referência

Proveniência: Vasco Cordeiro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-01-06;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII (GOV)–“Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios na Região Autónoma dos Açores”, até 21 de janeiro de 2025, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII (BE) – “Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional” e do Projeto de Resolução n.º 20/XIII (BE) – “Recomenda ao Governo Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores”, ambos até 13 de fevereiro de 2025

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-01-06;

Assunto: Ofício ref.ª 58555459 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, informando que o Ministério Público mantém o interesse na inquirição do Senhor Deputado Carlos Henrique Lopes Rodrigues, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular), n.º 59/23.2T9VPT

Proveniência: Graça Mendonça, Escrivã Auxiliar, por ordem da Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-01-08;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 8/XIII (PSD/CDS-PP/PPM) – Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-01-08;

Assunto: Ofício ref.ª 58490410 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, possa ser ouvido na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Coletivo) 1029/21.0T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada – Juiz 3

Proveniência: Renato Grazina, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-01-09;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XIII (PAN) - Regime jurídico da Taxa Turística Regional, até 10 de fevereiro de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-01-09;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII (BE) – Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”, até 28 de fevereiro de 2025 e da Anteposta de lei n.º 5/XIII - Procede ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral da segurança social. Mais procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que prevê e regulamenta o estatuto de aposentação da Caixa Geral de Aposentações, I.P., até 13 de fevereiro de 2025

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-01-09;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a sua substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de dez dias, a partir do dia 10 de janeiro, inclusive

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-01-09;

Assunto: of. S/003/2025/XIII remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, na sequência do pedido de substituição temporária do mandato da Deputada Joana Pombo Tavares, a vaga será preenchida, com efeitos a 10 de janeiro de 2025, pelo candidato Henrique Miguel Couto Melo, que já tem os poderes verificados

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-01-09;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 10 de janeiro de 2025, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 13/XIII – Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão de mandato, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 11 de janeiro, até 20 de janeiro de 2025, inclusive

Proveniência: Paulo Silveira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-01-10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão de mandato por motivo de atividade profissional inadiável, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 11 de janeiro (inclusive), por um período de 10 dias

Proveniência: Paula Cristina Brasil Borges, candidata eleita do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-01-10;

Assunto: of. 003/025/MS remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, na sequência do pedido de suspensão de mandato do Deputado Paulo Silveira e da candidata Paula Cristina Brasil Borges, a vaga será preenchida pelo candidato

Ricardo Alexandre Gomes Paiva, que já tem os poderes verificados, com efeitos a 11 de janeiro de 2025, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-01-10;

Assunto: Ofício ref.^a SST/222/2025 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a lista de verificações internas de contas objeto de homologação pelo Tribunal de Contas, durante o segundo semestre de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2025-01-10;

Assunto: Ofício ref.^a 58578019 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, informando que o Ministério Público já não mantém interesse na inquirição do Senhor Deputado Carlos Henrique Lopes Rodrigues, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular), n.º 59/23.2T9VPT

Proveniência: Graça Mendonça, Escrivã Auxiliar, por ordem da Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-01-13;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Cristina Calisto, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-01-13.

10- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-13; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20923.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 346/XVI/1.ª (PSD) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 20/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-23;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.ª (ALRAM) - Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira - Audição n.º 23/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-23;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 366/XVI/1.ª (CH) - Regulamenta a atividade de representação legítima de Interesses ("Lobbying") junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 22/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-30;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 190/XVI/1.^a (IL) - Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do Sistema de Transparência dos Poderes Públicos - Audição n.º 25/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-02;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 2/XIII (MESA) – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2023

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-09;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpR002.pdf>

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-09; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20900.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Henrique Lopes Rodrigues, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 59/23.2T9VPT

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20909.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 1029/21.0T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20910.pdf

Assunto: No âmbito da audição parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, a que se refere a alínea d), do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, conjugado com o n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados em anexo à Lei n.º 39/2014, de 9 de julho

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20760.pdf

Assunto: Sobre a audição com caráter de urgência da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e do Presidente do Conselho de Administração da EDA, no sentido de prestar os devidos esclarecimentos sobre o modelo de fornecimento de combustível para a produção de energia nos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20918.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 6/XIII (GOV) – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2023

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-01-13.

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR006_2.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20919.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 33/XVI/1ª - Pela responsabilização do Estado na alocação de meios aéreos de combate a incêndios rurais e de busca e salvamento terrestre, durante todo o ano, na Região Autónoma da Madeira- Audição n.º 19/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-18;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública - MF - (Reg. DL 436/XXIV/2024) - Audição n.º 24/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-01-03;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII (GOV) – Aprova o Regime de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-01-08.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR023.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-01-13; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20922.pdf

Assunto: Do requerimento de audição ao Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores Ordem dos Médicos dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024-12-18; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20858.pdf

Assunto: Do requerimento de audição da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), do Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros e do Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024-12-18; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20906.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 37/XVI/1.^a (ALRAM) - Pela majoração das prestações e dos apoios sociais atribuídos pela segurança social aos residentes nas

Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social - Audição n.º 21/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024-12-26;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece o regime específico de posicionamento dos alunos que estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória portuguesa e sejam titulares de habilitações conferidas por sistemas educativos estrangeiros ou por programas educativos internacionais, correspondentes ao ensino básico português - MECI - (Reg. DL 403/XXIV/2024) - Audição n.º 23/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-01-06;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 18/XIII (PS) – Avaliar o processo de introdução de manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-01-08;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR018.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII (GOV) – Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-01-08.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR015.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-01-10; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20915.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Portaria que - Procede à determinação do quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo da taxa de terminal devida pelos serviços de navegação aérea de terminal, prestados nos aeroportos públicos nacionais, para o ano de 2025 - Audição n.º 22/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-12-18;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 369/XVI/1.ª (PSD) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum - Audição n.º 24/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-12-19;

Assunto: Do requerimento de audição com caráter de urgência do Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A. bem como do consórcio vencedor do concurso público para a construção de dois navios elétricos para o transporte marítimo de passageiros e viaturas nas ilhas do triângulo, TransinsularNAVALTAGUS, com o objetivo de prestar os devidos esclarecimentos sobre o processo de construção desses mesmos navios

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-01-09; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20905.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) – Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-01-10.

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR014_4.pdf

11- Diários e Separatas:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 29, 30, 31, 36/XIII e a Separata 20/XIII.